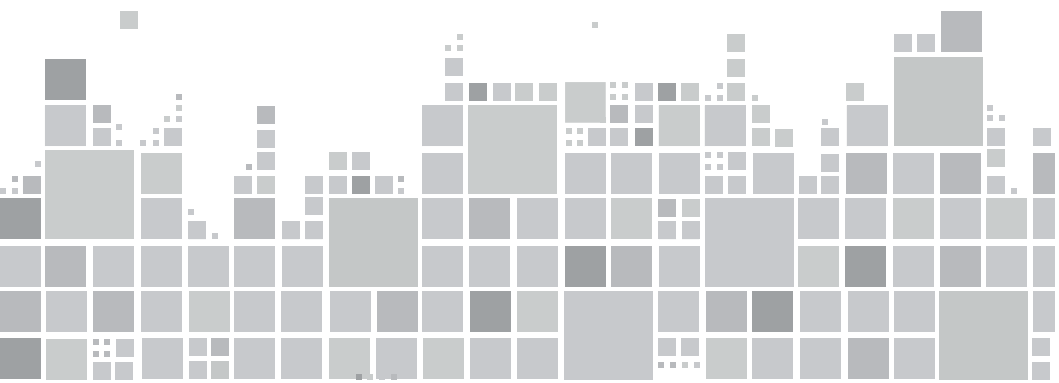


Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)

Luiza Nascimento dos Reis



Série Livro-Texto



Luiza Nascimento dos Reis

Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)

Recife
2021



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Magna do Carmo Silva

Diretora: Fernanda Maria Ribeiro de Alencar

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Comitê de avaliação

Adriana Soares de Moura Carneiro, Ana Célia Oliveira dos Santos, Andressa Suely Saturnino de Oliveira, Arquimedes José de Araújo Paschoal, Assis Leão da Silva, Ayalla Camila Bezerra dos Santos, Chiara Natercia Franca Araujo, Deyvylan Araujo Reis, Djailton Cunha, Flavio Santiago, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira, Isabel Cristina Pereira de Oliveira, Jaqueline Moura da Silva, Jorge Correia Neto, Keyla Brandão Costa, Luciana Pimentel Fernandes de Melo, Márcia Lopes Reis, Márcio Campos Oliveira, Márcio Vilar França Lima, Maria Aparecida Silva Furtado, Maria da Conceição Andrade, Michela Caroline Macêdo, Rodrigo Gayger Amaro, Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Tânia Valéria de Oliveira Custódio, Waldireny Caldas Rocha

Editoração

Revisão de texto: Marina Farias Rabelo

Projeto gráfico: Diogo Cesar Fernandes | Gabriel Santana

Diagramação: Ildembergue Leite

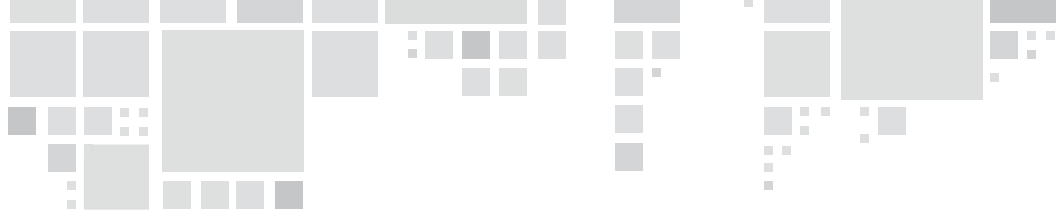
Catálogo na fonte

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

R375e	Reis, Luiza Nascimento dos. Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960) [recurso eletrônico] / Luiza Nascimento dos Reis. – Recife : Ed. UFPE, 2021. (Série Livro-Texto) Inclui referências. ISBN 978-65-5962-101-9 (online) 1. Estudantes africanos – Brasil – História. 2. Relações étnicas. 3. Negros – Educação – Brasil. 4. Programa de intercâmbio de estudantes – Brasil. 5. Programa de intercâmbio de estudantes – África. I. Título. II. Título da série.
305.896081	CDD (23.ed.) UFPE (BC2022-033)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.





SÉRIE LIVRO-TEXTO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pautada pelos princípios da democracia, da transparência, da qualidade e do compromisso social, assume a Educação Superior como um bem público e um direito de todas e todos. Nesse sentido, estimula a melhoria das condições do trabalho docente, a inserção de metodologias de ensino inovadoras e a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos nas diferentes áreas do saber como instrumentos de promoção de uma formação científica, humanística e artística que prepare nossos estudantes para a intervenção na realidade, segundo o compromisso com o desenvolvimento integral e sustentável, a equidade e a justiça social. Assim, a UFPE, por intermédio da Pró-Reitoria de Graduação e da Editora UFPE, oferta à comunidade acadêmica e à sociedade mais uma seleção da Série Livro-Texto, com o objetivo de contribuir para a formação da biblioteca básica do estudante de graduação e para a divulgação do conhecimento produzido pelos docentes desta Universidade. Os 34 livros selecionados para esta coleção, que contemplam diferentes áreas do saber, foram aprovados segundo as condições estabelecidas no Edital 14/2021 (Edital simplificado de incentivo à produção e publicação de livros digitais Prograd/ Editora UFPE) e representam o esforço de discentes (de graduação e pós-graduação) e servidores (docentes e técnicos) e da gestão da Universidade em prol da produção, sistematização e divulgação do conhecimento, um de seus principais objetivos.

Alfredo Macedo Gomes – Reitor da UFPE

Moacyr Cunha Araújo Filho – Vice-Reitor da UFPE

Magna do Carmo Silva – Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

Fernanda Maria Ribeiro de Alencar – Diretora da Prograd



Para Anani Dzidzienyo (*in memoriam*)

[...] também queremos que os nossos jovens que
estão no Congo possam estudar no Brasil –
precisamos de bolsas de estudos.

Deolinda Rodrigues, 2004

Qual o significado da África atual para os
brasileiros?

Anani Dzidzienyo, 2009

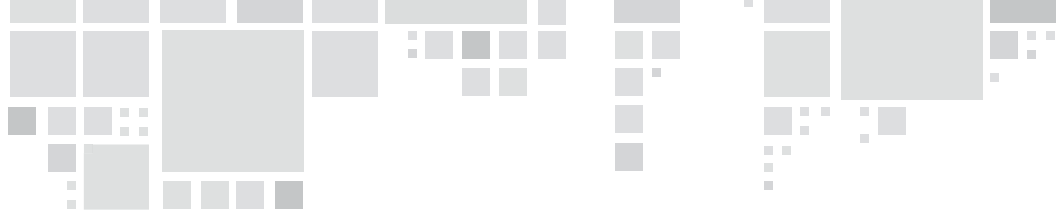
AGRADECIMENTOS

Alain Pascal Kaly, Anani Dzidzienyo (in memoriam), Anderson Cunha Araújo, Ângela Lühning, Arany Santana, Arivaldo Paixão, Arnaldo Sucuma, Bruno Batista, Camila Sena Silva, Carla Santos, Cláudio Luiz Pereira, Clayton Marcio Hermes, Eliane Veras Soares, Elisa Maria Nascimento dos Reis, Eliseé Soumonni, Erasmo Cachoeira, Eveline Góes, Fábio Baqueiro Figueiredo, Fábio Batista Lima, Fábio Ferreira, Félix Ayoh'Omidire, Fernanda Bianca Gallo, Flávio Gonçalves dos Santos, George Frempong, Ingrid Ferreira dos Santos, Isabelle de Oliveira Ferreira, Ivanilton Santos (Nego Freeza), Jacques Depelchin, Jeferson Bacelar, Jéssica Silveira Souza, Joana Maria do Nascimento (in memoriam), Jocélio Teles dos Santos, Joelson Santos, José Bento Rosa da Silva, José Tibúrcio dos Reis, Josielle Santana dos Santos, Juliana Reis, Juvenal de Carvalho Conceição, Kabengele Munanga, Laila Brichta, Lassana Danfá, Lia Laranjeira, Lindaiá Nascimento, Lindinalva Barbosa, Livio Sansone, Lorena Rocha, Manoela Cirino Santos, Marcelo Loyola, Maria das Graças, Maria José Nascimento, Mariana Andrade Gomes, Marina Farias Rebelo, Marília Reis, Naomi Lewá, Nicolau Parés, Orlando Almeida dos Santos, Pauline Winter, Paulo Fernando de Moraes Farias, Reinado Neves (Jax), Renato de Lyra Lemos, Ronnei Prado Lima, Rosana Frempong, Samuel Braga, Seli Raven, Simão Jaime, Solange Matos, Teresinha Severino, Thiara Matos, Valdemir Zamparoni, Valdina Pinto (in memoriam), Vilma Reis, Waldir Oliveira (in memoriam), Zelinda Barros.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHI:	Arquivo Histórico do Itamaraty
AT:	Jornal A Tarde
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA:	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEAO:	Centro de Estudos Afro-Orientais
CELPE-Bras:	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
DC:	Jornal Diário Carioca
DIAMANG:	Companhia de Diamantes da Angola
DN:	Jornal Diário de Notícias
EB:	Jornal Estado da Bahia
FPV:	Fundação Pierre Verger
IBEAA:	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos
IES:	Instituições de Ensino Superior
IFAN:	Instituto Fundamental da África Negra
IFRA:	Institut Français de Recherche en Afrique French
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
JB:	Jornal da Bahia
MABLA:	Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola
MAC:	Movimento Anticolonialista
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola

MRE:	Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
PAIGC:	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP:	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIDE:	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
SENAI:	Serviço Nacional de Apoio a Indústria
SUDENE:	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBa:	Universidade da Bahia
UFBA:	Universidade Federal da Bahia
UFRJ:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO:	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para Saúde, Educação e Cultura
UNIFE:	Universidade de Ifé
UNILAB:	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP:	Universidade de São Paulo



SUMÁRIO

Apresentação 12

Prefácio 14

Introdução 22

Anexo 1: Correspondência de Sergio Corrêa do Lago
para Ministério das Relações Exteriores no Brasil,
22/06/1961 **35**

**1. Ebenézer Lasebikan: um docente nigeriano
na universidade brasileira 36**

Anexo 2: Correspondência de Ebenézer Latunde
Lasebikan para Waldir Freitas Oliveira, 13/02/1964 **54**

2. Estudantes angolanos no Brasil 57

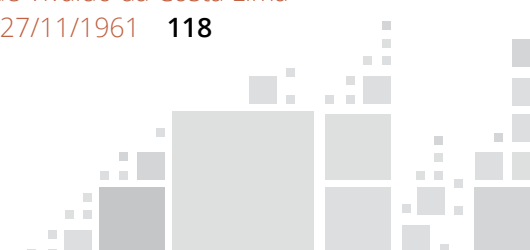
Anexo 3: Correspondência de Raymundo de Souza
Dantas para Ministério das Relações Exteriores no
Brasil, 28/06/1962 **73**

3. Estudantes brasileiros no Senegal 74

Anexo 4: Correspondência de Pedro Moacir Maia para
Vivaldo da Costa Lima, 24/12/1961 **89**

**4. A primeira turma de estudantes africanos bolsistas
do Itamaraty no Brasil 92**

Anexo 5: Correspondência de Vivaldo da Costa Lima
para Waldir Freitas Oliveira, 27/11/1961 **118**



5. A segunda turma de estudantes africanos bolsistas do Itamaraty no Brasil 121

Anexo 6: Correspondência de B. Ola Adebisi para
CEAO, 09/02/1963 133

6. O caso da nigeriana Elisabeth Ganseh na Bahia 134

Anexo 7: Correspondência do Ministério das Relações
Exteriores no Brasil para Romana da Conceição,
12/08/1965 142

Considerações finais 143

Anexo 8: DIALLO, Colette. Une jeune africaine ao Bresil.
Amy interviewe Colette Diallo. Awa: la revue de la
femme noire. Dakar, nº 5, May, 1964 154

Referências bibliográficas 158

Cadernos de imagens 179



APRESENTAÇÃO

O que significou, em determinada conjuntura histórica, estudantes africanos e africanas adentrarem em universidades públicas federais brasileiras, consideradas de elites, majoritariamente brancas e de prestígio no Brasil dos anos 1960? Qual era o contexto dessa política inédita no país que também proporcionou a pesquisadores e estudantes brasileiros, bem como lideranças afro-religiosas, se deslocarem a países africanos?

Em *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)*, Luiza Nascimento dos Reis examina o intercâmbio acadêmico promovido pelo Itamaraty no início dos anos sessenta, o qual muito se deve às articulações político-acadêmicas mediadas pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia desde o final dos anos cinquenta. Necessário salientar que estávamos em um período de efervescência cultural e política. E algumas instituições oficiais não passariam ao largo de todo esse processo, visto como o “renascimento africano” no país.

Ao revisitar intelectuais com pertinência e domínio interpretativo, a autora traça um panorama que nos leva a compreender quais eram os argumentos na elaboração da política externa brasileira direcionada a países da África, as visões sobre o intercâmbio com o

continente africano, os pressupostos nas argumentações, os valores salientados para tal empreitada institucional.

Trata-se aqui de um estudo histórico e inédito sobre as experiências, dificuldades e expectativas de estudantes das duas primeiras turmas, feito através de uma cuidadosa análise de fontes documentais como as correspondências institucionais de pesquisadores do CEAO e do Ministério das Relações Exteriores no Brasil.

Assim, Luiza Reis salienta os trâmites burocráticos entre instituições dos países envolvidos, a recepção e as atividades previstas para os estudantes em solo brasileiro, bem como a inserção pioneira de um docente nigeriano numa universidade pública federal – o linguista Ebenézer Latunde Lasebikan – para lecionar um curso de língua yorubá. E vale destacar que o curso de extensão não estava direcionado exclusivamente à comunidade universitária. A matrícula era aberta para qualquer pessoa. Algo inédito numa instituição de inserção e reprodução das elites políticas, econômicas e intelectuais.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa rica e relevante para os estudos afro-brasileiros. E os leitores terão muito a descobrir, nessas páginas, sobre ações e práticas desenvolvidas em um período deveras instigante da sociedade brasileira.

Jocélio Teles dos Santos

Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal da Bahia



PREFÁCIO

BRASIL-ÁFRICA, INTERCÂMBIO ACADÊMICO E DIÁLOGO INTELLECTUAL QUE JÁ DURARAM SÉCULOS

O convite para prefaciar o presente livro da historiadora Luiza Nascimento dos Reis – *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)* – é uma boa oportunidade para avaliarmos as relações Brasil-África na era moderna. O que pensa o Brasil da África e o que pensam as Áfricas do Brasil? Reparem que intencionalmente colocamos a África no singular na primeira parte da pergunta, pois, muitas vezes, ela é vista e pensada, em diversos setores do Brasil, como apenas uma entidade, como se se tratasse de um único país e não de todo um continente. Sobre essa visão homogeneizante das Áfricas no Brasil, já muita tinta correu e não precisamos voltar a recordar os estimados leitores de que tal visão é decorrente de uma relação de forças que unia os territórios e as populações do continente africano à terra brasileira e sua gente, sobretudo, suas elites. A assimetria que marcou essas relações, fundamentadas pelo regime escravista vigente desde o início do projeto Brasil, e sustentada pela procura de privilégios econômicos por parte das elites brasileiras em seus tratos com as instâncias africanas, sempre se alimenta de diversos mitos e estereótipos dos quais ainda hoje se ressente a vigência. Porém não seria necessário evocá-los aqui.

Não obstante, se por via de regra o Brasil sempre tendia historicamente a olhar para as Áfricas por lentes mal focadas, o projeto de intercâmbio acadêmico com os países africanos recém-saídos da colonização que surgiu como uma novidade para a elite brasileira deveria ter sido levado como uma oportunidade ímpar para equilibrar a assimetria das relações históricas. Não devemos esquecer-nos do fato que, cronologicamente, os intercâmbios acadêmicos que trouxeram aqueles vinte e dois estudantes africanos oriundos de três países da África Ocidental recém-independentes – Nigéria, Gana e Senegal – com oferta de bolsas do Itamaraty não foi a primeira investida acadêmica por parte de africanos procurando oportunidades de estudos no Brasil. Devemos lembrar-nos efetivamente da iniciativa histórica protagonizada pelos Agudás, famílias afro-brasileiras que saíram do Brasil para se fixar nas cidades litorâneas da África Ocidental a partir de 1836 em decorrência das perseguições sofridas pelos negros libertos e forros, e das restrições impostas a seus direitos de liberdade de posse na Bahia após a sangrenta Revolta dos Malês no ano de 1835.

A opção de retornar ao continente africano escolhida por muitas famílias afro-brasileiras foi, sem dúvida, um ato de protagonismo que teria grandes repercussões nos dois lados do Atlântico. As levadas sucessivas de famílias Agudás que saíram de pontos específicos do Brasil, tal como a Bahia e seu recôncavo, Recife e Rio de Janeiro, para morar definitivamente na África de seus ancestrais e genitores levaria à descoberta de várias situações inéditas e exigiria deles vários ajustes nos anos que se seguiram a esse êxodo de retorno à terra natal, para tomarmos emprestada a expressão tão cara ao escritor martinicano Aimé Césaire, cofundador do Movimento da *Négritude*. Sabe-se que, quando os grupos Agudás saíram do Brasil, a expectativa era poder viver longe do sistema opressivo ainda vigente no país sob o regime da escravidão e marcada por uma angustiante falta de perspectivas para a conquista de uma verdadeira cidadania no Brasil. Aparentemente, sem contar com as mudanças drásticas pelas quais já haviam passado os territórios africanos de onde seus genitores e ancestrais teriam sido arrancados pelo cruel sistema de escravismo, os retornados Agudás se depararam com a impraticabilidade de retornar ao interior dos territórios africanos por diversos motivos. Assim a grande maioria dos retornados acabou por fixar residência nas cidades litorâneas e centros portuários da África Ocidental, locais em que as circunstâncias do novo entorno os obrigaram a escolher viver em comunidades quase fechadas, nas quais voltaram

a assumir a identidade de “brasileiros” para se distinguir das populações autóctones que estavam no estágio inicial da implantação de regimes coloniais. Espalhados desde as regiões Gá do atual Gana, no extremo oeste, e a região de Fernão do Pó, no extremo leste, fronteiras em que a moderna República da Nigéria se encontra com países como a Guiné Equatorial, Camarões, e São Tomé e Príncipe, a maior concentração dos retornados fixou residência permanente entre Agué /Grand Popó na fronteira entre as atuais Repúblicas de Togo e Benim, as cidades portuárias de Ouidah, Cotonou e Porto Novo na atual República do Benim, e as regiões da Badagry-Lagos e seus entornos na atual República da Nigéria. O contexto político-econômico da consolidação desses pontos de desembarque dos retornados afro-brasileiros, que chegariam a ser conhecido nas diversas comunidades de acolhimento como Tá bom em Gana, Agudá no Togo e no Benim, e Agudá ou Amaro na Nigéria, era marcado pelas crescentes investidas dos países europeus com pretensões coloniais na região. Assim os retornados brasileiros, graças às suas experiências nas Américas, rapidamente assumiram posições de destaque nos diversos ramos profissionais para participar maciçamente na construção do que viriam a ser as grandes cidades das novas colônias africanas na região tais como Lomé, Agué, Aneho, etc. no Togo sob o domínio alemão (e posteriormente francês); Cotonou, Ouidah, Porto Novo, Grand Popo, etc. no Benim sob o domínio francês; e Badagry, Lagos, etc. sob o domínio britânico. Além de suas atuações profissionais como mestres de obras, pedreiros, marceneiros, arquitetos, comerciantes transatlânticos envolvidos no comércio de produtos da costa entre os portos do Golfo do Benim e os portos da Bahia, Rio, Recife e até mesmo Havana (Cuba), e posteriormente, enquanto representantes comerciais das grandes firmas europeias, outro grande impacto de sua vida em comunidade foi a implantação das primeiras escolas formais na região.

Pensadas originalmente para atender às necessidades dos filhos dos Agudás, as escolas foram improvisadas nos primeiros momentos nas dependências das propriedades dos ricos Agudás sob a orientação de padres itinerantes que frequentavam as comunidades para batizar os filhos dessas famílias. O modelo acabou por ser adotado maciçamente com a participação de missionários ingleses, italianos e franceses a partir da consolidação das administrações coloniais. É emblemático salientar aqui que, devido ao protagonismo das comunidades Agudás no processo da implantação de escolas na região, as primeiras escolas formais dispensavam suas aulas na língua

portuguesa, ou melhor, na vertente brasileira, até que os poderes coloniais tais como a Inglaterra, Alemanha e França decretaram a adoção exclusiva das respectivas línguas metropolitanas como língua de ensino nas escolas coloniais. Em decorrência dessa perda do privilégio de educar seus filhos na língua portuguesa, os Agudás abastados, a partir do início do século XX começaram a enviar seus filhos para estudar no Brasil. Até hoje, tem-se notícia de grandes famílias Agudás, sobretudo integrantes da grande comunidade radicada na famosa Brazilian Quarters (bairro brasileiro) no centro da ilha de Lagos tais como os Alakija, Bamgboxé, Martins, Assumpção, etc. que conseguiram manter os filhos nas escolhas brasileiras.

É dentro dessa tradição que se deve entender o pedido da septuagenária matriarca Agudá – Dona Romana da Conceição, noticiada no penúltimo capítulo da presente obra. O interesse de Dona Romana da Conceição em conseguir uma bolsa para sua neta, Elisabeth Ganseh, estudar medicina na Bahia, pedido esse que foi excepcional e prontamente atendido pelo Itamaraty em 1968 apesar de a menina não ter reunido ainda todos os requisitos para a matrícula no curso desejado naquele momento, foi uma indicação de que a tradição dos Agudás de enviar seus filhos para estudar no Brasil permanecia naqueles idos do novo século. Com a exceção dos poucos estudantes senegaleses, a procedência dos estudantes africanos que se beneficiaram das bolsas do Itamaraty para ingressar em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil entre 1961 e 1963 é prova contundente dessa tradição de fluxo e refluxo entre a Bahia e a região do Golfo do Benim. Tal tradição remonta ao título da clássica obra de Pierre Verger, um dos grandes incentivadores do próprio projeto de bolsas para estudantes africanos na Bahia, e peça chave do que viria a se tornar um intercâmbio intensificado entre o CEAQ/UBa e as universidades africanas, sobretudo Ibadan e Ile-Ife – região ancestral dos nagô-brasileiros, na década de 1970.

Esse diálogo acadêmico entre a Bahia e a África viria a ser o verdadeiro alicerce daquilo que já cheguei a batizar em outros momentos como a diplomacia cultural entre o Brasil e os países africanos, baseado por sua vez nos históricos laços de interação em quase tempo real entre a Bahia e a Costa, como ficou conhecida a região do Golfo do Benim nos finais do século XIX. Tão intensa era essa interação que chegou a ser denominada de correio nagô nos meios populares baianos, visto que garantia o primeiro sistema de comunicação direta entre parentes morando nos dois lados do Atlântico nagô-yorubano.

Outro grande mérito dessa relação Bahia-África que se destaca neste relato de Luiza Nascimento dos Reis é a formação de uma importante classe de africanistas no Brasil. Institucionalizada no CEAO/UBa, a interlocução possibilitada naquele período facilitou a saída de pesquisadores brasileiros estudiosos das áreas de antropologia, história, sociologia, etnologia e linguística para vivenciar suas primeiras pesquisas de campo na África.

Assim conformou-se paulatinamente entre os anos de 1960 e 1980 a época de ouro de um verdadeiro intercâmbio acadêmico e troca de conhecimentos intelectuais entre o Brasil ou, melhor dizendo, a Bahia, e as universidades da África tais como a IFRA e a Universidade de Dacar no Senegal, as já citadas universidades nigerianas – Ibadan e Ile-Ife, e a Universidade do Zaire na atual República Democrática do Congo. Tal interlocução possibilitou a validação, não somente das teses e ideias de emergentes africanistas baianos e baianas tais como Vivaldo da Costa Lima, Paulo Fernando de Moraes Farias, Yeda Machado, Júlio Santana Braga, Yeda Pessoa de Castro, etc. mas também abriu a porta para outras categorias de intelectuais orgânicos negro-brasileiros tais como Mestre Didi Axiá (Deoscóredes Maximiliano dos Santos), Mãe Stela de Oxóssi e Balbino Daniel de Paula (Obarayi) a se aproximarem da África para uma verdadeira imersão cultural e religiosa que se tornava cada vez mais necessária naqueles momentos de incertezas políticas no Brasil.

Para mim, a maior decorrência desta interlocução, iniciada com a concessão da bolsa do Itamaraty àqueles vinte e dois estudantes africanos, foi a maneira pela qual os operadores nos dois lados deste diálogo transatlântico souberam aproveitar essa importante, embora brevíssima, abertura concedida a grande custo pelo Governo do Brasil entre 1960 e 1963 para construir uma plataforma de verdadeira cooperação acadêmica, operada efetivamente a partir da década seguinte. Dadas as incertezas quanto ao futuro das bolsas do Itamaraty e do apoio do governo militar brasileiro naquele momento, as instâncias acadêmicas e culturais dos dois lados souberam aproveitar essa aproximação para celebrar acordos e protocolos de cooperação acadêmica que se tornariam fundamentais para a formação de quadros em seus respectivos países. Data-se de 1969 a assinatura do primeiro Acordo de Cooperação entre a minha universidade de origem, a então Universidade de Ife (hoje Obafemi Awolowo University, Ile-Ife) e a Universidade da Bahia, o que, nas palavras do professor Naomar de Almeida Filho, reitor da UFBA no início dos anos 2000, tornou o nosso um dos intercâmbios mais consistentes

que a UFBA mantinha com qualquer instituição estrangeira naquele momento.

A criação da cátedra de estudos luso-brasileiros na Universidade de Ifé se beneficiou do impulso inicial desse acordo que foi alicerçado num verdadeiro espírito de trocas – a UFBA nomeava um leitor para dar aulas de língua portuguesa e literatura brasileira no curso de graduação na Universidade de Ifé enquanto a UNIFE (como era conhecida naquela época) reciprocava com o envio de um leitor para dar aulas de língua e cultura yorubá no CEAO. Foi dentro dessa dinâmica que Olabiyi Babalola Yai teve uma breve passagem pelo CEAO em 1975, uma década depois da passagem inicial de outro professor yorubano, Ebenézer Lasebikan, conforme documentado no capítulo inicial da presente obra. Foi a mesma dinâmica que permitiu que eu mesmo pudesse dar o curso de língua, cultura e civilização yorubanas no CEAO entre 2002 e 2006.

Outro segmento desse acordo UFBA-UNIFE que foi e continua sendo fundamental para a minha universidade é o intercâmbio de estudantes do curso de graduação em estudos brasileiros. Seguindo o modelo europeu de cursos de línguas estrangeiras, a Lei de Diretrizes e Bases que rege os cursos de graduação no sistema educacional da Nigéria exige que todo aluno de qualquer língua estrangeira em universidade nigeriana deve cumprir um ano de imersão cultural e acadêmica em um país onde a língua estudada seja usada como língua nativa ou oficial. Assim, para o então recém-criado curso de licenciatura em estudos luso-brasileiros na UNIFE, tornou-se necessário o envio dos estudantes em terceiro ano de graduação para um curso de imersão no Brasil onde eles devem permanecer durante dois semestres letivos, e após o qual devem retornar a Ile-Ife para concluir o curso. Após a experimentação com outras universidades brasileiras, tais como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília, esse intercâmbio acadêmico de alunos nigerianos concentrou-se na UFBA desde 1985 com a aquisição de um imóvel pela Universidade de Ifé no bairro de Nazaré, em Salvador, para abrigar os alunos de intercâmbio.

De modo geral, hoje podemos declarar como positivo o saldo desses intercâmbios iniciados modestamente em 1961 com aquelas bolsas do Itamaraty se olharmos pelo número de estudantes e pesquisadores africanos que tiveram a oportunidade de estudar e realizar pesquisas no Brasil, e vice-versa, nos últimos 60 anos, embora para o Brasil sempre tenha havido um saldo menos positivo em relação à quantidade de brasileiros que tiveram a oportunidade de realizar

estágios de estudos na África. Há quem diga que a culpa disso não seja dos estudantes e pesquisadores brasileiros, nem a falta de interesse deles em estudar na África, a culpa, muitas vezes, está na má vontade de determinados segmentos de gestores de intercâmbios dentro das IES e agências de fomento no Brasil que, muitas vezes desestimulam os interessados com a desculpa de que não é preciso ir até a África para estudar a África, preferindo orientar muitas vezes tais candidatos a procurar as instituições e bibliotecas do continente europeu onde encontrariam tudo que precisam saber sobre a África sem correr o risco de enfrentar os perigos (reais e imaginados) que uma viagem à África acarretaria. Já chegamos a denunciar isso como um tipo de preconceito visto que tal atitude pouco condiz com a postura do Brasil como um país que se gaba de democracia racial e de seus laços históricos com o continente africano.

Hoje, sessenta anos após o início da vinda oficial dos primeiros estudantes africanos ao Brasil, multiplicaram-se a quantidade de alunos e alunas de África que se beneficiam de diversos tipos de oportunidades de estudos. Com a criação do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), qualquer estudante pode ter acesso a cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, o que tem facilitado a vinda de muitos estudantes africanos às diversas regiões do Brasil. Ainda devemos lembrar, neste mesmo ensejo, as políticas afirmativas que, desde os anos 2000 vêm favorecendo uma maior inserção da África e de africanos na academia brasileira com destaque para a Lei nº 10.639/03, e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), voltada quase exclusivamente para a vinda de estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Contudo, não devemos esquecer o pioneirismo do CEAU/UFBA em todo o processo da implantação desse profícuo diálogo acadêmico entre o Brasil e o continente africano que hoje só faz crescer. Como afirma um provérbio yorubano: “*aò ní pèrì ajá, kámá perí ikòkò tó wọn fi shèé!*”, cada vez que se evoca a questão da presença de estudantes, pesquisadores e intelectuais africanos no Brasil, o CEAU será lembrado como aquela instituição que teve a visão e missão de trazer a África ao Brasil mesmo nos piores anos da ditadura militar.

Sem dúvida alguma, os leitores interessados no crescente campo de Estudos Africanos no Brasil vão se deliciar com este livro de Luiza Nascimento dos Reis. A obra reúne e analisa de forma minuciosa não somente os documentos e as testemunhas chaves desses primórdios da vinda de estudantes africanos ao Brasil, mas também nos brinda

com valiosas correspondências inéditas trocadas entre os grandes protagonistas desse processo. Essas correspondências demonstram de forma contundente e despretensiosa as utopias e engajamentos de uns, e o preconceito e má vontade de outros, em retomar e intensificar o diálogo entre o Brasil e a África em um momento de grandes incertezas nos dois lados do Atlântico, quando o Brasil vivenciava sua pior ditadura militar e os países africanos, recém-saídos da colonização, começaram a sonhar com relações de igualdade, oportunidades e construção de alianças diplomáticas, culturais e econômicas com diversos países do mundo dentro de um cenário não muito propício marcado pela Guerra Fria.

Salvador, 06.06.2021

Félix Ayoh'OMIDIRE

Professor Titular de Estudos Brasileiros e Afro-Latino-Americanos

Diretor do Instituto de Estudos Culturais (Ilé-Irúnmọlẹ) Obafemi Awolowo University, Ile-Ife, Nigéria

Professor Visitante e Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLit-Cult) Universidade Federal da Bahia

Orientador pedagógico do Curso de Yorubá (NUPEL/UFBA)

Autor da obra *YoruBaianidade: Oralitura e matriz nagô na construção de uma identidade afro-cultural nas Américas*



INTRODUÇÃO

Em outubro de 2009, por ocasião da conferência de encerramento do 50º aniversário do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, e entrevistar, Anani Dzidzienyo. O professor ganense, com longa trajetória acadêmica nos Estados Unidos, rememorava o ano de 1970 quando esteve no Brasil, como um estudante interessado em compreender as relações raciais brasileiras. Naquele ano, a imagem de uma suposta ausência de racismo, divulgada no exterior pelo governo brasileiro, havia ganhado um reforço com o sucesso do jogador negro Edson Arantes do Nascimento – o Pelé, destacado mundialmente após a vitória do seu time na 9ª Copa do Mundo de Futebol. Antes disso, Anani já tivera conhecimento de outro atleta brasileiro negro de grande repercussão internacional, o campeão olímpico em salto triplo Adhemar Ferreira da Silva, e havia lido dois números especiais da revista norte-americana *Ebony*, que destacava negros bem-sucedidos no Brasil. À época pensava que “A América do Sul era uma África” (Dzidzienyo, 2009).

No Brasil, instalado na capital baiana durante o período mais duro da repressão promovida pela ditadura civil-militar, Anani pode experimentar o tratamento questionável dispensado às pessoas negras em instituições como a universidade, os hotéis e clubes, ao tempo em

que era confrontado diariamente com as expectativas que o povo do candomblé nutria a seu respeito: É nigeriano? É do candomblé? É um africano autêntico? Em sendo ganense e (pelo menos à época) não praticante do culto aos orixás, sua presença deve ter desapontado a esse importante segmento da comunidade negra de Salvador. Nesta experiência, manteve sua intenção inicial de pesquisa em analisar os negros brasileiros de classe média, mas, prontamente, se dispôs a enfrentar duas questões tão básicas quanto fundamentais: “Qual o sentido de ser africano no Brasil?” e “Qual o significado da África atual para os brasileiros?” (Dzidzienyo, 2009). Dessa investigação, cujas primeiras considerações foram publicadas na *Afro-Ásia*, revista do CEAO (Dzidzienyo, 1970), emergiu uma contundente crítica às relações que o governo brasileiro buscava estabelecer com os países africanos e a evidente exclusão física e intelectual dos afro-brasileiros nesse processo (Dzidzienyo, 2007).

Anani, a quem este livro é dedicado, foi um entre os primeiros estudantes africanos que lograram vir ao país naqueles primeiros anos de aproximação entre o Brasil e países africanos subsaarianos. Chegou quando se encerrava a primeira década de ações impulsioneadas desde 1961, ano chave de mudança na política africana no Brasil. Diante do sensível arrefecimento do intercâmbio acadêmico entre Brasil e África verificado naquele ano, Anani se dispôs a analisar o período em que as iniciativas vigoraram, sendo um dos primeiros, senão o primeiro acadêmico africano a fazê-lo.

Este livro investiga os primeiros esforços para promoção de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e países africanos na década de 1960 e que resultaram nas primeiras experiências de estudantes africanos e africanas no Brasil. Em 1961 e 1962, duas turmas, com um total de vinte e dois estudantes, cruzaram o Atlântico para realizar cursos superiores – de graduação e pós-graduação – em diferentes estados do país. Ao chegar tinham parada obrigatória por três meses na cidade de Salvador para curso de língua portuguesa e *civilização brasileira* sob a responsabilidade do CEAO. Essa experiência é um dos acontecimentos marcantes da história da universidade brasileira e que vem à público, finalmente, do modo mais circunstanciado possível através dessa espécie de dossiê que ora se apresenta.

Compreender os meandros da experiência desses estudantes bolsistas do Itamaraty – sua concepção, seus trâmites e desdobramentos – foi o principal estímulo para uma pesquisa mais ampla que resultou na dissertação de mestrado, defendida em 2010 no Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da

Universidade Federal da Bahia, intitulada *O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)* (Reis, 2010). Aqui, neste livro, o foco recai especialmente sobre o intercâmbio de estudantes africanos no Brasil ao longo de toda a década de 1960, constituindo, portanto, uma parte revisada e ampliada da referida dissertação. Por extensão, outras experiências de intercâmbio acadêmico Brasil-África, também excepcionais e inovadoras, são contempladas, a citar, a experiência do linguista nigeriano Ebenézer Latunde Lasebikan, o primeiro professor africano numa universidade brasileira, a Universidade da Bahia, entre 1960 e 1965; a experiência dos primeiros angolanos, bolsistas da Igreja Metodista em São Paulo, entre 1959 e 1961 e a experiência dos primeiros estudantes brasileiros numa universidade africana, a Universidade de Dacar, entre 1961 e 1967.

O ano de 1961 foi um marco nas relações contemporâneas Brasil-África. Jânio Quadros, o presidente brasileiro, anunciou em conjunto com seu Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, novos direcionamentos da política externa brasileira, os quais, a partir de então, e após quase setenta anos de silenciamento, voltariam seus esforços para o continente africano. Uma política africana foi anunciada e ações para a aproximação com os países africanos deveriam ser delineadas (Sombra Saraiva, 1996; Dávila, 2011).

Antes disso, a presença de africanos no Brasil estava circunscrita à violenta experiência da escravidão. Entre os diversos impactos que causou na sociedade brasileira, os quase quatrocentos anos sob o sistema escravista legou aos afrodescendentes, ou negros brasileiros, a negação de direitos básicos, a manutenção de práticas de violência física e simbólica, os lugares mais baixos nos índices socioeconômicos e a exclusão de espaços de conhecimento, prestígio e poder (Nascimento, 1980; Moore, 2010). Salvador, que séculos antes havia sido uma das maiores cidades escravistas das Américas, mantinha em 1960 um grande contingente de população negra, mas que demarcava uma presença ínfima na universidade como professores, estudantes ou servidores administrativos.

Naquele período, não havia informações atualizadas sobre o continente africano ou seus países mais especificamente. A África era referida através de estereótipos de selvageria, pobreza e guerras (Dzidzienyo, 1970; Conceição, 2004; 2019). Não se fazia presente nos conteúdos escolares (Nascimento, 1980; Moraes Farias, 2011). Estava ausente de qualquer esforço de relações institucionais (Sombra Saraiva, 1996). Nos discursos oficiais o governo brasileiro não nutria

qualquer relação com o continente africano. Nem sequer histórica muito menos contemporaneamente (Dzidzienyio, 1970). Nos jornais dos anos 1950, as poucas notícias registradas estavam relacionadas à economia do continente africano e à preocupação com concorrência aos produtos brasileiros (Santos, 2005, p. 71). De modo geral, e especialmente nas instituições responsáveis pela construção, validação e divulgação de informações e conhecimento, havia certa continuidade nas abordagens em relação a africanos e africanas que remontam às teorias raciais do século XIX (Paim, 2011, p. 133).

Neste cenário, a experiência dos estudantes africanos no Brasil ganha mais relevo: como foram recepcionados e qual trajetória desenvolveram num país cujas instituições não estavam acostumadas a ter pessoas negras, muito menos africanas, como sujeitos passíveis de aprendizagem e de produção de conhecimento?

As primeiras discussões para o desenvolvimento de ações de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e países africanos estão presentes na primeira publicação brasileira que apontava a necessidade de retomada de relações oficiais entre o governo brasileiro e novos governos que assumiriam os países africanos independentes. Adolpho Justo Bezerra de Menezes, diplomata brasileiro que foi observador na Conferência de Bandung, em 1955, argumentou em *O Brasil e o mundo ázio-africano* (2012) como o estabelecimento de conexões entre o Brasil e os países africanos e asiáticos eram fundamentais para a política externa brasileira. Além de informações atualizadas sobre diversos países, que até então não recebiam qualquer atenção do Brasil, apresentou uma série de medidas práticas de como deveria se dar essa aproximação, criando uma espécie de cartilha que foi tomada como um guia para os interessados que emergiam naquele contexto. Clamava para que refizéssemos “as ideias, as apreciações e o retrato mental que fazemos da África” (Bezerra de Menezes, 2012, p. 50).

O principal argumento levantado pelo diplomata, que influenciaria durante décadas a política africana no Brasil, foi a divulgação de uma equidade racial como a nossa principal propaganda internacional. Uma política “na qual o Brasil vise a um extenso e persistente trabalho de sedução das massas africanas e asiáticas por meio do uso da nossa principal arma político-ideológica – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil” (Bezerra de Menezes, 2012, p. 291-2).

É notório como as bases para pensar as relações contemporâneas brasileiras com países africanos foram construídas a partir de

um argumento que justificava práticas de colonização. As ideias do sociólogo Gilberto Freyre, que argumentavam um caráter especialmente benéfico da colonização portuguesa nos trópicos foram adaptadas e estendidas aos países africanos por interesse do governo colonial (Castelo, 1998). Uma vez que as questões e conflitos raciais estavam na ordem do dia em países como os Estados Unidos e a África do Sul, a afirmação da existência de um país ex-colonizado, com grande contingente de população negra, que não registrava problemas raciais e caminhava rumo ao desenvolvimento econômico, passou a ser a principal propaganda brasileira no exterior. Para isso foi necessário desestimular a circulação de pesquisas que apontavam as desigualdades raciais no Brasil (Anexo 01).

Bezerra de Menezes estava tão convicto das benesses do sistema colonial português para “Angola, Moçambique, a Guiné e as ilhas portuguesas do Atlântico” (Bezerra de Menezes, 2012, p. 77) que reiterava abertamente como o fato de não haver movimentos pela descolonização era uma demonstração da “maneira de poder o homem branco viver em paz, e com a possibilidade real de participar de igual para igual com o nativo, para sempre, nas novas nações que vêm surgindo no continente negro” (idem). Tal “fato curioso” seria resultado de “uma completa ausência de discriminação baseada na cor” (ibidem).

Todo o seu livro busca apresentar os países em descolonização como territórios viáveis para investimento do Brasil. As *novas* ideias que o diplomata apresenta sobre os africanos buscam desfazer certas ideias como a “preguiça” e outros “defeitos” e “instabilidades de caráter” do africano comparando-o com os escravizados no Brasil. Tal como aconteceu com “negros fujões” no Brasil, “o africano mudará de atitude logo que sinta parte integrante de alguma coisa” (Bezerra de Menezes, 2012, p.42-44). O objetivo é apresentá-los como capazes de serem inseridos, ou explorados, na nova ordem capitalista: “Chegaremos à conclusão de que o vasto império industrial que ali está surgindo não poderia existir se não fosse o braço negro” (Bezerra de Menezes, 2012, p. 43).

De acordo com o diplomata, uma vez livres do controle colonial europeu, esses povos estariam vulneráveis à disputa de influência promovida entre os Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria. Caberia ao Brasil, portanto, mesmo sem se afastar do capitalismo, romper com o tradicional alinhamento com os Estados Unidos e inaugurar uma nova fase nas suas relações internacionais, aproximando-se dessas nações para exercer sua influência. Esse tom

subimperialista (Cunha, 1991), neocolonizador (Moore, 2010) e que não questionava a insistente política colonial dos portugueses, marcaria as primeiras ações brasileiras na África.

No que se refere especificamente ao âmbito educacional e acadêmico, destaco as ações incentivadas pelo diplomata:

Há tantas coisas que poderíamos dar e que não nos fariam falta; [...] abre-se uma universidade, um colégio; deveríamos mandar livros, um presente para laboratório ou museu. (Bezerra de Menezes, 2012, p. 317-8)

Na África então, no campo educacional, nosso governo tem excelentes oportunidades para um trabalho profícuo e que não acarreta grandes despesas. (Bezerra de Menezes, 2012, p. 318)

Grande lucro adviria, portanto, para o Brasil, se fosse subvencionado o envio de professores perfeitamente versados em inglês, de preferência mulatos e que soubessem mostrar a par de seus ensinamentos, o ponto de vista brasileiro em questões raciais. (Bezerra de Menezes, 2012, p. 318)

Deveríamos ir mesmo além, subvencionar não só a ida de nossos professores como a vinda de jovens africanos promissores para estudarem em nossos colégios e universidades. (Bezerra de Menezes, 2012, p. 318. Grifo do autor)

Era de interesse uma capitalização de nossos negros e mulatos ilustres; torná-los os arautos do Brasil para fins de propaganda na África. (Bezerra de Menezes, 2012, p. 319)

Em concordância com as recomendações do diplomata, a proposição de um intercâmbio acadêmico entre Brasil e África fez parte da ofensiva do governo brasileiro no ano de 1961 e incluiu a criação de instituto para produção de conhecimento sobre o continente, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) no Rio de Janeiro. Além disso, houve também a criação de embaixadas brasileiras em Acra (Gana) e Dacar (Senegal) em 1961, e Lagos (Nigéria) em 1962; e a designação do primeiro embaixador negro, o jornalista e escritor Raymundo de Souza Dantas, entre outras ações. Tais iniciativas, em meio a tantos questionamentos acerca de sua necessidade – uma vez que a maioria do corpo diplomático brasileiro, outros segmentos políticos e intelectuais achavam desnecessários esforços para aproximação com a África – tiveram que ser realizadas com muitas interrupções e instabilidades em decorrência da renúncia do presidente Quadros, meses depois.

Entre as primeiras ações concretas de intercâmbio acadêmico Brasil-África, destacamos as empreendidas pelo filólogo português Agostinho da Silva desde os meses finais de 1959. Sintonizado com o livro de Bezerra de Menezes, Agostinho foi fundador e inaugurou a direção do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia, o primeiro espaço acadêmico dedicado a assuntos africanos do país. Orientava-se pela premissa de contribuir para a conformação de uma Comunidade Luso-Brasileira implementando ações de intercâmbio acadêmico e cultural de modo a reunir os países sob dominação portuguesa. É preciso destacar o contexto particular existente naquela universidade que, sob a reitoria de Edgard Santos, investia na construção de centros e cursos de arte e cultura, – alguns dos quais foram os primeiros institucionalizados do Brasil – e na internacionalização, favorecendo o intercâmbio com acadêmicos – professores ou estudantes – de diversos países incluindo diversos portugueses (Risério, 1995; 2015).

O fato de a cidade de Salvador vivenciar um contexto particular de afirmação do seu legado africano associado sobretudo às tradições religiosas yorubanas mantidas nos terreiros, suscitava em pesquisadores, artistas e religiosos o interesse em viajar para determinados países do continente a fim de comprovar academicamente, e reativar contemporaneamente, os laços ancestrais nutridos entre Bahia e Nigéria. É neste cenário, contando com apoio institucional e com apoio desses pesquisadores, mais ou menos experientes, que o CEAO surgiu envidando esforços para comprovar como a Bahia mantinha ligações históricas e deveria reativar conexões contemporâneas com determinados povos africanos. As ações acadêmicas do Centro deveriam promover, construir e difundir conteúdos relacionados à África, rompendo com a completa ignorância institucional que existia no Brasil. E mesmo que o interesse do diretor estivesse voltado para aproximação com países como Angola e Moçambique, o interesse de acadêmicos e da comunidade religiosa na Bahia, direcionado para África ocidental, foi decisivo para que um professor de língua e cultura yorubá se tornasse o primeiro acadêmico africano no Brasil a ministrar aulas numa universidade brasileira. A experiência docente do nigeriano Ebenézer Latunde Lasebikan no Centro de Estudos Afro-Orientais, ação que rompia uma importante barreira de distanciamento com a África, é analisada no primeiro capítulo deste livro.

Assim como o diplomata, Agostinho pensava em ações acadêmicas que tivessem implicações na aproximação cultural e

consequentemente política e econômica. Para tanto, pensava que o CEAO seria o primeiro de uma espécie de rede de Centros de Estudos Brasileiros a serem estabelecidos em países africanos para, a partir da difusão da língua portuguesa, ampliar a presença, cultura e influência do Brasil nesses países. Para tanto, fez questão de buscar diálogo com políticos e diplomatas, a destacar o próprio Bezerra de Menezes, a fim de que tais ações fossem subvencionadas pelo Estado brasileiro e fizessem parte de uma política mais ampla de aproximação Brasil-África. Conforme demonstrei em estudos anteriores (Reis, 2010; 2015), Agostinho participou ativamente do Grupo de Trabalho do Itamaraty que delineou ações para aproximação com a África no primeiro semestre de 1961.

Se o intercâmbio de pesquisadores Brasil-África já havia se iniciado, na Universidade da Bahia, através do CEAO com a ida de Vivaldo da Costa Lima para atuar como leitor de estudos brasileiros na Universidade de Ibadan (Nigéria) em 1959 e com a vinda de Ebenézer Lasebikan ao Brasil em 1960, governantes e instituições no continente africano também demonstrariam interesse numa cooperação acadêmica e educacional com o Brasil. Em 1961, o professor de língua portuguesa da UBa, Pedro Moacir Maia, seguiu para o Senegal, para atuar como leitor de estudos brasileiros após um pedido da Universidade de Dacar. O fato de as viagens de Vivaldo e de Maia terem sido acertadas e realizadas antes dos anúncios da política brasileira, revelam que interesses pessoais ou profissionais foram decisivos para o deslocamento desses que seriam os primeiros acadêmicos brasileiros a lecionar no continente africano. Antes, apenas Gilberto Freyre havia realizado pesquisa em terras africanas.

Uma vez em Dacar, Pedro Maia recepcionaria e acompanharia alguns estudantes brasileiros de graduação que seguiram, a partir de 1961, para curso de disciplinas na Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Ao que parece, mesmo com a receptividade da Universidade de Dacar, foram esforços e articulações pessoais de Maia que garantiram a viagem e permanência desses estudantes, tema abordado no terceiro capítulo. Mesmo com a limitação das fontes disponíveis, aspectos desse episódio excepcional da história acadêmica brasileira, que enviou pela primeira vez estudantes brasileiros para enriquecerem sua formação num país do continente africano, não poderiam ser ignorados.

Esses professores e pesquisadores, ao tempo em que paulatinamente compreendiam os países para onde haviam se deslocado, ofereciam indispensável auxílio aos diplomatas designados aos postos

em instalação nos países africanos. Maia, em 1964, assumiu como adido cultural na embaixada de Dacar e Vivaldo foi convidado a assumir o mesmo cargo na embaixada em Gana, cidade para onde se mudou a partir de outubro de 1961. Contudo, o ano que havia começado com muitas expectativas esbarrava na ausência de um posicionamento firme do Brasil em relação a Portugal e seu colonialismo. Se o Brasil desejava romper décadas de afastamento dos países africanos, não haveria melhor oportunidade do que apoiando a independência de Angola, cujas batalhas pela independência haviam estourado em fevereiro de 1961. Conforme explicitaria José Honório Rodrigues, apoiar a independência de Angola era central para a política externa brasileira no continente africano, dados os laços históricos e contemporâneos entre os dois países (Rodrigues, 1961).

Conforme veremos no segundo capítulo, desde o início do ano de 1959, antes de qualquer gesto institucional de aproximação entre Brasil e países africanos, há o registro de estudantes angolanos em São Paulo. Com bolsas oferecidas pela Igreja Metodista, esses estudantes foram precursores no Brasil e trouxeram para o cenário político e acadêmico brasileiro discussões acerca da descolonização. Buscando articular-se com brasileiros e portugueses favoráveis à descolonização, a presença dos estudantes angolanos no Brasil evidenciou conexões e promoveu ações no eixo São Paulo-Rio de Janeiro que publicitariam as difíceis condições a que os angolanos estavam submetidos. Destaque para Deolinda Rodrigues, primeira estudante africana no Brasil, que já descrevia uma trajetória que mais tarde a consagraria como uma heroína da independência angolana.

Mesmo que a política de aproximação do governo brasileiro não se posicionasse em relação a independência de Angola e dos demais países sob colonização portuguesa, sendo direcionada para países já independentes da África ocidental, demandas relacionadas à descolonização de Angola chegariam à embaixada brasileira em Acra. Gana, epicentro do pan-africanismo sob o governo do estadista Kwame Nkrumah ofereceu apoio à descolonização e acolheu diversos movimentos de libertação. Desde 1961, representantes angolanos estiveram em Gana buscando concessão de bolsas de estudo para estudantes que estavam refugiados no país vizinho, o Congo. Vivaldo da Costa Lima, e membros da embaixada, cobrariam do Itamaraty o acolhimento a esses estudantes, o que poderia significar um primeiro gesto de apoio aos movimentos pela independência. O Itamaraty, que silenciava em relação ao tema, evitando assumir

explicitamente sua falta de apoio, não concedia nem negava as bolsas aos estudantes angolanos mesmo que eles tivessem conseguido se deslocar até Gana. As discussões em torno dessa questão crucial da política externa brasileira decepcionaram o candidato à adido, revelaram as limitações de sua atuação na embaixada e resultaram em seu não credenciamento.

A partir do momento em que foi ventilada a disposição do Brasil em conceder bolsas de estudo, em março de 1961, para ganenses, nigerianos e senegaleses, começou a articulação de Agostinho da Silva para garantir que o curso de língua portuguesa fosse realizado no CEAO e que Vivaldo da Costa Lima selecionasse os estudantes, especialmente vindos da Nigéria, para que atendessem à agenda, em construção na Bahia, de promover o reencontro entre povos contemporâneos yorubás com seus descendentes de terreiros baianos.

Para a comunidade afro-brasileira, em especial do povo de santo ou povo de terreiro, praticantes do candomblé no qual se cultuam divindades oriundas de diferentes regiões do continente africano – orixás (Nigéria), inquices (Congo Angola) ou voduns (Benin) – emanava uma visão da África bem distante das preocupações governamentais. Para estes, que reafirmavam quão africanas eram suas práticas religiosas e guardavam as histórias e trajetórias de vida de seus antepassados africanos e africanas através da memória e oralidade, a África sempre foi uma região muito próxima. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tanto alguns africanos e seus descendentes, que conseguiram retornar do Brasil para regiões da África ocidental, como outros, mantiveram práticas comerciais entre os dois continentes, com especial ênfase em produtos necessários para manutenção das práticas religiosas (Carneiro da Cunha, 1985; Santos, 2013). Com a paulatina diminuição desse trânsito de pessoas, a África permaneceu no imaginário popular como uma terra mítica onde o povo negro havia sido originado, oferecendo ao menos o conforto da existência de uma terra natal diante do cotidiano de constante exclusão e subordinação sociorracial.

A religiosidade de matriz africana, cujas práticas eram muito evidentes na Bahia, já havia chamado a atenção de alguns estudiosos nacionais e internacionais na primeira metade do século XX. Em meados do século, período no qual este estudo se localiza, Pierre Verger, nascido na França e radicado no Brasil, e em constantes viagens à Nigéria, foi um dos pesquisadores que dedicou esforços para compreender as origens e práticas do candomblé baiano, estimulando a reativação de contatos e vivências entre brasileiros e africanos.

Verger foi grande colaborador do CEAO, oferecendo conhecimento, contatos e disponibilidade para as ações de intercâmbio entre Brasil e África, estimulando o contato de acadêmicos africanos de origem yorubá com os descendentes yorubás dos candomblés baianos. As autoridades dos terreiros também aguardavam com ansiedade essas presenças ilustres na cidade de Salvador, fazendo questão de recepcioná-los e integrá-los às suas atividades. Se o professor Lasebikan, que era um linguista ativo nos movimentos pela descolonização e trabalhava pela valorização das línguas e culturas africanas, dialogou bem com os terreiros soteropolitanos, não se pode dizer o mesmo para os estudantes. Como veremos, essa perspectiva de que os africanos, ou os nigerianos, teriam uma relação íntima com o culto aos orixás, esbarrava tanto na diversidade de experiências entre os yorubás contemporâneos quanto na diversidade étnica do grupo de estudantes chegado à Bahia.

No quarto e quinto capítulos acompanhamos a experiência das duas turmas de estudantes africanos e africanas bolsistas do Itamaraty que desembarcaram no Brasil enviados pelas embaixadas de Nigéria, Gana e Senegal. A primeira turma foi reunida em dezembro de 1961 num contexto de grande instabilidade e incerteza acerca das ações brasileiras no continente africano. As fontes permitem abordar o trâmite diferenciado em cada um dos três países, o embarque em Dacar, a recepção e atividades desenvolvidas na cidade de Salvador, a diversidade da turma com 15 estudantes, que contemplou estudantes oriundos de seis diferentes países da África ocidental, incluindo Fidelis Cabral D' Almada, estudante e militante guineense que conseguiu juntar-se ao grupo. A imprensa jornalística priorizou a denúncia de estudantes ao colonialismo português e deu destaque ao perfil de Colette Diallo, a mulher do grupo. O CEAO buscou promover aproximação dos estudantes com terreiros baianos e manter o diálogo com o Itamaraty para garantir o sucesso e a continuidade do programa. Registramos a exceção que constituiu a presença de Claude Cros, um estudante francês branco da Universidade de Dacar que também foi contemplado com uma bolsa.

No quinto capítulo, abordamos a chegada de sete estudantes da segunda turma a Salvador, em 1962. Buscamos discutir as alterações no contexto das relações Brasil-África que resultaram na diminuição do número de bolsas e de contemplados. E os diferentes problemas vivenciados pelos estudantes no Brasil, incluindo reclamações à assistência prestada pelo Itamaraty e os casos de racismo em Salvador e no Rio de Janeiro. A presença de estudantes africanos no

Brasil, de acordo com as recomendações de Bezerra de Menezes, parecia uma ação que demonstraria a generosidade brasileira, contudo revelou-se uma oportunidade na qual as diversas questões que permeavam, ou estavam sendo ignoradas nas relações entre Brasil e África, viessem à tona. Isso incluiu a ausência de acordos de cooperação entre os países envolvidos. E as ilusões sobre a África construídas no Brasil (Sombra Saraiva, 1996).

A importância histórica, cultural e religiosa atribuída por intelectuais e religiosos à presença dos africanos e africanas de ascendência yorubá na Bahia não tinha qualquer relação com os objetivos do governo brasileiro. Paulatinamente, alguns diplomatas perceberam o potencial dessas conexões contemporâneas já que ressaltavam uma narrativa acerca das ligações entre Brasil e África sem destacar o histórico da escravidão e as práticas de racismo, coadunando com a propaganda da democracia racial (Sombra Saraiva, 1996; Dávila, 2011) e criando um Brasil *Para africano ver* (Alberto, 2011).

Foi assim que, em 1963, o Itamaraty recebeu com honras de chefe de estado a senhora septuagenária Romana da Conceição. Nascida em Pernambuco e criada na Bahia nos últimos anos da escravidão no Brasil, Romana havia retornado com alguns familiares ainda criança à Nigéria. Muitos anos depois tornou-se uma das mais ativas na comunidade de brasileiros em Lagos, buscou proximidade com a embaixada brasileira e realizou seu sonho de visitar o Brasil (Alberto, 2011).

A viagem foi articulada por Antonio Olinto, adido cultural da Embaixada Brasileira em Lagos. A descoberta da comunidade a que Romana da Conceição pertencia exerceu verdadeiro fascínio entre os pesquisadores brasileiros interessados nas conexões históricas e contemporâneas entre Brasil e África, resultando em diversas publicações (Pessoa de Castro, 1965; 1967; 1968; Olinto, 1964; 1978; Reis, 2018). Sua divulgação, contudo, foi tão oportuna para os discursos de democracia racial que a embaixada brasileira em Lagos e o Itamaraty se esforçariam para atender a um pedido especial de Romana: a concessão de bolsa de estudos num curso de medicina para sua neta, Elisabeth Ganseh. No capítulo 6, acompanhamos os trâmites e a rápida e, infelizmente desastrosa, experiência de Ganseh, que não se adaptou ao Brasil. O caso de Elisabeth Ganseh, embora tenha sido uma exceção na concessão de bolsas a estudantes africanos, revelou uma tendência das embaixadas brasileiras de atender mais a interesses individuais do que trabalhar pela construção de uma política de cooperação educacional entre Brasil e África, como deveria ser. Fez refletir sobre os anseios de brasileiros em relação à comunidade

de brasileiros retornados, e revelou ainda expectativas deles com o Brasil, já que também precisavam reforçar suas próprias narrativas.

Nas páginas finais do livro, acompanhando os anos que enceram a década, observamos que mesmo com menor entusiasmo, outras oportunidades são oferecidas em instituições brasileiras por meio de bolsas, ou apenas vagas, para estudantes africanos que, de alguma maneira, vão manter certo fluxo de acadêmicos nas instituições brasileiras. Buscamos ainda oferecer as informações disponíveis sobre as diferentes trajetórias que os estudantes e as estudantes descreveram após sua experiência no Brasil.

A pesquisa aqui apresentada foi construída originalmente há mais de uma década, a partir da análise de diversas correspondências depositadas no CEAQ e no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), acrescidas de notícias jornalísticas depositadas nestes acervos. Contou ainda com entrevistas concedidas por algumas personalidades que participaram ou estiveram próximas dessa experiência. O livro é dividido em seis capítulos de extensões diversas, acrescidos desta introdução e de considerações finais. Em cada uma dessas partes foi incluída uma correspondência como anexo, buscando oportunizar às leitoras e aos leitores o contato direto com fontes documentais produzidas pelos diferentes sujeitos e instituições que participaram das primeiras ações de intercâmbio acadêmico entre Brasil e países africanos. Para completar, disponibilizamos algumas cópias de imagens de fotografias e matérias jornalísticas num caderno à parte. Infelizmente, este livro foi editado no contexto da grave pandemia do novo coronavírus que, há um ano, vem restringindo a mobilidade das pessoas, mudando o regime de funcionamento das instituições e, conseqüentemente, impediu a revisita a alguns documentos. Enquanto finalizava o texto tive a grata surpresa de iniciar um diálogo com George Frempong, mediado por sua filha, Rosana Frempong, que mesmo diante da extenuante rotina imposta aos profissionais de saúde neste momento, não se furtou em colaborar o quanto possível para registrar aspectos da trajetória de um dos primeiros estudantes africanos no Brasil. Aos dois, meu especial agradecimento.

ANEXO 1

DA EMBAIXADA EM ACRA

Em: 22/VI/61

Criticas ao Brasil.

CT – 144 – A revista “Présence Africaine”, em sua edição em língua inglesa, vols. 6/7 n°s 35/36, (publicada em Paris, 42, rue Descartes, Sène) estampa em suas páginas 244, 245 e 346, um longo comentário, assinado pelo Senhor James W. Ivy, sobre o livro “Branços e negros em São Paulo”, de Roger Bastide e Florestan Fernandes¹ (Companhia Editora Nacional, 1959, 2ª edição revista e ampliada). Peço permissão para reproduzir seu introito: There is a popular believe, and it is one that is sedulously propagated by the brazilians themselves, that “active racial prejudices do not really exist in Brazil”..... Actualy, There is both racial prejudice and racial discrimination in Brazil, although, it may not always be as obvious or as blatant as it is in the American South”.* Desejo ressaltar que a revista em questão é bastante lida pela aristocracia intelectual africana, seja de expressão francesa, seja pela de expressão inglesa. Quero crêr que, como a revista aceita de bom grado manuscritos sobre questões africanas, um artigo preparado por um de nossos intelectuais, devidamente coordenado pelo Itamaraty, poderia prestar bons serviços no sentido de destruir a má impressão causada pelo comentário que acima citei.

SERGIO N. CORRÊA DO LAGO

Correspondência de Sergio N. Corrêa do Lago para Secretaria do Ministério das Relações Exteriores. 22/06/1961, AHI.

*Existe uma crença popular, e é aquela que é diligentemente propagada pelos próprios brasileiros, que “preconceitos raciais ativos não existem realmente no Brasil” Na verdade, há ambos, preconceito racial e discriminação racial no Brasil, embora nem sempre seja tão óbvio ou tão gritante como é no Sul dos Estados Unidos”. Tradução livre.

1 O sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) integrou a missão de acadêmicos europeus contratada para a formação da Universidade de São Paulo, onde atuou de 1938 a 1974, tendo sido responsável pela formação de gerações de cientistas sociais. Seus estudos, a partir da experiência no Brasil, são voltados para a cultura e religião afro-brasileira. Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo brasileiro. Realizou, no início dos anos 1950, em conjunto com Bastide e outros pesquisadores e pesquisadoras, a pesquisa patrocinada pela UNESCO sobre as relações raciais em São Paulo que resultaria em publicações, hoje clássicas, a destacar de *Branços e negros em São Paulo* (1959).



1. EBENÉZER LASEBIKAN: UM DOCENTE NIGERIANO NA UNIVERSIDADE DA BAHIA

Em setembro de 1960, há um mês de a Nigéria finalmente obter sua independência política, chegava à cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, no Brasil, Ebenézer Latunde Lasebikan. O linguista, nascido na Nigéria e de ascendência yorubá, vinha diretamente de Londres para assumir um contrato de um ano para o ensino de língua yorubá na Universidade da Bahia. Trata-se do primeiro docente oriundo de um país africano, de que temos notícia, a lecionar numa universidade brasileira. Lasebikan havia sido contatado diretamente por George Agostinho da Silva, o diretor do recém fundado Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), que investia na oferta de cursos de extensão regulares de línguas asiáticas e africanas para dinamizar as atividades. Profissional no ensino da língua, com formação superior e livros publicados, Lasebikan deixava uma grande cidade europeia para uma experiência de cinco anos no Brasil.

A situação era inovadora não apenas para aquele docente. No CEAO, em funcionamento desde setembro de 1959, os cursos de língua estrangeira até então disponíveis, hebreu moderno, russo e árabe, tinham docentes que não atuavam profissionalmente no ensino de línguas. Havia sido arregimentadas no estilo de Agostinho da Silva que marcou os primeiros anos do Centro: o diretor convidava para

colaborar nas atividades pessoas que tivessem mais disposição do que necessariamente formação acadêmica na área específica.

Naquele final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o CEAO era o primeiro centro acadêmico em funcionamento no Brasil voltado para atividades de pesquisa, ensino e extensão em temas africanos e asiáticos. Sua instalação estava associada a demandas por produção e difusão de conteúdos diante da emergência das independências africanas e asiáticas e da constatação de que, para estabelecer qualquer tipo de contato – e exercer influência – sobre esses países, era necessário dispor de algum conhecimento.

O CEAO já se colocava como uma instituição cujo objetivo era promover conexões através de ações de intercâmbio acadêmico e cultural. Daí as articulações para o envio de professores brasileiros para o ensino de língua portuguesa em países africanos que resultou na viagem de Vivaldo da Costa Lima para a Universidade de Ibadan, Nigéria, em dezembro de 1959 e de Pedro Moacir Maia, para Universidade de Dacar, Senegal em 1961. E a chegada de Ebenézer Lasebikan à Universidade da Bahia, Brasil, em 1960.

“UMA LÍNGUA AFRICANA” NA UNIVERSIDADE

Considerações acerca da importância do ensino de “uma língua africana” (Silva, 16/09/1959, CEAO) na Universidade da Bahia surgiram no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros, realizado na Universidade da Bahia, em agosto de 1959. A discussão foi suscitada com a comunicação enviada por Vivaldo da Costa Lima e Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi, que ressaltava a manutenção da língua yorubá nos candomblés da Bahia (Santos, 1988). Naquela oportunidade, os elogios públicos dispensados pelo professor francês da Universidade Sorbonne, Dr. Revah (Lima, 11/1959, CEAO), foram importantes para que Agostinho da Silva, que já organizava sua proposta e articulava uma equipe para a criação do Centro de Estudos um mês depois, não desconsiderasse essa demanda. Vale informar que o ensino da língua portuguesa em países africanos e asiáticos, e de línguas africanas e asiáticas no Brasil, era destaque na proposta de Agostinho no CEAO e estava inteiramente conectada com o seu projeto político de aproximação partindo de ações de intercâmbio acadêmico e cultural (Silva, 2009, p. 27).

Tão logo o CEAO tenha começado a funcionar, em setembro de 1959, Agostinho da Silva contactou Pierre Verger. O fotógrafo e pesquisador francês, radicado na Bahia, colocou à disposição do CEAO seu conhecimento acerca das relações entre Brasil e África, estabelecendo profícuo diálogo que favoreceria as iniciais ações de intercâmbio (Bacelar, 2001).

Teremos um problema concreto a decidir: foi proposta no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros a criação na Faculdade de Filosofia do ensino de uma língua africana. A proposta foi aprovada e logo veio a idéia de que se ensinasse iorubá, ficando eu encarregado de promover as gestões sobre o assunto. Seria necessário, para evitar certas intervenções locais que o professor viesse daí mesmo e fosse uma pessoa com bastante conhecimento científico da língua e ao mesmo tempo com títulos que fossem indiscutíveis (...). Gostaria de saber com a possível urgência o que pensa de tudo isso e se haveria alguma possibilidade de já no próximo ano letivo termos aqui esse ensino (...). O mais interessante seria que a pessoa designada para esse ensino tivesse algum interesse em assuntos brasileiros: rapidamente lhe ensinaria a língua e ele poderia no regresso a Nigéria, tomar conta de um Centro de Estudos Brasileiros. [...] Reitor está muito interessado e creio por conseguinte que não faltarão os meios materiais. (Silva, 16/09/1959, CEAO)

Na carta em resposta a Agostinho da Silva, Verger dizia estar “contentíssimo” pelo CEAO já ser uma realidade e, sobre o candidato nigeriano para dar aulas na Bahia, apresentava uma sugestão:

Pensei que o tal E. L. Lasebikan, autor de vários livros de ensino de Yorubá seria o mais indicado. Mandou-lhe já três livros dele que tenho em mãos. Não o conheço pessoalmente, vive no momento em Londres aonde é casado com uma inglesa. Parece ser um elemento de grande interesse, por ser, não somente um bom professor, porém também um intelectual de certa categoria que tomou parte relevante em congressos de escritores africanos como o que tive em Paris faz poucos anos. Ademais de suas qualidades de professor, tem sensibilidade, se interessa em poesia yoruba e parece que não é cortado das tradições antigas que tem interesse para a melhor compreensão da herança africana que a Bahia tem. (Verger, 16/10/1959, CEAO)

O perfil do professor indicado por Verger está diretamente relacionado ao modo como o próprio pesquisador pensava as relações Brasil-Nigéria: ao tempo em que envidava esforços de pesquisa para

desvendar aspectos históricos entre essas margens do Atlântico desde os tempos escravistas, Verger também se colocava como um entusiasta e tradutor da cosmogonia e das tradições religiosas yorubanas, avançando paulatinamente como um adepto religioso. Neste esforço, Verger se colocava pessoalmente como um elo entre Brasil e África, buscando estabelecer conexões acadêmicas e reativar conexões religiosas.¹

Essa perspectiva de Verger influenciou a agenda de pesquisa de jovens pesquisadores baianos, reunidos no CEAQ, que voltaram seus esforços para comprovar as ligações históricas entre o Brasil e o continente africano, entre os povos da Bahia e os povos da Nigéria, focando na herança e influência dos povos yorubá e do culto aos orixás, como aspectos determinantes para os candomblés da Bahia.² Desse modo, buscavam comprovar como os terreiros são parte de uma religião cujos pressupostos e organização foram herdados dos povos africanos, no caso dos povos yorubás. Assim, para tornar-se um profissional na investigação de África era necessário combinar atividades acadêmicas e imersão nas tradições religiosas de matriz africana.

Ante a possibilidade de indicar um professor da língua yorubá para atuar na Bahia, Verger não tinha dúvidas sobre o quão importante seria o estudo dessa língua para o povo dos terreiros, de tradições nagô ou yorubá, considerados à época como os mais antigos e mais fiéis às tradições africanas. Em sua opinião, ao fomentar um intercâmbio acadêmico, o CEAQ deveria igualmente estimular um intercâmbio cultural e religioso entre Nigéria e Bahia, no qual o povo de santo estivesse envolvido. Dessa maneira, o professor a ser selecionado não deveria ser alguém distanciado das tradições religiosas, conforme explicou noutra correspondência:

[...] muitos intelectuais são ocidentalizados... não sabem “o ejemplo do prestígio que as manifestações dos cultos afro-brazileiros tem na boa terra es um ponto importante das relações entre Africa e Brazil

- 1 À época, essa atuação de Verger, que reclamava para si uma posição de protagonismo nas conexões acadêmicas e religiosas entre Brasil e Nigéria, impressionou intelectuais como o historiador beninense Elisée Soumonni, causou desconfiância em outros, como o dramaturgo nigeriano Wole Soyinka e revoltava o intelectual e multiartista brasileiro Abdias do Nascimento (SOUMONNI, 2009; NASCIMENTO, 2002). Contemporaneamente, a interpretação que Verger deu às tradições yorubanas vem sendo questionada (AKOTIRENE, 2019).
- 2 Resvalando no nagocentrismo, tema já bastante discutido pela literatura acadêmica. Ver Dantas, 1988; Serra, 1995; Matory, 1999; Parés, 2006.

[...] Seria sumamente desagradável ter um “sábio” que só queria ficar nas altas esferas da Universidade e não ter relações com essa gente nossa que por a fidelidade e a dignidade com quem han guardado as tradições de SUS antepassados africanos han podido fazer lãs dignas de interes... (Verger, 16/10/1959, CEAO)

Àquele momento, Verger se somava a pesquisadores, religiosos e artistas que buscavam visibilizar e valorizar tradições culturais e religiosas no continente africano. Tais tradições revelavam a historicidade e vivacidade da experiência africana em enfrentamento às concepções colonizadoras que as associavam a selvageria e a-historicidade. As tradições yorubás e o culto aos orixás passaram a ser evidenciadas como a prova tanto da antiguidade do pensamento africano como da resistência de um povo. Havia a preocupação que os processos de independência em curso garantissem que esses costumes fossem valorizados e não perseguidos.

E, diante da flagrante evidência da manutenção e intensidade do culto aos orixás na Bahia, mais especialmente em Salvador, Verger e os demais pesquisadores do CEAO se esforçariam em demonstrar que os nigerianos desafricanizados aqui vinham para reencontrar esses rituais. Tal pensamento Verger expôs numa anedota enviada de Londres a Vivaldo da Costa Lima, em 1961.

Hoje é domingo [um belo domingo inglês] que não se sabe o que fazer, felizmente estou esperando a visita de vários nigerianos que vou esforçar-me de reafricanizar um pouco. Já pensei em criar a ERIAD “Escola de Reafricanização para Intelectuais Africanos Desafricanizados”, com sede na Bahia e dona Senhora³ como Principal, e você encarregado de raspar a gente, e Jorge (da Rocha) de limpar o cocô. (Verger, 10/03/1961, *Afro-ásia*)

SELECIONADO O PROFESSOR

Se considerarmos que, em 1960, não era corriqueiro um professor possuir título universitário e livros publicados, o perfil de Ebenézer Latunde Lasebikan era mais qualificado para ocupar a vaga. Se somarmos o fato de ele atuar em Londres, capital do império britâ-

3 Maria Bibiana do Espírito Santo, ou Mãe Senhora (1890-1967), foi Iyalorixá do Ilê Opô Afonjá, terreiro descendente do Candomblé da Barroquinha, em Salvador. Mãe carnal de Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi.

nico cujas instituições eram consideradas as principais referências em produção de conhecimento, não haveria dúvidas quanto a sua contratação (Lasebikan, 1958).

Ainda assim, Verger não o conhecia pessoalmente e questionava se o professor teria o conhecimento das tradições yorubanas tão importantes para a perspectiva do intercâmbio que se organizava. Sugeriu, como opção, outro candidato: Olaiya Fagbamigbe, do Saint Peter's College, em Akure, Nigéria. Esse professor não tinha título universitário, mas tinha "interesses nas tradições Yoruba, e conhecer as bastante, o que se encontra dificilmente por agora dentro do meio dos universitários já tocados demais pela ensinância occidentalizada que han recebidos" (Verger, 25/10/1959, CEAO).

Ambos os candidatos foram prontamente contatados para verificar o interesse e disponibilidade em ensinar a língua yorubá na Universidade da Bahia e responderam entusiasmadamente. Lasebikan escreveu:

Mas, veja você, a linguística é um tema de minha predileção, e sendo fornecidas condições viáveis e razoáveis, e há perspectivas para mim para o futuro. Considerarei com alegria assumir o posto na Universidade Federal da Bahia por alguns anos, pelo menos, antes de finalmente voltar à Nigéria. Estou certo de que encontrarei grande prazer em ensinar yorubá no Brasil. (Verger, 29/10/1959, CEAO. Tradução livre)⁴

Fagbamigbe, em 30 dezembro de 1959, escreveu:

Considerarei o pedido muito cuidadosamente, e eu gostaria verdadeiramente de expressar que meu motivo de desejar ensinar yorubá em sua universidade é que quero utilizar essa oportunidade para popularizar a cultura yorubá que amo tanto. (Fagbamigbe, 30 /12/1959, CEAO. Tradução livre)⁵

Entre o final do ano de 1959 e o início de 1960, várias correspondências foram trocadas entre Agostinho da Silva e os dois candidatos.

4 *But, you see, Linguistic is a subject next to my heart, and, provide the conditions of service and reasonable, and there are prospects for me for the future. I will gladly consider taking up the appointment in the University of Bahia for some years at least, before finally returning to Nigeria. I am sure to find great pleasure in teaching Yoruba in Brazil.*

5 *I have considered the request very carefully and I very should like to state that my motive for wishing to teach yorubá at your University is that I want to make use of the opportunity to popularize the Yoruba Culture which I love so much.*

Lasebikan e Fagbamigbe enviaram informações sobre a trajetória acadêmica e receberam informações sobre as condições de trabalho na Bahia.

Agostinho, cujas ações para o intercâmbio com um professor africano eram orientadas pelo grupo de intelectuais à sua volta na Bahia, ficou dividido entre os candidatos e pensava na possibilidade de trazer os dois em momentos diferentes. Em novembro de 1959, escreveu para Verger: “inclina-se o reitor para o Lasebikan e inclinam-se outros amigos para o Fagbamigbe. A minha idéia que haveria de fazer as duas coisas, vindo sucessivamente a Bahia um e outro” (Silva, 17/11/1959, CEAO). No início do ano seguinte reiterava sua inquietação ante a demora na resolução do professor: “gostaríamos bem de que o curso se iniciasse o mais depressa possível já que os outros nossos cursos, bem menos importantes para a Bahia já vão em bom andamento” (Silva, 14/01/1960, CEAO). Tal afirmação está associada à paulatina compreensão de Agostinho acerca da existência de conexões históricas e religiosas entre os povos yorubás nigerianos e seus descendentes em terreiros da Bahia. Assim, afirmou em outra oportunidade que:

[...] estamos com o maior interesse em reativar as relações Brasil-África Ocidental, inteiramente convencidos de que há que formar um conjunto afro-brasileiro, numa extensão a domínios sociais, pedagógicos, econômicos e políticos daquilo que afinal é a história de várias famílias da África e do Brasil. (Silva, 02/05/1960, CEAO)

Os arranjos para a viagem e as condições de trabalho oferecidas pela Universidade da Bahia a Lasebikan, com o custeio de passagens e acomodações também para sua esposa e filha, e um salário que atendeu às expectativas, são demonstrativos do apoio do reitor Edgard Santos à proposta do CEAO (Silva, 02/05/1960, CEAO). Não há maiores discussões, na correspondência, a respeito do financiamento. Aceitando a proposta da universidade baiana, Lasebikan, candidato que tinha prioridade na negociação, mandou sua resposta positiva em 01 de abril de 1960 (Lasebikan, 01/04/1960, CEAO). Se o professor chegasse no mês de julho, como previsto inicialmente (Lasebikan, 04/04/1960, CEAO), coincidiria com o início do segundo semestre letivo. Contudo, o professor precisou remarcar as datas por conta de exames a serem realizados em Londres (idem).

É importante destacar que à época o CEAO era considerado tão desnecessário quanto conexões com a África consideradas inexis-

tentes. Certamente a inserção e titulação acadêmica de Lasebikan pesaram para sua vinda ao Brasil. O CEAO, em fase de instalação e sofrendo pressões por conta da oposição de setores dentro da universidade – que já se opunham às inovações do reitor e mais ainda quando se tratava de investir num professor africano quando a imagem da África estava associada aos piores estereótipos – precisava legitimar-se academicamente e, para isso, os títulos se faziam importantes. O investimento em professores estrangeiros foi uma ação recorrente naquela gestão e, para completa inovação na universidade brasileira, um professor nigeriano foi contemplado.

Tanto a contratação de Lasebikan, quanto a realização do curso, marcaram a Universidade da Bahia. Pela primeira vez um professor do continente africano, um homem preto, assumia uma sala de aula para oferecer um curso com conteúdo também específico ao continente africano. Outro importante destaque foi o fato de o curso ter sido disponibilizado a pessoas sem escolaridade comprovada. Pela primeira vez na história, a instituição abria suas portas para a população “bem humilde” (Silva, 1995, p. 7) e negra: notadamente o povo de santo de Salvador.

Em 1960, professores e estudantes negros e negras eram absolutamente incomuns na Universidade. Mesmo se tratando de um curso de extensão, ou seja opcional e desvinculado da grade de qualquer curso de graduação, foi necessária uma sensibilização em Agostinho da Silva para compreender que era possível contar com um professor “nativo” (Silva, 21/11/1959, CEAO) e que, um curso voltado para um tema da história e cultura africana deveria necessariamente incluir o acesso de pessoas negras, seu público mais interessado, em vez de em alunos com “boa preparação filológica” e enviados do Instituto de Fonética, como Agostinho inicialmente havia pensado (Silva, 16/06/1959, CEAO).

A correspondência entusiasmada de Jorge Manuel da Rocha, presidente da Federação do Culto Afro-Brasileiro, tão logo se tenha confirmado a vinda de Lasebikan, evidencia a expectativa que aquela realização causava nos terreiros. Em 02 de abril de 1960, Jorge Manuel confirmava ter sido comunicado sobre o plano de intercâmbio Brasil-África do CEAO e apoiava o curso de Lasebikan “cuja iniciativa essa Federação manifesta de logo seu apoio e propõe fazer sentir aos filiados dessa Federação a necessidade imprescindível do seu comparecimento para o aperfeiçoamento do idioma dos nossos antepassados”. Enviava a lista dos terreiros associados àquela

instituição e solicitava ser informado da chegada do professor nigeriano com antecedência (Rocha, 02/04/1960, CEAO). As reclamações de Jorge por não ter recebido tal informação, ressaltam como de fato aquele representante do povo de santo queria participar de todos os passos relacionados àquela presença histórica na cidade (Lima, 08/09/1960, CEAO).

LASEBIKAN NA BAHIA

As informações disponíveis acerca da vida de Lasebikan, quando chegou ao Brasil, não são muito detalhadas. Natural de Ibadan (Pessoa de Castro, s/d), sabemos que à época residia em Londres, era linguista diplomado e professor da Escola de Línguas Africanas e Orientais da Universidade de Londres (Silva, 16/05/1961, CEAO). Era casado com uma mulher inglesa e tinha uma filha pequena.⁶ Certamente o professor remeteu seu currículo para a Universidade da Bahia, mas essa correspondência não ficou arquivada no CEAO. Havia publicado livros para o ensino de yorubá e, se animou para uma temporada de alguns anos no Brasil antes de retornar definitivamente à Nigéria, como intentava. Previa que em dois anos no novo trabalho, já estaria habilitado na língua portuguesa que passou a estudar e arriscar algumas frases (Lasebikan, 15/03/1960, CEAO).

A indicação de seu nome surgiu após sua participação no *Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros*, realizado em Paris, entre 19 e 22 de setembro de 1956. Naquela importante reunião, diversos expoentes da intelectualidade negra, africana ou afrodescendente, oriunda de diversos países na África, Europa e América, mas especialmente oriundos de países que haviam sido – ou ainda estavam – submetidos à colonização francesa, reuniram-se num auditório da Universidade Sorbonne para debater a situação colonial. Na síntese proposta por Raissa Reis e Taciana Resende, “No encontro de 1956, estava em pauta o estabelecimento de uma concepção de cultura que servisse ao jogo de forças em torno do anticolonialismo” (Reis, Resende, 2016, p. 13). Destaque para participações como as dos martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon, dos senegaleses Léopold Senghor, Cheikh Anta Diop e Alioune Diop, este, diretor da revista *Presence Africaine* que idealizou e promoveu o Congresso

6 Os nomes da esposa e da filha não foram encontrados na documentação consultada.

(Reis, Resende, 2016, p. 09-10). À época a redação da revista era chefiada por Mário Pinto de Andrade.⁷

A participação de Lasebikan, no Congresso, foi registrada em publicações nigerianas do período, seja através de sua fotografia (*Black Opheus*, 1957), seja através de seu trabalho intitulado “*Tone in Yoruba Poetry*” (*Odu*, 1956). De modo que pode se afirmar que Lasebikan estava afinado com intelectuais que circulavam na Nigéria em meados dos anos 1950. E também que, à semelhança do que foi proposto no *I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros*, se esforçavam para fazer emergir discussões e produções acadêmicas e artísticas que reposicionassem a história e cultura dos povos africanos. Neste caso específico, dos povos yorubás (*Odu*, 1955).

Lasebikan conheceu pessoalmente Verger meses depois de ter sido indicado para a vaga na UBa, dissuadindo-o das preocupações que nutria acerca de seu trabalho. Verger, mais de uma vez, registrou o perfil do professor que interessava para ocupar a vaga revelando o interesse num profissional comprometido com aqueles conteúdos que se buscava incluir e significar nos currículos universitários da Nigéria e do Brasil. Na Bahia, o ensino da língua yorubá deveria estar em sintonia com a perspectiva do povo de terreiro, valorizando a tradição religiosa. O professor selecionado deveria estar sensível à proposta, diminuindo o possível constrangimento estimulado pela hierarquia entre um “doutor” da universidade e a turma pouco escolarizada dos terreiros.

Noutra oportunidade, quando Lasebikan já estava há um ano na Universidade da Bahia, Vivaldo da Costa Lima não o recomendava para um possível trabalho de pesquisa sobre a língua yorubá com os estudantes nigerianos que estavam a caminho de Salvador, referindo-se às “vantagens ou desvantagens da formação acadêmica de Lasebikan” (Lima, 05/12/1961, CEAQ). Nesta afirmação, Vivaldo mantinha alguma desconfiança acerca do trabalho desenvolvido por aquele profissional nigeriano.

É preciso ter em mente que, na primeira parte do século XX, esses, sobretudo, homens africanos, estavam desbravando universidades europeias e as desafiando com uma produção intelectual comprometida com proposições epistemológicas diversas da perspectiva colonial (Panorama, 2019). Há cerca de sessenta anos, portanto em meados do século, estudiosos africanos buscavam (re)construir as

7 Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foi intelectual e ativista político angolano. Um dos fundadores e primeiro presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), entre 1959 e 1962.

universidades africanas. No Brasil, à época, o acesso de homens e mulheres negras à universidade, também eram ações desbravadoras. Se fossem oriundos de grupos culturais tradicionais, praticantes das religiões de matriz africana ou se buscassem discutir exatamente esses temas, a dificuldade era maior ainda (Rossi, 2011).

Há que se destacar o esforço de uma personalidade como Mestre Didi que, fraturando esse cerco, conseguiu publicar em 1948 seu primeiro livro sobre o ensino da língua yorubá no Brasil, *O Yorubá tal como se fala* (Santos, [1948] 1988; Castilho, 2010, p. 144-5), e sua paulatina inserção no intercâmbio acadêmico, artístico e religioso entre Brasil e Nigéria com a mobilização de redes intelectuais como essa que se organizava no CEAO.

A despeito das preocupações que cercavam aquela primeira experiência numa universidade brasileira, pode-se afirmar que o curso foi um sucesso. A adesão de personalidades reputadas de terreiros de Salvador, senhores e senhoras já idosas, Babalorixás e Iyalorixás, possivelmente que pouco ou nunca tinham tido anteriormente a experiência de estar em espaços escolares, evidenciou como aprofundar o estudo da língua yorubá era uma experiência nova e importante. Não foram encontradas no acervo do CEAO informações detalhadas dos matriculados nessas primeiras turmas que estudaram com Lasebikan. Através de um registro do professor, sabemos que frequentaram Olga Lydia da Conceição, Luiz Sérgio Barbosa. O Sr. Hilário das Virgens, mesmo com a idade avançada de 77 anos, em 1961, atuava como uma espécie de assistente nas aulas, sendo considerado “imprescindível” “por sua vivência longa e ativa na ambiência cultural do candomblé bahiano” (Virgens, 09/11/1961, CEAO).⁸ E Mestre Didi. Podemos imaginar a riqueza do encontro entre Lasebikan e Mestre Didi. Conforme lembra Jeferson Bacelar, Didi foi o aluno mais aplicado e guardava com zelo e destaque o certificado daquele curso realizado no CEAO. Uma fotografia, publicada no livro em homenagem aos 80 anos de Mestre Didi, registra a formatura e almoço com colegas do curso de yorubá do CEAO (Santos, 1997, p. 38).

Em 1962, Mestre Didi ampliou e publicou sua cartilha de yorubá. Segundo a apresentação de Nelson Rossi, diretor do Instituto de fonética da UBa e colaborador do CEAO, “Deoscóredes foi dos mais assíduos e atentos frequentadores dos cursos de que guarda até

8 Na oportunidade solicitava um auxílio financeiro de cinco mil cruzeiros pela contribuição nas aulas.

hoje suas cuidadíssimas notas. Na sua viagem à Nigéria e ao Daomé, de 1966, orgulha-se – com toda razão – de ter entendido e ter-se feito entender o bastante (em yorubá) para seus propósitos e necessidades” (Santos, 1988, p. 106).

Conforme explicou Valdina Pinto,⁹ numa entrevista concedida em 2012 para esta pesquisa, nestes cursos de línguas africanas do CEAO desenvolveu-se a metodologia de ter um professor regente do continente africano com a assessoria de uma pessoa mais velha do candomblé (Pinto, 2012). Esses mais velhos, além de conhecerem melhor a língua em questão, acabavam por contribuir para o diálogo entre o professor estrangeiro e o público local. Por ocasião da ausência do professor, temporária ou definitiva, devido às dinâmicas do intercâmbio, o assessor podia vir a tornar-se professor regente.

Lasebikan registrou uma ferramenta metodológica utilizada para facilitar a aprendizagem ou aperfeiçoamento da língua. O ensaio e apresentação de uma peça teatral inteiramente falada em yorubá. *Oduduwa Ati Awon Omo Re*¹⁰ foi apresentada pelos estudantes da turma nas comemorações da independência da Nigéria, realizada pelo CEAO, em outubro de 1961. Trata-se da primeira encenação teatral de uma montagem em língua africana na universidade. De acordo com o depoimento de Lasebikan, foi o ápice daquele evento que comemorava também o encerramento do primeiro ano do curso e o próprio aniversário do professor:

O primeiro aniversário da Independência da Nigéria coincidiu com a conclusão do primeiro ano do curso de iorubá. Como os alunos tinham praticado uma peça, *Oduduwa Ati Awon Omo Re* (Oduduwa e seus filhos) e eu os incentivei a encená-la como contribuição ao aniversário. O apoio que recebi do diretor e de toda a equipe do Centro foi fabuloso. A Escola de Teatro foi colocada à nossa disposição (...). Todo mundo parecia estar decidido a fazer o seu melhor para a nossa apresentação. A performance da tarde abriu com um breve resumo do século da Nigéria – de um longo período sob o domínio britânico, a partir do estatuto de uma colônia da Coroa, até tornar-se um Estado soberano. Este foi seguido pelas saudações do meu

9 Valdina de Oliveira Pinto (1943-2019) nascida em Salvador (Brasil), foi educadora, makota do terreiro Tanuri Junsara (cargo de chefia destinado a mulheres que assessoram a liderança do terreiro) e militante contra o racismo e a intolerância religiosa. No Centro de Estudos Afro-Orientais, nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu para valorização do candomblé de matriz congo-angola e para o ensino da língua kikongo (Pinto, 1988; 2012).

10 Que pode ser traduzida como *Oduduwa e seus filhos*.

próprio aniversário, batendo no tambor falante, enquanto os tambores foram traduzidos em frases iorubá pelo Sr. Luiz Sérgio Barbosa, um membro da turma de iorubá, e as sentenças iorubá traduzida em Português por Dra. Olga Lydia da Conceição, uma senhora membro da classe. Depois, houve um breve discurso de boas-vindas em Português e iorubá pelo professor Taurino Eduardo Topazio Sauze, outro membro da turma. A platéia ouviu então uma seleção de música nigeriana e, acompanhado do tratado *Oduduwa Ati Awon Re*. Finalmente saiu uma interpretação, em um estilo magnífico, do hino nacional da Nigéria. O ápice das apresentações foi a peça *Oduduwa Ati Awon Re*. A razão não é difícil de encontrar, pois essa foi provavelmente a primeira vez na história que uma peça africana havia sido encenada na Bahia por baianos vestindo trajes africanos, e falando línguas africanas. As vestes iorubá coloridas que eu tinha levado da Nigéria para Londres, e de Londres para a Bahia, além de todas as vestes brancas que foram costuradas aqui, com materiais locais por costureiros brasileiros, que pediram a minha própria veste branca e usou-a como modelo. Fiquei particularmente intrigado com o bordado sobre os abadás, porque, enquanto o alfaiate da Nigéria fizera o meu próprio abadá de modo estritamente convencional, utilizando apenas uma cor de fio de seda para cada abadá, os alfaiates brasileiros, por vez, corajosamente quebraram esta convenção usando segmentos de duas ou três cores diferentes. Com cores lindamente misturadas, foi assim que eu passei a gostar dos abadás brasileiros, que eram costurados melhor do que o meu! (Lasebikan, 1962, p. 39-40 APUD Oliveira JR. Tradução livre)

Lasebikan concedeu uma entrevista que foi publicada no *Jornal da Bahia* numa edição que também registrava as comemorações do CEAO naquele primeiro ano de independência da Nigéria.¹¹

Na mesma época, Lasebikan não se furtou de ir às festas nos terreiros de candomblé com seus estudantes, conforme informava a correspondência remetida por Verger à Vivaldo. “No último domingo mestre Lasebikan e os seus alunos foram vestidos de Abadas (que tinham feito para a apresentação dos Filhos de Oduduwa), na casa de Dona Menininha¹² que festejava o seu santo nesse dia” (Verger, 25/11/1961, *Afro-ásia*). Dias depois Lasebikan, acompanhando Waldir e Lauro Escorel, chefe da divisão cultural do Itamaraty, estiveram numa festa na casa de Dona Senhora (Verger, 27/11/1961, *Afro-ásia*).

11 Infelizmente não consegui acesso a essa reportagem.

12 Maria Escolástica da Conceição Nazaré, a Mãe Menininha do Gantois (1894-1986), foi a Iyalorixá do Ilê Iya Omi Axe Iyamassê, terreiro descendente do Candomblé da Barroquinha, em Salvador.

Ao longo do seu período de trabalho na Bahia, Lasebikan ministrou conferência no Centro de Estudos sobre “A estrutura tonal da poesia yorubá” (*Diário de Notícias*, 11/10/1963, CEAO) e foi homenageado pelos seus estudantes no fim de ano de 1963 (*Jornal da Bahia*, 12/12/1963, CEAO). Sua produção acadêmica no período foi profícuca: mais um livro e dois artigos publicados em Londres (Lasebikan, 1963, p. 75-79 APUD Oliveira JR). Num deles registrou aspectos de sua experiência no Brasil cujos trechos foram reproduzidos acima.

Para Lasebikan a experiência foi deveras marcante.

A cultura brasileira parece-me uma cultura de culturas, constantemente sendo enriquecida pelo desenvolvimento dos vários aspectos dos grupos étnicos que vêm a formar a nação brasileira. O estudo sistemático das línguas e culturas africanas apenas começou, e está destinado a aumentar e a desenvolver-se com o passar do tempo. (...) Quanto enriquecimento resultará para uma cultura de culturas! (Lasebikan, 1963, p. 79 APUD Oliveira JR. Tradução livre)¹³

Nos quase cinco anos em que Lasebikan desenvolveu seu trabalho na UBa, entre 1960 e 1964, muitas foram as alterações políticas no Brasil. Desde 1961, com a ascensão do presidente Jânio Quadros, houve mudança no cenário da política nacional e internacional, que passou a dedicar algum esforço para estabelecer aproximação com países africanos. Naquele mesmo ano mudanças marcaram o cenário da universidade e do próprio CEAO, que culminaram com a saída de Edgard Santos da reitoria e consequente saída de Agostinho da Silva da direção do Centro e da universidade. Sem o apoio antes incondicional oferecido pela reitoria, o CEAO, sob a direção de Waldir Oliveira, manteria negociações iniciadas por Agostinho da Silva, para apoio às atividades do Centro nas ações da política externa brasileira.

Sabemos do esforço do Centro baiano para inserção de seus pesquisadores nas ações de aproximação com a África. Isso incluiu Lasebikan, que esteve disponível para seguir no navio-escola Custódio de Melo. Essa iniciativa, apresentada pelo Grupo de Trabalho do Itamaraty, previa que um navio realizasse um périplo pelo continente africano divulgando aspectos do Brasil, mas não

13 *Brazilian Culture appears to me as a Culture of Cultures, constantly being further enriched by the development of the various aspects of the ethnic groups that go to make the Brazilian nation. The systematic study of African languages and cultures has only just started, and is bound to increase and development as time goes on. (...) What a further enrichment will be made of a Culture of Cultures!*

chegou a ser efetivada (Saraiva, 1996, p. 66). O professor de Língua e Cultura yorubá “estaria disposto a ir no barco durante o seu percurso pelos portos da África Ocidental; dado o fato de que já tem estágio no Brasil, acho que seria elemento extremamente útil” (Silva, 15/05/1961, CEAO).

Logo em 1961, Lasebikan se disponibilizou para seguir a um Congresso em Abdijan “às expensas da universidade” da Bahia (Silva, 24/02/1961, CEAO). E em 1962, foi cogitado para representá-la no *I Congresso Internacional de Africanistas* em Acra. Naquela oportunidade, Vivaldo, que articulava a participação brasileira desde Acra, achou descabido enviar um professor nigeriano para representar o CEAO em Gana. Assim escreveu a Waldir:

Tire imediatamente da cabeça esta ideia de recomendar Lasebikan. (...) embora o bom sujeito que é etc, não seria considerado absolutamente aqui um representante da Bahia ou do Brasil, mas da Nigéria! (...) Se o Lasebikan quiser vir, que venha como observador e consiga fundos onde ocorrer para tanto. (Lima, 10/08/1962, CEAO)

Em 1963, por ocasião do *Colóquio África e América Latina*, um encontro da UNESCO realizado no Itamaraty, no Rio de Janeiro, Lasebikan seguiu junto com Waldir Oliveira, como representantes do CEAO. Lá pode reencontrar grandes nomes da intelectualidade negra como Aimé Cesaire com quem esteve no *I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros* anos antes. E conhecer intelectuais brasileiros estudiosos das relações raciais, como Otávio Ianni, e das religiões afro-brasileiras, como René Ribeiro (*Jornal da Bahia*, 29-30/03/1963, CEAO).

Nos primeiros meses de 1964, Lasebikan chefiou uma missão da UNESCO por diversos países africanos (Ver anexo 02). Através da correspondência remetida ao CEAO pelo linguista, sabemos que, entre janeiro e abril passou por Uganda (Lasebikan, 20, 21, 23/01/1964, CEAO), Níger (Lasebikan, 07/02/1964, CEAO), Nigéria (Lasebikan, 13, 15/02 e 02/03/1964, CEAO) e também Londres (Lasebikan, 31/03/1964, CEAO). Em 07 de maio de 1964 o *Jornal da Bahia* informava o retorno do professor à Salvador após chefiar “grupo de estudos para alfabetização de adultos” (*Jornal da Bahia*, 07/03/1964, CEAO). Naquele ano, o curso de yorubá na Bahia estava programado para ser iniciado em maio, somente após a chegada de Lasebikan. É o último ano em que há notícia da realização de seu curso.

Por conta das incertezas que pairavam sobre a continuidade do funcionamento do CEAO, e também devido aos novos interesses de trabalho e pesquisa, em março de 1964, Waldir recomendava a Lasebikan que procurasse o professor Barmate, chefe da divisão de ciências humanas na UNESCO, em Paris, para conseguir uma bolsa em 1965 (Oliveira, 02/03/1964, CEAO). Antes de Agostinho deixar o CEAO, já buscava outras possibilidades de financiamento para o professor nigeriano então recém-chegado (Silva, 05/07/1961, CEAO).

Todas as atividades do CEAO, e seus altos custos, passaram a ser questionadas pela reitoria, a partir de 1961. Com alterações radicais no cenário político nacional pós-golpe civil-militar em 1964 e a consequente mudança na gestão da universidade, o Centro tornou-se alvo da perseguição política.¹⁴ Some-se a crescente inflação que desvalorizava os salários. Lasebikan solicitava desde 1961 o reajuste no salário, mas não o obteve.¹⁵

É necessário destacar as expressões e impacto do racismo do cenário acadêmico brasileiro diante daquela experiência inovadora. O relato de Waldir Freitas Oliveira, que assumiu a direção desde 1961, é emblemático:

Aliás, antes dele ir ele trouxe para Bahia um professor de língua iorubá, Ebenezer Latunde Lasebikan, que foi quem começou o curso de iorubá aqui na Bahia. E, logo depois do Lasebikan ter chegado já o Agostinho tinha ido embora e eu continuei o curso. E continuei o curso tendo uma surpresa porque no curso de iorubá, só se matriculavam... Quando eu fui ver quem eram as pessoas que se matriculavam, não tinha nenhum estudante de letras, não tinha nenhum acadêmico, só tinha gente do candomblé que estava querendo aprender o iorubá para transformar o conhecimento da língua iorubá num canal de ascensão dentro do grupo de candomblé. Essa situação, inclusive, me fez ouvir uma coisa que a princípio eu me aborreci, mas depois eu concordei, do René Ribeiro, que era aquele antropólogo pernambucano. Uma vez a gente se encontrou no Rio de Janeiro, numa dessas reuniões do Itamaraty referentes à relação Brasil e África, e disse: “como vai sua escola de pais-de-santos?” Me aborreci, mas, depois voltei para Bahia e compreendi que na realidade o curso de iorubá dado por Lasebikan era uma espécie de fortalecimento das casas de candomblé e não uma tentativa de compreensão da cultura africana. Porque o importante, a meu ver, naquela ocasião era, quando por

14 Sobre a perseguição política a intelectuais no CEAO ver REIS, 2019.

15 As já citadas correspondências que Lasebikan remeteu ao CEAO enquanto se deslocava na missão da UNESCO, em 1964, tinham o objetivo principal de verificar se sua esposa em Salvador estava recebendo os seus salários.

exemplo, nós começamos os cursos [...] nós começamos a ensinar, sem exigir de quem se matriculasse qualquer tipo comprovação de instrução. Bastava saber ler e escrever, que podia se matricular no curso. (Oliveira, 2009)

Nestas considerações pode-se observar o incômodo que a proposta, por ter um programa voltado para um público prioritário de personalidades do candomblé, causava em dois professores universitários: Waldir Oliveira e René Ribeiro. Oliveira, mesmo tendo dirigido o CEAO por onze anos, entre 1961 e 1972, não manteve aproximação ou compreensão do povo de terreiro, nem como pesquisador nem como praticante, reiterando contemporaneamente a memória dos questionamentos que a comunidade negra começou a fazer ao longo daquela década reivindicando um diretor negro à frente do CEAO (Oliveira, 2004b, p. 131; 2009).

O que se sobressai nas referências à fala de René Ribeiro, antropólogo pernambucano e pesquisador das religiões de matriz africana, não são as críticas ao CEAO realizadas por diversos pesquisadores à época. Tampouco pela abordagem do continente africano a partir de aspectos da cultura e da religiosidade, perspectiva que era julgada como algo de menor relevância no contexto político internacional.¹⁶ Seu ponto era a relativa inclusão e diálogo, na universidade, com demandas e experiências de um segmento tão marginalizado como o povo de terreiro que, para Ribeiro, assim como rezava as metodologias do fazer antropológico, deviam figurar como objetos de pesquisa.

Enquanto Yeda Pessoa de Castro registrou que os cursos de língua estrangeira no CEAO foram extintos após as mudanças políticas de 1964 (Pessoa de Castro, s/d, p. 4) Waldir Oliveira afirmou, em outro depoimento que, após a citada fala maliciosa do Ribeiro, estudou “uma maneira de acabar com aquele curso” (Oliveira, 2004a).

Não há informações precisas acerca do destino de Lasebikan e sua família quando seu contrato não foi renovado em 1965 pela Universidade da Bahia. O professor pode ter seguido para o Reino Unido a fim de continuar seus estudos na Universidade de Londres investigando “A Sobrevivência da Cultura Iorubá no Brasil” conforme cogitou (Lasebikan, 13/02/1964, CEAO. Ver anexo 02). Pode ainda ter seguido para Nigéria ou outro país. A experiência de Lasebikan e o curso de língua yorubá deixou as melhores referências entre seus

16 Provocação de intelectuais do Instituto Brasileiro Estudos Afro-Asiáticos, no Rio de Janeiro.

estudantes e também funcionários do CEAO. Para finalizar, registro o depoimento de Maria Antonieta Frank, chefe do setor de cursos do CEAO, quando, em 1961, remetia informações sobre o trabalho com o professor Lasebikan para Ministério da Informação, em Ibadan, Nigéria: "É um prazer trabalhar com a amável pessoa como o professor de yorubá. Muito importante seu trabalho para nosso país, sua pessoa, sua linguagem" (Frank, 07/11/1961, CEAO).

ANEXO 2

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

E. L. Lasebikan,
Assessor da UNESCO,
A/C de Sua Excelência Reverendíssima S. I. Kale,
Bishopscourt,
Caixa postal 13,
LAGOS,
NIGÉRIA
13 de fevereiro de 1964.

Caro Professor Waldir,

Estou escrevendo esta carta de Niamey, no Níger, aonde chegamos na segunda-feira, dia 10 de fevereiro. Mas agradeço se fizer a gentileza de me enviar sua resposta A/C do Bispo de Lagos, cujo endereço postal está escrito acima, porque partiremos de Niamey no dia 24 de fevereiro. Retornaremos a Paris no dia 2 de abril.

Com relação ao meu pedido de informações sobre minha família, feito na carta que escrevi a você no mês passado de Kampala, em Uganda, tenho o prazer de informá-lo que, quando chegamos a Niamey na segunda-feira passada, encontrei uma carta de minha esposa me esperando em nosso hotel. Também fico feliz em notar pelo tom da carta que ela está se recuperando muito bem. Muito obrigado.

Passamos três semanas em Uganda. Os problemas em Uganda em relação ao uso da Língua Materna são realmente complicados. O país tem uma população de pouco menos de 7 milhões, mas as pessoas pertencem a vários grupos étnicos e falam entre 30 e 40 línguas diferentes (ou melhor, dialetos em alguns casos). Uma Campanha de Alfabetização de Adultos está sendo contemplada, e é proposta a utilização de 20 idiomas diferentes. A radiodifusão é feita em 14 línguas diferentes, além do inglês, que é a língua oficial. Algumas línguas como Sebei, Lubwisi, Lukonjo e algumas outras nunca foram escritas, embora se diga que a Missão Católica tenha escrito um Catecismo em Sebei. Mas esse é um esforço puramente voluntário e privado

que não é amplamente conhecido ou reconhecido pelo governo. Existem problemas muito sérios na presente ortografia, no uso de alguns símbolos particulares para representar o mesmo som.

Chegamos ao Níger com uma semana de atraso, devido a dificuldades no voo com a Air Congo, que nos levou de Entebbe, em Uganda, via Leopoldville, Lagos e Cotonou, até Niamey, no Níger. Estamos aqui há apenas quatro dias. O francês é a língua oficial, e a alfabetização de adultos é atualmente realizada em Hausa (soletrada "Haoussa" no Níger) e em Djerma, duas línguas faladas pela maioria da população do Níger. O principal problema no Níger é que o Hausa, uma língua falada tanto no norte da Nigéria quanto no Níger, é transcrita com sistemas diferentes nos dois países. Até agora nada foi feito em relação à transcrição das outras línguas, faladas por pequenos grupos.

Partiremos para a Nigéria no dia 24 de fevereiro. De 9 a 17 de março, estaremos participando da Conferência Regional sobre Planejamento e Organização de Programas de Alfabetização para a África e da subsequente Conferência de Ministros da Educação dos Países Africanos em Abidjan, Costa do Marfim.

De 17 de março a 2 de abril estaremos na Nigéria, e em 2 de abril a Sra. Ismagilova e eu voltaremos a Paris para finalizar nosso Relatório.

Espero que seja possível completar nosso Relatório e que eu possa voltar ao Brasil até o final de abril. Certamente escreverei novamente a vocês sobre esse assunto quando chegarmos em Paris, no início de abril.

Deixei tudo organizado para a preparação de uma Procuração no Tabelião Franklin, e de fato entreguei a Procuração à minha esposa antes de deixar a Bahia, para que ela pudesse pagar os aluguéis de nosso Apartamento, e fazer outras despesas domésticas enquanto eu estiver fora. Espero que, com a Procuração, ela não encontre dificuldades em sacar meus salários na Reitoria. Não sei que providências você gostaria de tomar com relação à data de início de minhas aulas de iorubá este ano. Mas, caso você decida empregar os dois estudantes iorubás de medicina, Opaleye e Akinpelu, e consiga que eles comecem as aulas em março, estou disposto a abrir mão de parte do meu salário para pagá-los. Portanto, pedi à minha esposa para entregar à Dona Solange 50 mil cruzeiros todos os meses a partir do final de março. Eu ficaria grato em saber sua opinião sobre isso.

Permita-me lembrá-lo sobre meu pedido de assistência financeira para que eu possa fazer o curso de Associação no Instituto

de Educação da Universidade de Londres em 1965, e sua promessa de conseguir que a UNESCO me dê a assistência necessária. A taxa de matrícula é de apenas £75, e a taxa do exame, apenas £15. Mas morar em Londres por um ano, que é a duração do curso, custará cerca de £800, e como o tema do meu estudo durante o curso será “A Sobrevivência da Cultura Iorubá no Brasil”, será necessário que eu visite a Nigéria durante o feriado da Páscoa de 1965, para realizar certas investigações sobre a religião tradicional iorubá, os costumes e as instituições. Essa visita custaria, creio eu, cerca de £500; portanto, eu estimo que talvez seja aconselhável solicitar cerca de £1.500. E posso salientar que os pedidos para tais auxílios devem ser feitos bem cedo, para evitar decepções. Terei o maior prazer em voltar ao Centro para continuar a ensinar a língua e a cultura iorubá, e apresentar-lhe um relatório completo do curso, que pode ser traduzido para o português, e que certamente será um documento útil para o Centro.

Você pode responder esta carta em português. Eu vou entendê-la, e, de fato, servirá como um exercício útil para mim em meu português.

Seguem anexos dois cartões postais e espero que você goste deles. Meus melhores votos para você e sua família.

Atenciosamente,

E. L. Lasebikan

Correspondência de Ebenézer Latunde Lasebikan para Waldir Freitas Oliveira, 13/02/1964, CEAO. Datilografada. Original em Inglês. Tradução Seli Raven.



2. ESTUDANTES ANGOLANOS NO BRASIL

PRIMEIROS ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL

Em 1959, Deolinda Rodrigues de Almeida foi beneficiária de uma bolsa de estudo oferecida pela Igreja Metodista para cursar sociologia no Instituto Metodista, na cidade de Santo Amaro, em São Paulo. Natural de Angola, Deolinda pode ser considerada a primeira estudante oriunda do continente africano a chegar ao Brasil. À época, aos 20 anos de idade, já era experiente na escrita, tradução e poesia e deslocava-se de seu país em função do envolvimento no Movimento Anticolonialista (MAC), espécie de precursor do MPLA, que se organizava em Angola. Sua chegada é um marco nas relações acadêmicas entre Brasil e países africanos já que, antecede os esforços institucionais dispendidos, por exemplo, pelo CEAO no estado da Bahia, e historicamente afirma que as discussões e articulações dos movimentos anticolonialistas revolucionários chegaram ao Brasil antes de qualquer esforço brasileiro em direção ao continente africano.

Os estudos acerca da trajetória de estudantes africanos e africanas no Brasil têm avançado sensivelmente nos últimos anos. Neste sentido, é importante destacar os esforços para visibilizar as trajetórias e articulações de estudantes oriundos dos países sob colonização portuguesa, a citar Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo

Verde¹ os quais, movendo-se sob um cenário de cada vez mais acirrada repressão, utilizaram-se de diferentes estratégias para burlar a PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado português e chegar ao Brasil. Nesse contexto, há que se destacar a influência da Igreja Metodista na emancipação educacional, e por conseguinte social e econômica, de diversos filiados que, depois, se tornariam dirigentes do MPLA, incluindo o futuro presidente de Angola e primo de Deolinda, Agostinho Neto (Paredes, 2010). São através das bolsas de estudos concedidas por essa instituição religiosa que os primeiros estudantes angolanos vão se deslocar para o Brasil. De acordo com Viviane Lima (2017, p. 90-91), entre os motivos para a busca do Brasil por parte dos movimentos anticolonialistas estava a possibilidade de construção de alianças internacionais, o destaque do Brasil no cenário internacional e sua possibilidade de influenciar a opinião pública contra o colonialismo português. Registre-se o discurso de afinidades históricas e culturais entre os países que também será mobilizado pelos estudantes e demais militantes anticolonialistas africanos.

A trajetória de Deolinda Rodrigues no Brasil ainda carece de maior investigação. Essa personalidade se destacaria na história angolana, devido a atuação desempenhada nos anos subsequentes no movimento pela descolonização. Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, Deolinda articulou-se clandestinamente com comunidades negras de São Paulo para explicitar a situação em Angola, a despeito da proibição do envolvimento em questões políticas estabelecido pela Igreja Metodista. Essas informações são atestadas por Jacinto Fortunato, estudante angolano que chegou à São Paulo pouco depois, para estudar na Faculdade de Teologia, na cidade de São Bernardo, em São Paulo, e correspondia-se com Deolinda quase diariamente. Uma mudança nos acordos de extradição entre Brasil e Portugal, forçou a saída de Deolinda do Brasil em meados de 1960, sob pena de ser entregue às autoridades portuguesas. Fortunato, que se manteve no Brasil por mais alguns anos, tornou-se o contato do MPLA (Lima, 2017, p. 92-4).

A pesquisa de Viviane Lima apontou ainda a presença de dois outros estudantes angolanos, que chegaram a São Paulo em 1961, igualmente bolsistas da Igreja Metodista. Paulo dos Santos Matoso Neto e Francisco Raimundo de Sousa Santos foram alunos da Faculdade de Teologia de São Paulo e abandonaram o curso pouco após a chegada, para se dedicar à militância anticolonial. Ambos os

1 Não encontramos o registro de estudantes oriundos de São Tomé e Príncipe, no Brasil, nos anos 1960.

estudantes foram alvos de ataques, nos jornais, por parte de João Pereira Bastos, cônsul português em São Paulo, que os acusava de atividades nacionalistas. Em resposta, também publicada no jornal, os estudantes afirmaram estar fazendo algo de grande importância para seu país (Lima, 2017, p. 95).

Estes estudantes precursores buscariam no Brasil a articulação com brasileiros de diferentes tendências e portugueses contrários ao ditador português Antônio Salazar, todos a favor da descolonização, que por sua vez se articulavam através do Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola, o MABLA.

No início da década de 1960, militantes do MPLA e do PAIGC vieram ao Brasil e se integraram ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas atuante nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os nacionalistas africanos, em sua maioria angolanos, circularam entre os grupos do MABLA que, aproveitando-se de contatos locais, ajudavam a organizar e dar suporte às atividades de mobilização e de divulgação realizadas pelos estrangeiros. (Lima, 2017, p. 95)

Enquanto os estudantes angolanos buscavam articular-se no Brasil desde 1959, especialmente no estado de São Paulo, para denunciar a violência colonial portuguesa e angariar apoio à independência de Angola, através de palestras, atos públicos e divulgação de informações na imprensa (Lima, 2017, p. 191), no CEAO as iniciativas buscavam contatos e ações institucionais.

INVESTIDAS PARA INTERCÂMBIO BRASIL-ANGOLA NO CEAO

Não foi por falta de iniciativa ou interesse que o yorubá foi a única língua africana ensinada nos primeiros anos do funcionamento do Centro de Estudos Afro-Orientais. Logo que se pôs a dialogar com intelectuais e instituições em Portugal, Angola e Moçambique, Agostinho da Silva buscava contatos que pudessem colaborar na consecução dos objetivos do Centro, com destaque para o ensino de línguas: língua portuguesa nos países africanos e línguas africanas no Brasil. Em seu projeto de aproximação do Brasil com países africanos, Agostinho pensava que o CEAO poderia ser o primeiro de uma espécie de rede de Centros de Estudos que deveriam ser instalados nos países africanos de modo a fomentar o estudo da língua

portuguesa e a difusão de conteúdo do Brasil, favorecendo uma aproximação cultural e acadêmica com consequências políticas e econômicas. Seriam os passos para a constituição de uma comunidade luso-brasileira.

Em seus esforços dispendidos através da correspondência, o diretor tentou estabelecer contato com os países sob colonização portuguesa. Agostinho da Silva enviou carta de apresentação do Centro ao diretor do Instituto de Linguística Africana e Oriental da Escola Superior de Estudos Ultramarinos em Lisboa para onde, além das informações de praxe para apresentação do CEAO, o professor ressaltou o interesse no conhecimento das “línguas faladas nos domínios portugueses” e na construção de uma comunidade: “Cremos que será nestes estudos de intercâmbio e de conjunto que se poderá encontrar mais sólido alicerce para estabelecimento de uma comunidade cultural luso-brasileira” (Silva, 09/09/1959, CEAO).

Na sequência, escreveu a uma série de institutos em Portugal, Angola, Moçambique, tais como a Agência Geral do Ultramar, em Portugal, ao Rotary Club de Angola, ao Núcleo de Arte em Lourenço Marques, ao diretor da Divisão de Propaganda e Informação da Imprensa Nacional, em Cabo Verde. O texto insistia na divulgação do CEAO e na importância das relações culturais entre esses territórios. “Dada a intensidade e o valor das relações culturais entre Portugal e o Brasil, consideramos de alta importância poder ter a disposição de estudiosos brasileiros uma documentação tão completa quanto possível sobre os territórios portugueses do ultramar” (Silva, 14/09/1959, CEAO).

Nos territórios coloniais portugueses, as cartas seguiram em grande medida para diretores de jornais. Não poderia ser de modo muito diferente, pois não havia institutos de educação superior ou pesquisa nessas localidades. Os portugueses não investiam em educação nas colônias como já destacava *O Brasil e o mundo ázio-africano* (Bezerra de Menezes, 2012, p. 83). A lista de entidades contatadas por Agostinho é significativa e demonstra seu esforço de comunicação, contudo, dada a precária situação de produção de conhecimento na e sobre esses países no continente africano, não havia muitos estudiosos na área.

Em sua busca por um professor de “línguas bantas”, o filólogo Sá Nogueira, subdiretor do Instituto de Línguas africanas e Orientais, em Portugal, foi a pessoa indicada por Júlio Gonçalves, à época em Moçambique, cuidando da produção de um dicionário

“Xi-ronga-português” (Gonçalves, 07/10/1959, CEAO). Após contato, Rodrigo de Sá Nogueira respondeu alertando que havia mais o que ensinar do que divulgar:

A África Banta, no seu aspecto lingüístico e etnográfico, é um riquíssimo manancial de elementos para o conhecimento da Humanidade. [...] Não como divulgação, mas como iniciação, com o objetivo de abrir o caminho a futuros investigadores, poder-se-ia abrir um curso de uma das línguas bantas mais estudadas, onde se mostrassem aos alunos as regras gerais da estrutura das línguas bantas. [...] Para isso é necessário encontrar bantista idôneo, e não sei se na Baía há bantistas. Aqui tem meu Amigo o que posso de momento dizer-lhe. (Nogueira, 26/10/1959, CEAO)

Animado, Agostinho escreveu ao vice-presidente da Sociedade Cultural de Angola, noticiando que queria criar o curso de banto “dado o interesse vivo que tal estudo representa não só para o conhecimento de um dos aspectos mais significativos da África mais ainda para o melhor entendimento de muitas das sobrevivências africanas entre nós” (Silva, 05/02/1960, CEAO). Mesmo sabendo que na Bahia “o interesse maior seja pelo yorubá”, sugeria que Sá Nogueira fosse “o inaugurador da atividade”. E, ciente da impossibilidade da viagem do professor Sá Nogueira ao Brasil, naquele momento, buscava alternativa: “haverá algum elemento banto nativo com cultura suficiente para ensinar sua língua no Centro”? (Silva, 21/11/1959, CEAO). Agostinho da Silva buscou negociar com o reitor na Bahia para a contratação do referido pesquisador português, mas isso não resultou num acerto (Silva, 14/01/1960, CEAO). Um curso de língua banto, mais precisamente o kikongo, só ocorreria na década de 1970, em uma conjuntura completamente diversa no CEAO².

Em seus esforços para o estabelecimento de Centros de Estudos Brasileiros, Angola ocupava um lugar de destaque. Nos contatos que Agostinho da Silva estabeleceu com entidades angolanas, enfatizou a importância de estreitar laços culturais entre os dois países e, por conseguinte, propôs a criação de núcleos ou Centros de Estudos Brasileiros. Ao reverendíssimo Irmão José Marques Ferreira Vicente, do Colégio Cristo-Rei em Luanda, explicou que teria o prazer em enviar publicações e seria mais fácil se ele organizasse um Centro de Estudos Brasileiros (Silva, 16/09/1959, CEAO). Em 29 de dezembro,

2 O curso de Kikongo, ministrado por Kazadi Wa Mukuna, ocorreu no CEAO em 1974.

escreveu ao Diretor de Cultura em Luanda: “Por outro lado, interessa-nos muito poder levar ao conhecimento dessas regiões, principalmente das de língua portuguesa tudo que se faz no Brasil e que lhes possa ser de alguma espécie de atividade”. E completava “teremos o maior gosto em incluir no boletim toda a informação possível sobre desenvolvimento de Angola, cujas relações com o Brasil precisam se tornar cada vez mais intensas e fraternais” (Silva, 29/12/1959, CEAO).

Quando soube, através do *Jornal de Angola*, que havia sido criado o Núcleo de Estudos Brasileiros, escreveu ao Rotary Club de Luanda: “[...] teríamos a maior urgência em receber comunicação oficial desse núcleo para que pudéssemos providenciar a remessa de bibliografia brasileira” (Silva, 21/12/1959, CEAO). A Péricles Madureira de Pinho, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Rio de Janeiro, solicitava publicações para enviar ao Rotary Club de Luanda, que havia patrocinado um Centro de Estudos brasileiros.

Temos a esperança que estes Centros de Estudos Brasileiros cuja criação estamos incentivando junto a entidades culturais de África e Ásia possa desempenhar para o futuro um papel importante na penetração cultural do Brasil nas áreas mencionadas [...] Creio que seria necessário concertar uma ação conjunta dos Ministérios de Educação e das Relações Exteriores para que estes centros obtivessem forte apoio financeiro e cultural, de modo a poderem servir não só nas suas funções de representantes culturais do Brasil como ainda nas outras não menos importantes de serem o ponto de apoio e o fulcro da ação de estudiosos brasileiros que aí pudéssemos enviar como bolsistas nossos ou dos próprios países onde os centros estivessem instalados. (Silva, 13/12/1959, CEAO)

No início do ano de 1960, Agostinho da Silva buscava informações sobre o Centro do Rotary Club de Angola e já o divulgava a outras pessoas no mesmo país, incentivando a formação de outros centros ou núcleos de cultura brasileira. Sobre o Centro fundado pelo Rotary Club de Angola, a correspondência do CEAO não registra mais informações. Contudo, encontrava-se em curso um diálogo com outra professora em Angola que buscava instalar um núcleo de estudos brasileiros. Maria Conceição Nobre Basílio Príncipe contactou Agostinho da Silva em fins de 1959. Sua carta deu notícias sobre uma exposição de poesia brasileira e de outras atividades que se fariam em 3 de maio. Informava que ainda não havia recebido publicações da UBa e listou bibliotecas no país pois “cursos superiores ainda não há em Angola” (Nobre, 01/11/1959, CEAO).

A partir desta correspondência, Agostinho da Silva sugeriu a criação de um núcleo de estudos (Silva, 14/01/1960, CEAO), ao que a professora respondeu entusiasmada. Sobre o surgimento do CEAO desejava os melhores votos: “Estreitar as relações entre a África e o Oriente, pois do Brasil quase um dever”. Do Brasil tinha as melhores impressões: “A minha simpatia pelo Brasil vem de longe [...] talvez influência da sua literatura, tão simpática por verdadeira, sem artificialismos ou impedimentos – livre.” E, de imediato, aderiu à ideia de criar um Centro de Estudos Brasileiros: “Espero ampliar a biblioteca e ficarei muito honrada se puder organizar sob vossas ordens um centro ou mais aqui (Nobre, 05/02/1960, CEAO).

O interesse de Maria Conceição Nobre pela proposta do CEAO mostra uma atenção que ela já nutria pelo Brasil e fortalece a argumentação em torno das trocas e influências literárias exercidas pelo Brasil em Angola. Diz ainda das redes estabelecidas entre intelectuais portugueses em Portugal, nas colônias portuguesas ou no Brasil, cuja articulação a rede de contatos de Agostinho da Silva no CEAO traz à tona.

Agostinho da Silva sinalizou a possibilidade de apoio do Ministério das Relações Exteriores (Silva, 09/03/1960, CEAO), enviou felicitações quando a criação do Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros foi anunciada (Silva, 20/05/1960, CEAO) e ressaltou a importância daquela ação para aproximação entre os dois países. “É nossa convicção de que a fundação de seu Núcleo veio no exato momento histórico de aproximação de Angola e do Brasil” (Silva, 23/06/1960, CEAO).

Com o núcleo, além da divulgação da cultura brasileira, a professora buscava colaboração e cooperação para proporcionar acesso à educação aos seus estudantes. Assim, fez uma série de perguntas a respeito de cursos por correspondência.

Há no Brasil uns cursos secundários por correspondência. São oficiais? Isto é, equivalem aos tirados (?) nas escolas secundárias, ou são apenas coisas particulares? O curso do vosso ginásio, nosso liceu, pode tirar-se por correspondência? [...] E algum curso universitário se poderá tirar por correspondência? Estamos a falar de cursos brasileiros que *portugueses* desejam tirar. (Nobre, 12/07/1960, CEAO. Grifo nosso)

Conceição Nobre expôs suas apreensões com o ensino em Angola, ou mais especificamente o Lobito, onde morava. O sistema colonial português não permitia o desenvolvimento de escolas nas colônias.

As preocupações de Nobre estendiam-se às áreas técnicas nas quais buscava colaboração. “Juntamos um recorte de técnicos brasileiros que desejam visitar Angola. O Núcleo põe-se à inteira disposição de quaisquer visitantes do país irmão e amigo” (Nobre, 12/07/1960, CEAO). A crítica ao sistema colonial está nas entrelinhas. Nesta carta ela anunciava o envio de livros e jornais e esclarecia: “Parece-nos que a imprensa, por vezes, é um razoável termômetro do nível econômico, literário e social das terras. Desculpem se não forem bem atualizados” (Ibidem). Neste termômetro, a provável desatualização dos jornais seria o reflexo da também desatualização de Angola.

Agostinho respondeu a esta carta informando que remeteria cópia para o embaixador do Brasil em Lisboa (Silva, 12/08/1960, CEAO), e o fez alguns dias depois (Ibidem). Francisco Negrão de Lima, o embaixador que ao assumir disse que “amaria Portugal” (Sombra Saraiva, 1996, p. 46), recebeu de Agostinho da Silva um pedido para a criação de um vice-consulado brasileiro em Angola (Ibidem). O estabelecimento de um consulado permitiria uma relação mais estreita entre os dois países, que por sua vez, abria espaço para a cooperação educacional conforme a preocupação explicitada pelos dois professores portugueses. A resposta do embaixador foi objetiva: a carta foi recebida, o assunto seria oportunamente tratado pelo Itamaraty (Negrão de Lima, 31/08/1960, CEAO).

Até o final do ano de 1960, numa das últimas cartas enviada pelo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros de Lobito, Conceição Nobre ofereceu um panorama das condições de Angola sob domínio colonial. Seu depoimento, ao informar sobre a produção artística e cultural local diverge absolutamente do mundo lusotropical sob o qual estava assentada a argumentação freyriana que norteava o olhar para aquelas colônias, incluindo Agostinho da Silva. A professora expõe, ainda que de modo sutil, aspectos da exploração colonial do governo português.

[...] Angola é culturalmente pobre, paupérrima e o pior é que os brancos não compreendem o valor da cultura que por isto mesmo não pode ser extensiva aos negros. Em todo caso funcionam em Angola, mercê de muitos esforços conjugados, liceus em todas as cidades importantes e muitas escolas primárias. Só o ensino universitário ainda cá não chegou. Esperamos tê-lo breve. [...] Os objectos de arte popular angolana, rareiam. Sobre o assunto, a arte em Angola, tenho um original que vou enviar breve. Só na Lunda existe uma escola de arte negra, cerâmica e escultura, mas é bastante difícil conseguir tais

objetos por serem caros. A escola é explorada pela Companhia de Diamantes. No restante [da] Província, os negros limitam-se a fazer grosseiras esculturas (manipânjos) ou pássaros ou peixes em chifre. [...] O núcleo é muito pobre. O Sr. Governador do distrito tinha-nos prometido um auxílio, mas foi-se embora sem dar nada. A sede tem uma dezena de sócios e cada delegacia não conta mais do que uma dezena também. O problema cultural, como atrás disse, é um problema por solucionar em Angola. Só a muito boa vontade e até o sacrifício pessoal conseguem manter estas coisas. Por isso não estranhem V. Exas. que lhe enviaremos o desejado a pouco e pouco. Desejamos que V. Exas. concretizem melhor a oferta que em tempos nos fizeram da possibilidade de irem estudar aí alguns alunos de Angola. Também agradecemos que nos elucidam sobre esses cursos por correspondência, se tem ou não validade oficial. (Nobre, 31/08/1960, CEAO)

Neste texto, a professora apresentava sob o rótulo de “pobreza cultural” as difíceis condições políticas, econômicas e culturais a que estavam submetidos em Angola sob exploração colonial portuguesa. O ensino primário e secundário só era possível com muitos esforços dos professores. A produção artística era explorada pela Diamang, a Companhia de Diamantes de Angola. Não recebiam recursos da administração portuguesa colonial. E fez questão de ressaltar os esforços pessoais para a manutenção daquela província e quão pouco tinha a oferecer diante dos recorrentes pedidos de Agostinho para que remetesse objetos de arte a fim de instalar um museu na Bahia. Seu interesse, no diálogo com o CEAO estava na possibilidade de enviar estudantes de Angola para o Brasil. Mas ressalte-se uma importante informação: tratava-se de estudantes brancos, portugueses ou descendentes de portugueses, e não de estudantes negros, naturais de Angola. Deste modo, se o acesso à educação secundária e superior era de difícil acesso para os colonos portugueses numa província mais distante, significa que para a população nativa esse acesso à educação estava ainda mais inviabilizado.

Conceição Nobre incentivou a criação de novo Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros a conectar as províncias de Benguela, Sá Bandeira e Moçâmedes em Angola (Nobre, 16/10/1960, CEAO). Mas sem repostas acerca da recepção de seus estudantes no Brasil, e sem a possibilidade de ampliar suas ações para a além do funcionamento da biblioteca, a correspondência arrefeceu no ano de 1961.

ESTUDANTES ANGOLANOS SOLICITAM REFÚGIO NO BRASIL

As articulações e contatos estabelecidos por Agostinho da Silva como diretor do CEAO ao incentivar ações de intercâmbio acadêmico entre Brasil e países africanos, ao longo do ano de 1960, se davam em meio à expectativa de que o governo brasileiro formalizasse ações para aproximação com países africanos. Quando o presidente Jânio Quadros assumiu a presidência em 1961 com um discurso em favor da autodeterminação dos povos, ou seja, apoiando as independências afro-asiáticas, e anunciou ações para aproximar-se do continente africano, aos poucos ficou evidente que os países africanos sob dominação colonial portuguesa não seriam alvo da ação governamental.

Agostinho, que participou do Grupo de Trabalho do Itamaraty responsável por articular ações para aproximação no primeiro semestre daquele ano, trouxe a novidade de que Gana seria o primeiro país alvo das ações brasileiras, seguidos de outros países da África ocidental como Senegal e Nigéria. A decisão de instalar a primeira embaixada brasileira da África subsaariana em Acra, capital de Gana, estava relacionada ao fato de este ser o país com discurso mais forte em relação à descolonização do continente. Isso demonstraria o apoio do Brasil à descolonização. Os trabalhos para instalação da embaixada começaram logo no início daquele ano, com o envio de Sérgio Maurício Corrêa do Lago como Encarregado de Negócios. Corrêa do Lago pode observar o cenário que se desenrolava sob a chefia do estadista Kwame N'Krumah, informar ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil e preparar a recepção do embaixador Raymundo de Souza Dantas, que logo foi designado.

A designação de bolsas de estudo para estudantes africanos foi uma notícia que circulou no Brasil tão logo tenham começado as reuniões do Grupo de Trabalho do Itamaraty. Embora Corrêa do Lago tivesse tomado conhecimento das bolsas para ganenses somente em junho de 1961, quando destacou que aquela informação era de “grande valia para uma Missão nova, que carece de material de propaganda para aumentar ou consolidar seu prestígio local” (Corrêa do Lago, 15/06/1961, AHI).

A notícia de que o Brasil concederia bolsas de estudo não interessou apenas aos ganenses. Desde agosto de 1961, a Embaixada Brasileira em Acra foi procurada por angolanos que, refugiados no Congo desde o início dos movimentos para a descolonização de Angola, haviam enviado uma representação à Acra buscando bolsas

para continuarem seus estudos (Lima, 23/10/1961, AHI). O Brasil poderia, através da concessão de bolsas, mostrar seu apoio à independência daquele país. Naquele segundo semestre de 1961, a embaixada remeteria correspondências confidenciais buscando uma decisão acerca do caso dos bolsistas angolanos. O diplomata Corrêa do Lago e o leitor Vivaldo da Costa Lima, responsável pela seleção dos estudantes bolsistas em Gana e na Nigéria, envidariam esforços para que o Itamaraty encontrasse uma solução favorável àqueles estudantes uma vez que convergiam na ideia de que era fundamental o apoio brasileiro às independências das colônias sob domínio português. A ação em prol dos estudantes poderia ser a primeira ação a evidenciar isso.

Raymundo de Souza Dantas, o embaixador brasileiro designado para Acra, assumiu o posto em 25 de setembro daquele ano (Embaixada Brasileira em Acra, 25/09/1961, AHI). Dias depois, primeiro de outubro, era a data marcada para que Vivaldo Costa Lima, que já auxiliava nos trabalhos daquela missão, assumisse o posto como adido cultural. Souza Dantas assumiria a missão numa situação bastante conturbada. Os dias de sua chegada a Acra, entre 24 e 25 de agosto, foram marcados pela renúncia do presidente Jânio Quadros, que o havia nomeado, gerando indefinição em relação às ações brasileiras na África.

Em outubro, mês acertado para a regularização dos documentos dos bolsistas selecionados para o Brasil, a situação mudou de patamar com a chegada de um contingente de estudantes angolanos em Acra. Sérgio Corrêa do Lago telegrafou ao Brasil quando da chegada naquele país dos refugiados angolanos, protegidos pelo governo ganense (Corrêa do Lago, 23/10/1961, AHI) e já havia enviado detalhes do grupo:

trata-se de um grupo de 47 jovens, todos universitários, todos idealistas, todos democratas, todos nacionalistas. É a futura classe dirigente de uma Angola independente. Já recebeu diversas ofertas de bolsas como por exemplo, 200 da Tcheco-Eslováquia, 12 da Rússia, igual número dos Estados Unidos da América, 4 do Senegal, várias da França, Alemanha Oriental e Ocidental. Mas nada decidirão sem escutar o Brasil. (Corrêa do Lago, 11-15/09/1961, AHI)

A indecisão sobre os estudantes angolanos, para os quais Corrêa do Lago recomendava prioridade absoluta no plano de ajuda brasileira à África, o levou a revelar seu desconhecimento em relação

as orientações da política brasileira para aquele continente: “Não sei qual será nossa política, desconheço nossos objetivos” (Ibidem). “Resta-nos saber se desejamos ter uma política em relação à Angola. Se o quisermos, essa me parece uma ocasião que não pode ser perdida, pois é um investimento real para o futuro” (Corrêa do Lago, 20-28/09/1961, AHI).

O governo brasileiro havia articulado uma ação sem precedentes, enviando um homem negro como seu primeiro embaixador a Gana. Mesmo que em seu discurso de posse, em outubro de 1961, o embaixador reiterasse “a posição de franco anticolonialismo e de combate à discriminação racial” já era conhecida a posição brasileira ambígua nas votações da ONU em relação ao colonialismo português. O apoio dado a Portugal, justificado devido às “obrigações internacionais” que o Brasil dizia reconhecer para com os portugueses, era mantido, mesmo no decorrer do ano de 1961 quando as lutas anticoloniais estouraram em Angola. Evidência disso era a busca de refúgio dos estudantes angolanos. A pressão internacional contra os portugueses era cada vez maior. “Após a renúncia de Quadros, a questão angolana estourou nas Nações Unidas” (Sombra Saraiva, 1996, p. 81). É exatamente entre a renúncia de Quadros e a próxima reunião a ser realizada na ONU, quando se aguardava com expectativa o posicionamento do Brasil frente a Portugal, que ocorria o pedido de bolsas de estudo dos angolanos refugiados em Gana.

As bolsas, propostas desde a primeira reunião do Grupo de Trabalho do Itamaraty em março de 1961, parecia uma ação que não traria maiores implicações políticas. Atenderiam à função de demonstrar o interesse brasileiro em cooperar com a África, e para tanto foram designadas a países independentes da costa ocidental. A emergência da descolonização de Angola, explicitada ao mundo através do início das guerras, evidenciaria ser necessário o posicionamento do Brasil diante de tal situação. Por sua vez, se mantivesse o apoio aos portugueses, seria a prova cabal da insustentabilidade do discurso anticolonialista e comprometeria a aproximação com o continente, iniciada com o estabelecimento da embaixada em Gana. N’Krumah acompanhava com atenção a atuação do Brasil e estava interessado em saber qual a resolução do Brasil para o caso dos angolanos. O governo brasileiro não foi em busca de estudantes angolanos, mas estes vieram através da embaixada em Acra. Como procederia nesse caso?

Vivaldo da Costa Lima, que já havia remetido ao Itamaraty um resumo e um relatório da situação, aguardava encaminhamentos.

Os “47 estudantes angolanos” se dirigiram à embaixada “solicitando ajuda para prosseguirem ou terminarem seus interrompidos cursos, no Brasil” (Lima, 23/10/1961, AHI).

No Centro de Estudos Afro-Orientais não há correspondências de Costa Lima tratando abertamente do assunto. Esse assunto aparece em cartas de Costa Lima a dois interlocutores do Instituto Brasileiros de Estudos Afro-Asiáticos, no Rio de Janeiro: Sérgio Albuquerque de Mello e Jorge Amado. Mello informa que fariam o que estivesse ao alcance para auxiliar os 47 angolanos e que “precisam de dados precisos sobre a ação portuguesa em Angola, para que possamos fazer uma campanha em prol de sua libertação” (Mello, 09/09/1961, CEAO). Em 12 de setembro, Jorge Amado narrava à Costa Lima algumas das incertezas resultantes da crise política que afetava também as ações para a África. Não se sabia os direcionamentos da política externa, do Instituto Brasileiros de Estudos Afro-Asiáticos, da posição em relação a Angola na reunião da ONU. Disse “Pra mim essa posição é decisiva, pois, de toda política externa de Jânio, a compreensão do problema africano era a parte mais brilhante e fundamental. E, nesse problema, tudo será mentira e falsidade se não apoiarmos Angola, de pedra e cal”. Amado, se comprometia a “soltar na imprensa algumas notas sobre os bolsistas angolenses e o problema geral” (Amado, 12/09/1961, CEAO). Foi nesse contexto que Deolinda Rodrigues, já nos Estados Unidos, escreveu ao conterrâneo no Brasil, Francisco Raimundo de Sousa Santos, elogiando a articulação do MABLA em prol dos estudantes refugiados: “É uma organização muito boa mesmo, devem insistir junto do governo aí para nos apoiar, também queremos que os nossos jovens que estão no Congo possam estudar no Brasil – precisamos de bolsas de estudos” (Rodrigues, 2004 apud Lima, 2017, p. 96).

Os estudantes angolanos também foram assunto de uma pequena carta enviada de Santa Catarina por Agostinho da Silva a Waldir Freitas Oliveira, que o substituíra como diretor do CEAO. Silva refere-se ao acolhimento do Brasil aos cinquenta bolsistas, “os tais de Gana”, dizendo que viriam e que o Itamaraty o queria por perto (Silva, 28/09/1961, CEAO). Dias depois, em 30 de setembro, Agostinho da Silva escrevia novamente a Waldir Oliveira e interrogava “Será que a Bahia vai ficar com alguns?” (Silva, 30/09/1961, CEAO). Sua preocupação estava associada ao fato de que a Bahia (e o CEAO) não estivesse excluída do intercâmbio acadêmico com a África.

Em outubro, os interlocutores do Rio de Janeiro aguardavam os angolanos, estudavam o estatuto do Movimento Popular de

Libertação de Angola (MPLA) recebido e pensavam em traduzir e reproduzi-lo para distribuir no Centro carioca (Mello, 08-09/09/1961, CEAO). É possível que esse estatuto estivesse em inglês e tenha sido enviado por Costa Lima. Essas cartas informam outras redes nutridas por Costa Lima, criando um espaço para discutir e circular material sobre um tema que era crucial em relação à África no início dos anos 1960: as lutas pela libertação colonial de Angola, o posicionamento ambíguo do governo brasileiro e a necessidade de apoio aos estudantes angolanos.

Costa Lima acreditava ser uma obrigação do Brasil acolher os angolanos, já que havia estabelecido uma política anticolonialista de aproximação com a África. Em 23 de outubro de 1961, enviou uma correspondência ao Embaixador Carlos Alfredo Bernardes relatando a situação dos 47 angolanos e se referindo-se às diversas cartas e telegramas enviados à Divisão Cultural do Itamaraty. Costa Lima argumentava que os estudantes foram “forçados a aceitar bolsas de países socialistas” diante da demora da resposta brasileira. Como Souza Dantas não havia trazido a resposta esperada, ficaram sem dar explicações às pessoas que “diariamente os procuram na embaixada”. Então o leitor brasileiro foi direto:

A situação política da África de hoje [...] não permite certo tipo de hesitações sem que dúvidas e suspeitas surjam no plano das futuras relações entre o Brasil e as Novas Nações Africanas. Posso afirmar, Vossa Excelência que o Governo de Gana, por exemplo, que dá total assistência aos angolanos em Acra, está muito interessado em saber como o Brasil resolverá o delicado problema – inegavelmente político – das bolsas de estudos para estudantes angolanos no Brasil. Não serão apenas os discursos em boa hora pronunciados na ONU, pelo senhor embaixador Afonso Arinos, e as reiteradas afirmativas do senhor Ministro de Estado sobre o assunto, isto é, a posição anti-colonialista do Brasil em relação às chamadas províncias ultramarinas de Portugal, que irão dar a esse povo expectante, atento a qualquer movimento ou ação política menos clara – a certeza de nossos propósitos. Uma atitude decisiva se impunha para não deixar dúvidas nesse plano. Parece-me, Excelência, que a concessão de bolsas a estudantes angolanos, à futura elite de uma Nação a ser, seria um ato, não só de justiça e humanidade mas também o mínimo que se espera de um Governo que apóia, como o nosso, a luta pela autodeterminação dos povos coloniais. (Lima, 23/10/1961, AHI)

Para Waldir Freitas Oliveira, no CEAO, Costa Lima referiu-se “ao peso total do caso político dos angolanos” e ressaltava sua

impaciência com a postura brasileira, afirmando “Pelo tom você vê que já estou cheio da hipocrisia desses anticolonialistas de araque” (Lima, 27/10/1961, CEAO). O leitor brasileiro que estava acertado para ser credenciado como adido cultural, manteve o auxílio prestado à Corrêa do Lago e ao embaixador Souza Dantas (Souza Dantas, 1965, p. 40), mas sua atuação estava restrita ao leitorado. Penso que, o caso dos estudantes angolanos foi relevante para que Costa Lima, diante da ambiguidade da política africana no Brasil, não assumisse o posto.

Os bolsistas ganenses e nigerianos selecionados por Costa Lima só puderam embarcar para o Brasil após a recomendação expressa do Itamaraty para que Corrêa do Lago os conhecesse e os verificasse pessoalmente, requerendo para tal uma viagem de Acra a Lagos, Nigéria (Souza Dantas, 24/11/1961, AHI). Considerando a insistência daquela embaixada para o acolhimento dos bolsistas angolanos, a recomendação do Itamaraty poderia estar associada à verificação de que nenhum estudante oriundo dos países sob colonização portuguesa e associado aos movimentos de libertação embarcasse como estudante para o Brasil.

A embaixada brasileira em Acra ainda enviou algumas correspondências, entre dezembro de 1961 e janeiro de 1962, buscando uma “palavra definitiva” sobre os estudantes, incluindo a informação de que dois deles poderiam se deslocar ao Brasil por conta própria e Vivaldo buscava autorização para verificar a situação diretamente em Leopoldville, no Congo, a pretexto de uma missão cultural. Não foram encontradas as repostas a essa correspondência.

Naqueles anos iniciais da década de 1960, não foram concedidas bolsas de estudos, pelo governo brasileiro, à estudantes angolanos. Não houve qualquer estímulo das instituições brasileiras para a entrada dos mesmos no Brasil. Isso não diminuiria os esforços dos estudantes, integrantes dos movimentos revolucionários ou não, em busca de apoio educacional e político dos brasileiros. A correspondência diplomática brasileira registrou os nomes de, pelo menos, três estudantes angolanos que entraram no Brasil: José Lima Azevedo, Fernando da Costa Andrade (MRE, 22/05/1964, AHI) e José Manuel Gonçalves (Dávila, 2011, p. 148). Além destes, Viviane Lima listou outros nomes de estudantes angolanos que estiveram no Brasil entre 1961 e 1964: “Constância Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira, Alberto de Almeida, David Costa Lopes, Igor Costa Lopes, Rui Costa Lopes, Brasão Farinha, José Maria Valadares e Mateus da Silva”

(Lima, 2017, p. 75). Registrou ainda a presença de dois moçambicanos: Orlando Dourado e Soares Guedes (Ibidem).

Em 1962, Mário Pinto de Andrade, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), esteve na Embaixada Brasileira em Acra sondando a possibilidade de vir ao Brasil, convidado por uma entidade cultural ou estudantil, com a “finalidade de sensibilizar a opinião pública em favor da causa da independência de Angola” (Souza Dantas, 28/07/1962, AHI. Ver anexo 03). A Embaixada brasileira estava autorizada a receber essas personalidades destacadas dos movimentos de libertação apenas a fim de sondar as articulações que nutriam no Brasil. Não há registro que Mario de Andrade tenha vindo ao Brasil neste período.

A falta de apoio do governo brasileiro para os movimentos anti-colonialistas, ao longo dos anos 1960, restringiu o quanto possível a presença de estudantes e intelectuais oriundo dos países sob colonização portuguesa no cenário acadêmico e político brasileiro. Ainda assim, utilizando-se de redes que incluíram intelectuais e estudantes brasileiros, diplomatas que estavam nas missões brasileiras na costa ocidental africana, e intelectuais e diplomatas de missões africanas no Brasil, caso da embaixada do Senegal no Rio de Janeiro, e portugueses antissalazaristas, alguns estudantes angolanos e moçambicanos e, como veremos mais adiante, também um guineense e um cabo-verdiano, conseguiram furar o bloqueio e entrar no Brasil, trazendo importantes contribuições para o debate político sobre a descolonização e para o cenário acadêmico dos três nascentes Centros de Estudos Africanos no Brasil (Pereira, 1991; Reis, 2010; Munanga, 2012; Lima, 2017).

ANEXO 3

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Carta – Telegrama

DA EMBAIXADA EM ACRA.

EM/28/VI/62.

Raymundo Souza Dantas

Embaixador

RESERVADO.

Visita do Senhor

Mario de Andrade ao Brasil.

CT - 86 - O líder angolano Mario de Andrade procurou a Embaixada do Brasil em Acra, na oportunidade da Conferência dos Combatentes da Liberdade, realizada nesta capital. Fez o Presidente do Movimento Popular da Libertação da Angola (MPLA) sondagens, junto ao Embaixador, sobre a possibilidade de uma visita sua ao Brasil, convidado por uma entidade particular, de preferência de caráter cultural ou estudantil. Adiantou que contava com alguns convites, não revelando porém de que entidades partiram os mesmos. Os seus planos são no sentido de visitar o Brasil ainda ao correr deste ano, sendo propósitos seus fazer conferências e conceder entrevistas com a finalidade de sensibilizar a opinião pública em favor da causa da independência da Angola.

Raymundo Souza Dantas

Correspondência de Raymundo de Souza Dantas para Ministério das Relações Exteriores no Brasil, 28/06/1962. AHI. Datilografada.



3. ESTUDANTES BRASILEIROS NO SENEGAL

Na década de 1960, alguns estudantes brasileiros, oriundos de diversas localidades, estiveram na cidade de Dacar, no Senegal, para cursar disciplinas na então Universidade de Dacar. Trata-se dos primeiros estudantes brasileiros, dos quais temos notícia, a seguirem para uma universidade africana com objetivo de intercâmbio acadêmico. Ainda que com poucas informações e muitas lacunas, aspectos dessa experiência singular emergem a partir da correspondência entre Pedro Moacir Maia e o Centro de Estudos Afro-Orientais, na Universidade da Bahia e da correspondência diplomática entre a embaixada do Brasil junto à Dacar e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Brasil. A experiência está diretamente relacionada à atuação de Pedro Moacir Maia, professor da Universidade da Bahia que lecionou na Universidade de Dacar e acumulou a função de adido cultural, sendo responsável por articular as ações que marcaram o relacionamento entre Brasil e Senegal ao longo de toda a década de 1960.

Em janeiro de 1961, Pedro Moacir Maia chegou ao Senegal para ensinar língua portuguesa e cultura brasileira, atendendo à solicitação do reitor da Universidade de Dacar endereçada ao reitor da Universidade da Bahia. A oportunidade, anunciada em fins do ano de 1960, já parece ser resultado da atenção que a universidade baiana

começava a dispensar para o continente africano, já que a proposta e seu aceite, em dezembro de 1960, são anteriores às ações de incremento nas iniciativas da política internacional brasileira voltadas para a África.

Nesta ação, a primeira universidade senegalesa, em funcionamento há apenas quatro anos, acenava positivamente para possibilidades de cooperação com aquela instituição brasileira. Conforme veremos, nos anos subsequentes, o Senegal, mesmo com a postura vacilante da diplomacia brasileira, insistiria em fomentar ações relativas ao intercâmbio acadêmico e artístico, de modo a estreitar relações com o Brasil.

Em janeiro de 1964, Pedro Maia foi credenciado como adido cultural junto à embaixada brasileira em Dacar sendo responsável por articular a visita do presidente Leopold Sedar Senghor ao Brasil e acompanhar as ações decorrentes dessa viagem, entre as quais estava o estabelecimento de um acordo de cooperação cultural entre o Brasil e Senegal, o primeiro do Brasil com um país da África subsariana; e também a participação da delegação brasileira de artistas, intelectuais e diplomatas no *I Festival de Artes Negras* (1966).

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM DACAR

Maia, para atender às funções na embaixada e como leitor brasileiro, insistiria em ações de promoção acadêmica e cultural, incluindo o incremento das atividades do ensino de língua portuguesa e a manutenção do intercâmbio de estudantes universitários brasileiros na Universidade de Dacar, ação sem precedentes no cenário acadêmico brasileiro que Maia estimulara e acompanhara desde sua chegada à capital senegalesa.

No Itamaraty, as discussões para a construção do acordo cultural Brasil-Senegal já previam a vinda de estudantes africanos para curso superior em universidades brasileiras. Como vemos ao longo deste trabalho, o intercâmbio de estudantes de países africanos para o Brasil era uma estratégia em construção defendida pela diplomacia brasileira para aproximação com os novos países. A disponibilidade de vagas na Universidade de Dacar, para estudantes brasileiros, era uma novidade, já que, àquele momento, nas discussões que emergiam em prol das relações Brasil-África, o continente africano não era considerado como um local cujas instituições pudessem contribuir

para a formação dos brasileiros. É possível que esse diferencial seja resultante da disponibilidade e imagem da universidade senegalesa que, organizada em cooperação com instituições francesas, pode ter despertado menor resistência nas instituições brasileiras.

Assim, desde as primeiras proposições para a construção de um acordo Brasil-Senegal, são consideradas vagas na Universidade de Dacar, conforme assinalava, em 1961, Agostinho da Silva, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais na UBA:

[...] se cria uma cadeira de estudos brasileiros na universidade de Dakar; quatro cadeiras de ensino secundário; um Serviço de intercâmbio de informações científicas; bolsas de estudo para africanos aqui e pós-graduados em África; ida anual de dois professores nossos interessados em política, antropologia ou ciências, inclusive a lingüística; estabelecimentos de programa de rádio. (Silva, 10/05/1961, CEAO)

Esse primeiro acordo cultural deveria servir como um modelo para ser estabelecido com outros países. Agostinho da Silva, o diretor do CEAO, se orgulhava por ter trabalhado em sua redação (Agostinho da Silva, 1995, p. 7). Tão logo as ações voltadas para a aproximação com países do continente africano tenham começado a ser delineadas, Agostinho da Silva reuniu em Salvador nomes de professores disponíveis para seguir a Dacar. Solicitou ao secretário de Educação do Estado da Bahia, Wilson Lins, a disposição de Yeda Antonita Pessoa de Castro, professora do Instituto Normal Isaías Alves (Silva, 12/06/1961, CEAO).¹ Outros três professores foram apresentados ao Itamaraty: Ana Maria Borges Duarte, Raimundo José Correia Duarte e, por fim, Dilza Galvão Segalá:

A referida funcionária tem se dedicado em nosso centro de pesquisa sobre assuntos de etnologia religiosa e de aculturação africana no Brasil. [...] Dona Dilza Segalá seria elemento de suma importância no estabelecer em África de uma representação cultural brasileira realmente atuante e plenamente integrada no ideário geral em que ela se alicerça. (Silva, 28/07/1961, CEAO)

Os esforços do CEAO para a indicação de novos professores brasileiros para o ensino de língua portuguesa em Dacar não lograram

1 Yeda Pessoa de Castro foi considerada para atuar como leitora brasileira em Dacar, no Senegal ou em Ibadan, Nigéria para onde seguiu em 1962.

êxito. Pedro Maia se manteria como o único professor brasileiro ao longo daqueles anos exercendo suas funções em meio a dificuldades muito significativas.

O LEITOR BRASILEIRO

A criação de um leitorado de língua portuguesa na Universidade de Dacar e a seleção de um professor brasileiro são fruto de recomendações do presidente senegalês, Leopold Senghor endossadas pelo Chefe da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pierre Nardin. O convite enviado à Universidade da Bahia, em maio de 1960 solicitava alguém solteiro e experiente não apenas na língua como nas literaturas brasileira e portuguesa. Havia a preocupação em priorizar um professor enviado do Brasil em detrimento de professores enviados de Portugal explicitando os interesses políticos do estadista senegalês em afastar-se politicamente dos portugueses e de seu insistente colonialismo, ao tempo em que incentivava uma aproximação do Brasil (Embaixada brasileira em Dacar, 20/02/1964, AHI). Quando de sua partida, a Universidade da Bahia fez uma doação de 900 títulos que foram expostos na universidade senegalesa e considerados “ato inaugural das relações culturais entre o Brasil e o Senegal” (*Paris-Dakar*, 29/03/1961, CEAO).

Maia foi credenciado como leitor brasileiro, com pagamento sob responsabilidade da embaixada brasileira, instalado na própria universidade e dispunha de uma sala na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na qual podia-se verificar o material que levou do Brasil para suas aulas: “coleções de revistas”, “obras dos principais romancistas, poetas e sociólogos brasileiros”, “exposições de fotografias e recortes sobre nossa arquitetura e artes plásticas” (*Visão*, 14/09/1962, CEAO).

Seu curso era oferecido a estudantes da faculdade que buscavam certificação no curso de Civilização e Literatura Latino-Americana. Numa resolução inesperada, ainda em 1961, Senghor oficializou o ensino do português no currículo ginasial que passou a ser oferecido em dois liceus em Dacar, ou seja, instituição que corresponderia ao ensino médio, sob responsabilidade do professor guineense Benjamim Pinto Bull. Em 1964, Maia ensinava entre 20 e 25 estudantes, enquanto Pinto Bull, entre 40 e 50 (Embaixada brasileira em Dacar, 20/02/1964, AHI).

Para as aulas no liceu, um livro brasileiro foi adotado: “Consegui já fazê-lo adotar um livro brasileiro em suas aulas: o ‘Manual de Português’ de Celso Cunha” (Pedro Maia, 08/02/63 AHI) do qual solicitou mais 15 exemplares (Embaixada brasileira em Dacar, 05/09/1963, AHI).

Maia buscava incentivar seus estudantes, ao tempo em que procurava visibilizar a ação brasileira. Assim, em 1963, Maia enviou uma correspondência diretamente ao ministro das Relações Exteriores no Brasil, solicitando bolsas para seus 5 alunos que em breve concluiriam seus cursos e poderiam fazer especialização no Brasil: Fato Aliou e Aby Bá (Senegal), Benjamim Dogblé e Kofi Ewô (Togo) e Joseph Yai (Daomé). Na oportunidade revelou disposição do reitor João Alfredo, da Universidade do Recife, para acolhê-los desde que houvesse bolsa (Pedro Maia, 08/02/63, AHI).

Insistiria, junto à embaixada brasileira, para a concessão de passagem ao Brasil como um prêmio para o melhor aluno do curso de língua portuguesa do Liceu de Pinto Bull. “... tal prêmio, mesmo oferecido uma única vez, teria extraordinária repercussão” (Pedro Maia, 20/01/1966, AHI). Não há nenhuma notícia de que estudantes dos cursos de língua portuguesa em Dacar tenha vindo à passeio, prêmio ou especialização no Brasil nos anos 1960. A insistência para a vinda dos estudantes secundaristas estava associada à possibilidade de ter Pinto Bull como acompanhante e, assim, possibilitar sua visita ao Brasil já que seu visto havia sido negado. A explícita negativa do Itamaraty à concessão de visto a Pinto Bull era devido ao seu engajamento contra a colonização portuguesa, tema o qual a política internacional brasileira buscava se afastar e silenciar, ao tempo em que dificultava a presença de seus defensores no Brasil. Sabendo disso, Maia em seu pedido diretamente para o ministro brasileiro, insistia que para melhor ministrar suas aulas era necessário que Pinto Bull conhecesse o Brasil e assegurou que “O senhor não precisa ter receio que ele faça declarações sobre o regime apolíneo de Salazar e a situação das colônias portuguesas em África...” (Pedro Maia, 08/02/1963, AHI). Três anos depois, Maia insistiria na proposta (Embaixada brasileira em Dacar, 20/01/1966, AHI).

Em relação à dinâmica e funcionamento das aulas no Senegal, Maia em diversas oportunidades ao longo da década, explicitou entre suas necessidades e sugestões a importância de dispor de materiais diversos atualizados sobre o Brasil. Em 15 de dezembro de 1964, a embaixada em Dacar enviou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores um relatório de suas necessidades em relação

à publicações. A correspondência que tem um total de 05 páginas, reitera a necessidade de material diversificado e atualizado sobre o Brasil, em língua portuguesa, discriminado entre livros e revistas. O material então disponível na Faculdade de Letras e Ciências Humanas, uma biblioteca básica, correspondia à doação da Universidade da Bahia em 1960. Precisavam de uma enciclopédia brasileira e bom dicionário, ambos de edição recente, respectivamente para a Embaixada e para os alunos de português. O relatório sugeria ainda remessa à Dacar de material sobre o Brasil disponível em língua francesa, tanto aqueles já editados por outras embaixadas brasileiras, bem como livros de autores brasileiros, a citar dentre outros, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Josué de Castro, Machado de Assis, Vinícius de Moraes, Rubem Braga, Jorge Amado, Graciliano Ramos.

Para o leitor, a criação de um Centro Cultural Brasileiro poderia ampliar o interesse pelo Brasil entre os moradores de Dacar:

Mas se esta Embaixada pudesse dispor de uma sala ou de um local onde revistas e livros ficassem à disposição do público (como no Centro de Intercâmbio Cultural mantido pela França ou no Centro Cultural Americano, mantido pelos Estados Unidos), um certo número de pessoas habitar-se-ia a frequentar o local e a folhear e a ler nossas revistas e livros. Pense-se em especial nos cabo-verdianos que, habitando e trabalhando em Dacar, estão aos poucos esquecendo nossa língua e perdendo completamente a vinculação com a cultura luso-brasileira.” (Embaixada brasileira em Dacar, 15/12/1964, AHI)

Na mesma data, novo ofício a detalhar a necessidade de outros materiais para incremento das atividades culturais naquela embaixada para o ano seguinte: discos, fotografias, filmes, folhetos e prospectos em francês, dispositivos (para projeção), sempre abarcando temas variados. Insiste na remessa de revistas brasileiras para disponibilizar aos dois liceus, onde há aulas de português, e livros de fotografias do Brasil para serem distribuídos como prêmios aos alunos de português ao fim do curso. (Embaixada brasileira em Dacar, 15/12/1964, AHI). Na correspondência da embaixada não há registro que qualquer desses pedidos de Maia tenham sido atendidos.

Uma boa notícia foi o retorno de Colette Diallo à Dacar. A professora licenciada em Letras, contemplada com bolsa de especialização realizada na Universidade de Brasília, retornou após dois anos. Colette Diallo foi “bolsista do Governo Brasileiro entre dezembro de

1961 e dezembro de 1963, data que retornou a essa cidade (Dacar) para tornar-se professora de português em Estabelecimento de Ensino secundário” (Embaixada brasileira em Dacar 11/08/1964, AHI). Em entrevista à revista *Awa*, Colette informou que seu desejo era ensinar de acordo com sua licenciatura em língua espanhola obtida antes de seguir para o Brasil (Ver anexo 8).

ESTUDANTES BRASILEIROS EM DACAR

Desde o início do ano letivo de 1961, que começava no mês de outubro, a Universidade de Dacar começou a receber estudantes brasileiros. Naquele mês, Maia começou a desenvolver seu trabalho mesmo tendo chegado meses antes. Não foram encontradas, na correspondência diplomática, maiores informações sobre a seleção dos alunos que seguiram a Dacar. As informações que emergem da correspondência diplomática estão relacionadas a solicitação de um pequeno auxílio financeiro para cada estudante. No pedido enviado em fevereiro de 1962 temos o documento com as informações mais detalhadas a respeito desses discentes. Seis estudantes brasileiros, vinculados à cursos de graduação em diferentes universidades brasileiras, cursavam diferentes disciplinas na Faculdade de Letras e Ciências Humanas, conforme quadro mais abaixo.

O leitor brasileiro acompanhava pessoalmente a dinâmica dos estudantes naquela universidade estrangeira. Em 08 de dezembro de 1962, o ofício remetido pela embaixada com a solicitação do subsídio de 50 dólares concedidos pela Comissão Educacional do Itamaraty, foi justificado com o texto de Pedro Maia:

Só quem vive em Dacar pode verificar o altíssimo custo de vida local. Se um estudante brasileiro é levado a alguma despesa extra (muitas vezes impossível de evitar-se, como a compra de livros e material escolar, a lavagem de uma roupa ou um vestido, o conserto de um sapato, a ida à praia ou ao cinema), fica em situação financeira dramática e acorre à embaixada. Por outro lado, considero função muito importante dos brasileiros manterem aqui contato e fazerem amizades com os africanos, principalmente entre os jovens, os estudantes. (Embaixada Brasileira em Dacar, 08/12/1962, AHI)

Descendentes	Cursos realizados no Brasil	Universidades brasileiras de origem	Cursos realizados na Universidade de Dacar
Vera Elisabeth Vivacqua Von Tiesenhausen	Ciências Econômicas	UMG	Sociologia Geral; Civilização Muçumana e Francês
João Batista da Fonseca	Filosofia	UMG	Gramática e Filologia francesas; Civilização Latino-americana
Hiltom Roberto de Almeida	Ciências Econômicas	UMG	Psicologia Geral
Roberto Valfredo Bicca Pimentel	Filosofia e direito	URGS	Civilização Muçumana; Literatura Francesa e Espanhola
Dorothea Blauth	Filosofia	URGS	Psicologia Geral e Psicologia Social
Maria Dulce Porto Brasil	Direito	URGS	Direito Internacional privado; Civilização Muçumana e Francês

QUADRO 1: Estudantes brasileiros bolsistas da Universidade de Dacar em 1961 (Embaixada Brasileira em Dacar, 26/02/1962, AHI)

Em 1965, Pedro Maia enviou informações numa correspondência a Waldir Oliveira sobre a concessão de bolsas aos estudantes brasileiros. Destacam-se articulações pessoais do leitor e adido brasileiro para a seleção e manutenção das bolsas.

Você sabe bem, por ter estado aqui que, muito antes de qualquer acordo cultural entre os dois países, eu já fizera vir do Brasil moças e rapazes – dos onze que por cá andaram, somente quatro não me encheram. Nesses quatro anos e meio, você nunca solicitou bolsa para ninguém. [...] Nessa questão de bolsas, os candidatos podem ser aceitos pelo Governo do Senegal ou pela Universidade de Dacar. Um e outro tem tornado bastante difícil a aceitação de brasileiros, por um motivo simples: a população escolar africana tem crescido enquanto o número de quadros na Cité Universitaire aqui continua inalterado há quatro ou cinco anos. No ano passado, prometi a Joaquim Oliveira e a um rapaz de Recife que resolveríamos a questão aqui: e que viessem na raça. Pois lhe digo, não foi fácil: os dois ficaram vários dias em hotel, as minhas custas e, depois de andar por seca e meca, perdendo meu precioso tempo, tive que apelar para o Presidente da República! Ele é que resolveu favoravelmente, mas a gente não pode andar a

chatear o Presidente de um país com questão tão miúda (talvez você discorde). Em fins de junho, consegui a promessa do no Reitor (muito melhor praça que o do ano passado!) de me dar duas bolsas, ainda por dois anos. (Maia, 02/09/1965, CEAO)

A principal chateação que Maia destacou com os estudantes foram registradas logo quando da chegada dos primeiros estudantes à Dacar. Com mais informalidade e detalhes Maia narrou sua apreensão com o “escandaloso” isolamento dos brasileiros em relação aos africanos, numa correspondência à Vivaldo da Costa Lima.

Imagine: quando só tinham chegado dois porretinhas brasileiros, tudo estava ótimo, encontrávamo-nos de vez em quando, sentávamo-nos no refeitório ao lado de todo mundo, etc. No dia 6 chegaram três meninas, e outro rapaz: houve um avanço dos rapazes franceses e libaneses sobre as meninas, e para melhor eficiência deste avanço, cercaram também os rapazes. Daí, é claro, colóquios, passeios, cinemas, praias... O que estava bem, se não passasse a haver também exclusividade ao sentar à mesa das refeições... Ficou tão escandaloso o fato de os brasileiros só andarem em grupos, em só com os outros... brancos, que começaram os murmúrios, e graças ao Pinto Bull, fiquei informado do que estava se passando. No entanto, desde a chegada de todos, recomendei-lhes, entre outras coisas, e acima de todas, estas: não sentem todos juntos à mesa, não fiquem constantemente em grupos isolados ou só com as minorias francesas! Não deram ouvidos e agora... Escrevi uma circular, grave, urgente e confidencial, chamando-lhes a atenção, há dois dias. E há poucos minutos, interromperam-me dois gaúchos, para trazer-me um bonito lenço de presente de Natal... Disse-lhes que o presente que esperava era a confraternização com seus colegas africanos. (Maia, 24/12/1961, CEAO)

A falta de integração entre os estudantes brasileiros brancos com os estudantes senegaleses negros preocupava o professor por uma questão básica, mesmo que complexa. A integração racial e a ausência de conflitos entre brancos e negros, no Brasil, eram o argumento prioritário das relações internacionais propostas pelo Itamaraty na segunda metade do século XX. Ao veicular a existência de uma democracia racial, o Brasil seria um exemplo não apenas para os países africanos como para as nações desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos cujos conflitos raciais estavam na ordem do dia. O Itamaraty, a partir do governo de Jânio Quadros, havia iniciado ações no sentido de promover uma aproximação do Brasil com países africanos,

dentre as quais se inseriam o envio dos leitores brasileiros para ensinar a língua e divulgar o país, e a criação de embaixadas. A preocupação de Maia revela como o adido estava consciente do seu papel de agente da política externa brasileira mesmo que recebesse bem pouco para isso.

O governo senegalês e a Universidade de Dacar fizeram o contato inicial e demonstraram um interesse maior em estabelecer relações com o Brasil. O oferecimento de condições para o estabelecimento do leitor e a oferta de bolsa aos estudantes brasileiros reforçam esse entendimento. Para o nosso governo, a presença de um professor brasileiro, a manutenção dos cursos de português e a presença dos estudantes brasileiros eram possibilidades de difusão de uma imagem positiva do nosso país num destacado país africano.

Maia, uma vez no Senegal, passou a fazer parte dos esforços do Brasil no continente. Portanto o caso dos estudantes não podia permanecer e muito menos chegar aos jornais de modo a questionar a imagem internacional. Na mesma oportunidade o professor revelou como esse problema partia da própria embaixada brasileira, em fase de instalação, através de um novo funcionário, “que detesta isso aqui e os... pretos” cujas “opiniões e impaciências” poderiam ter influenciado os adolescentes. Maia buscava afastar-se do tal “tipo” mesmo que lhe fosse amável devido aquela “divergência fundamental” que os separava (Maia, 24/12/1961, CEAO).

Neste exemplo, vemos que o esforço brasileiro em direção ao continente africano, por meio do estabelecimento de novas representações, não foi devidamente acompanhado por alguns – ou muitos – dos funcionários designados, cuja distância e repulsa em relação a negros e ao continente eram compartilhadas pela instituição da qual faziam parte, o Itamaraty.²

Para que o Itamaraty liberasse o auxílio, Maia citou a novidade que significava o acesso dos estudantes ao curso de sociologia africana especialmente: “... não havendo no Brasil especialistas nesses setores, devemos estimular, de todas as maneiras, tal interesse.” A ausência de problemas com o comportamento dos estudantes brasileiros também foi utilizada como argumento por Maia para que o

2 Essa discussão viria à tona com Abdias do Nascimento que declararia, no ano seguinte, que “o Itamaraty era o primeiro a adotar o racismo, pois não tinha negros em seus quadros”. NASCIMENTO, Abdias do. In: *Diário Carioca*, 28/04/62. Raymundo de Souza Dantas abordaria questões relacionadas ao racismo de funcionários do Itamaraty enquanto esteve credenciado como embaixador brasileiro em Acra (Souza Dantas, 1965).

Itamaraty liberasse o auxílio. “No ano passado, três estudantes para cá vieram e mantiveram-se em ostensiva posição de isolamento. O que motivou comentários bastantes desfavoráveis ao Brasil. Sobre os seis deste ano, podemos afirmar estarem tendo excelente situação nesse sentido, o que é a melhor propaganda da atitude natural dos brasileiros em relação às pessoas de cor” (Embaixada brasileira em Dacar, 08/12/1962, AHI).

Discentes	Data em que nome é citado na correspondência diplomática
Prudêncio Garcia	(08/12/1962)
Pedro Luis Ricardo Gagliardi	(08/12/1962)
Maria da Conceição Gonçalves	(09/12/1964)
Joaquim Julio de Oliveira	(19/02/1965)
Eduardo Orlando Amorim	(19/02/1965)
Maria Helena de Oliveira	21/12/1965)
Fleury de Oliveira	(14/06/1966)

QUADRO 2: Estudantes Brasileiros na Universidade de Dacar entre 1962 e 1966.

Em 1965, houve alterações no intercâmbio de estudantes Brasil-Senegal. Pelo tom da correspondência tem-se a impressão de que o Itamaraty intentava encerrar o intercâmbio de estudantes senegaleses para o Brasil. Foi necessário que o embaixador em Dacar enviasse um histórico diretamente ao Ministro da Relações Exteriores no Brasil, destacando como a universidade senegalesa havia recebido um número maior de estudantes que a brasileira. Romper a possibilidade de recepção a estudantes senegaleses no Brasil seria uma atitude contrária ao interesse demonstrado pelo próprio Presidente Senghor. Vale lembrar que aquele ano antecedia a realização do *Festival Mundial de Artes Negras* e era de toda conveniência que o Brasil não rompesse, ou interrompesse, suas relações acadêmicas e culturais com o Senegal.

Tratando-se do intercâmbio de bolsistas entre dos dois países, ponto dos mais significativos do acordo cultural firmado pelos governos do Brasil e do Senegal, acho conveniente expor a Vossa Excelência a situação atual. Desde o ano escolar 1961-62, onze estudantes brasileiros têm estagiado na Universidade de Dacar, com bolsas dadas por

esta instituição ou – como no ano escolar 1964-5, pelo Governo senegalês. Para o ano escolar 1965-66, a Universidade de Dacar concedeu bolsas a três brasileiros. Ora, o Brasil até hoje acolheu somente dois senegaleses – um dos quais deverá terminar no próximo ano o seu curso na Faculdade de Medicina na Universidade do Brasil. [...] Permito-me achar, contudo, que isso não deveria ter sido o bastante para o governo brasileiro suspender definitivamente a oferta de bolsas a senegaleses, tanto mais que os constantes pedidos de informação à respeito assim como os discursos do Presidente Senghor são testemunho vivo do interesse dos estudantes e da elite deste país pelo nosso. [...] atualmente uma franca boa vontade para com o nosso país se manifesta por parte das autoridades locais, como Vossa Excelência deve ter percebido pelo bom resultado de várias negociações que aqui realizamos em interesse do Brasil. (Ministério das Relações Exteriores, 09/12/1965, AHI)

Naquele ano, o Itamaraty alterou as regras para a concessão de auxílio aos estudantes brasileiros. Os recursos deveriam ser liberados apenas a licenciados, ou seja, a estudantes que já dispunham de diploma de graduação. Esta situação exigiu a suspensão do auxílio dado aos estudantes naquele ano, em que destacamos a situação de João Batista da Fonseca. Este estudante, que havia chegado ao Senegal em 1961 entre os primeiros contemplados, e provavelmente esteve envolvido no caso de isolamento narrado por Pedro Maia, manteve-se estudando na Universidade de Dacar até 1965, quando teve que retornar.³ À época já atuava no jornal *L'Unité Africaine*, escrevendo artigos sobre o Brasil, sendo elogiado pelo Itamaraty (Secretaria no Brasil, 21/12/1964, AHI) e por Waldir Oliveira (Oliveira, 07/10/1964, CEAO).

Maria Helena Cros era uma estudante contemplada com o auxílio em Dacar no ano de 1965. Baiana, sua presença na capital senegalesa está ligada ao casamento com Claude Cros, um dos estudantes de pós-graduação enviados pelo Senegal na primeira leva de estudantes ao Brasil. A concessão do auxílio à Joao Batista e a Maria Helena, no primeiro semestre de 1965, foi questionada por outro funcionário da embaixada. Num ofício remetido pela embaixada, o Brasil esclarecia que a concessão do subsídio aos estudantes brasileiros deveria contemplar os critérios informados em 08 de abril de 1965, segundo os quais o interessado deveria ter diploma de nível superior e não ter sido contemplado com bolsa de formação

3 Quatro estudantes da primeira leva retornam ao Brasil ao fim do primeiro ano letivo (Embaixada Brasileira em Dacar, 03/05/1963, AHI).

de curso médio ou superior no exterior. Isso dizia que Maria Helena de Oliveira Cros e João Batista Fonseca foram contemplados no primeiro semestre do ano sem atender o primeiro critério. E buscava reafirmar se todos os pedidos de bolsas deveriam ser encaminhados pela embaixada (o que não aconteceu nos dois casos) para a devida conferência da documentação e evitar equívocos (MRE, 21/12/1965, AHI) e “novos malentendidos e evitarão a impressão, falsa, de que funcionários desta Missão não se interessam pelos direitos de brasileiros no exterior” (Rodolfo Godoy de Souza Dantas, 26/07/66, AHI)

Maia insistiria junto ao Itamaraty para que Maria Helena pudesse receber o auxílio. Em 1966, sendo portadora de um diploma, fazia jus ao pedido. Assim justificou:

Visto que a senhora Cros, malgrado dificuldades gerais da vida em Dacar e ser mãe de família, conseguiu licenciar-se em psicologia pela Universidade referida e continua seus estudos no ano escolar 1966/67 para obtenção de diploma de estudos superiores nesta especialidade. (Embaixada Brasileira em Dacar, 16/11/1966, AHI)

Paulo Farias e Julio Braga, dois pesquisadores brasileiros licenciados pela Universidade da Bahia, ligados ao CEAO, mas à época com trajetórias bem diferentes, foram contemplados com bolsa de pesquisa do IFAN em Dacar, respectivamente, entre 1967 e 1968. Uma vez na cidade, também solicitaram a concessão do auxílio ao Itamaraty, mas não há registro de que tenham sido atendidos (Embaixada brasileira em Dacar, 21/09/1966, AHI).

Com Fleury de Oliveira, em 1966, encerramos o registro de estudantes brasileiros em Dacar na década de 1960. No sentido inverso, do Senegal para o Brasil, registramos a bolsa que o senegalês Alassane Thiam recebeu para especialização em arquitetura colonial e pós em urbanismo entre agosto e dezembro de 1969. Naquela oportunidade realizaria seu estágio junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob orientação de Lucio Costa, da UFRJ (Embaixada brasileira em Dacar, 19/08/69, AHI).

A partir de 1968, A Universidade de Dacar seria o *locus* de reivindicações movidas sobretudo por estudantes. Senghor utilizou-se – pela primeira vez em seu governo – de repressão para barrar a crescente reivindicação das camadas populares. A correspondência diplomática da embaixada brasileira registrou informações acerca das alterações políticas provocadas pelos estudantes da Universidade de Dacar que protestaram contra a política financeira e salarial do governo

resultando em “(...) choques violentos que exigiram a intervenção das forças militares. Quando estas invadiram a universidade e aprisionaram os elementos perturbadores, foram mortos três estudantes e muitos feridos.” (Embaixada brasileira em Dacar, 01/06/1968, AHI).

O presidente da república senegalesa determinou o fechamento por um ano da universidade. O embaixador brasileiro, diante de tal instabilidade, foi consultado pelo ministro da educação sobre a possibilidade de custear alunos senegaleses no exterior ou acolhê-los no Brasil para a continuidade dos cursos (Embaixada Brasileira em Dacar, 26/06/68 a 04/07/68, AHI). Meses depois, em março de 1969, nova crise atingiria a Universidade de Dacar com a adesão de todos os estudantes após a expulsão de vinte cinco colegas que teriam incitado o conflito. A correspondência diplomática evidencia que o governo brasileiro acompanhava com atenção esse momento de instabilidade do governo senegalês.

Ao longo da década de 1960, as relações entre o Senegal e o Brasil, mesmo com prioridade de ações no campo artístico e cultural, não resultaram em maiores desdobramentos. O processo de departamentalização da Universidade de Dacar dificultou a continuidade dos cursos de língua portuguesa ministrados na universidade ou nos liceus. O encarregado de negócios escreveu sobre o tema a solicitar pressão na embaixada brasileira em Paris, mas não há o registro de retorno a essa proposição (Embaixada Brasileira em Dacar, 26/07/1966, AHI).

A realidade é que durante toda uma década, mesmo com a oficialização do ensino de português pelo presidente, só havia Pedro Maia e Pinto Bull como professores em Dacar. Não há registro que Colette Diallo tenha desempenhado esta função. O acordo de cooperação cultural, assinado desde 1964, não foi oficialmente implementado àquela década. Em 1967, Maia enviaria um relatório circunstanciado de 10 páginas, cujas solicitações não haviam se alterado: reiterava a necessidade de materiais atualizados como assinatura de revistas, enciclopédias; insistia na importância de manter a disponibilidade para estudantes senegaleses mesmo que as vagas não tenham sido preenchidas entre 1962 e 1966; e reforçava o pedido pela manutenção das aulas de língua portuguesa e cultura brasileira no Senegal.

O Itamaraty não conseguia atender ao pedido de professor, enviado pelo Senegal, como o que recebeu da presidência do Senegal em 1966, a solicitar um artista gravador brasileiro para dar curso de gravura em madeira e linóleo na Escola de Artes local (Embaixada brasileira em Dacar, 27/01/1966, AHI). Ou atender ao

pedido de professores senegaleses para estágio na SUDENE⁴ “sobretudo pela identidade de certos problemas no nordeste [brasileiro] e no Senegal” (Embaixada Brasileira em Dacar, 30/08/1966, AHI).

Mesmo com os esforços, em maior parte, do governo senegalês para uma aproximação com instituições brasileiras sobretudo nos âmbitos acadêmico e cultural, não havia mesmo motivos ou condições, agravados pelo cenário de grandes instabilidades políticas em ambos os países, para a instalação de uma cátedra de língua portuguesa na Universidade de Dacar, ou de efetivação do acordo cultural. Importante destacar que a dinâmica que as relações Brasil-Senegal experimentaram no âmbito artístico, naquele período, estão diretamente relacionadas aos esforços do presidente senegalês para garantir a participação brasileira no *I Festival Mundial de Artes Negras*. Afora isso, assim como no âmbito educacional, Maia reiterava constantemente a falta de apoio ou recursos para realização de atividades básicas a exemplo da remessa de um filme diferente para substituir um único disponível que já havia sido exibido à exaustão (Embaixada Brasileira em Dacar, 17/02/1965, AHI).

Quando a embaixada foi questionada do porquê do credenciamento de um adido se não realizava atividades culturais, enviou como resposta à pergunta sobre o que realizar se não dispunham sequer de filmes. Expôs categoricamente como todas as atividades realizadas eram ‘improvisação’ (MRE, 15/12/1965; Embaixada Brasileira em Dacar 27/12/1965, AHI).

Em 1970, Maia encerrou sua vinculação com a Embaixada em Dacar para atuar como Conselheiro Cultural na Embaixada Brasileira no Chile por mais dez anos.

4 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE.

ANEXO 4

Dacar, 2/IX/65

Prezado Waldir:

Saindo do hospital, onde passei alguns dias atrozes, encontrei sua carta... Carta da Bahia, coisa rara, viva e pensei em boas coisas... Se você soubesse como o tempo aqui, entre julho e outubro, e, esperaria o fim do ano para me escrever.

Como não sou de muitas suscetibilidades, não compreendo muito bem como outras pessoas podem tê-las mui facilmente. Veja lá se as seguintes explicações são convincentes:

Se escrevi para Tales e não para você, tratando daquele assunto, é porque da Faculdade (onde eu era professor) recebi, desde a minha vinda para cá, onze pedidos de bôlsas; do Centro, nenhuma, até há dias... Como eu poderia adivinhar que alguém daí estava interessado em vir a Dacar? E se havia alguém interessado, porque você ou a pessoa em questão não me escreveu antes? Por que EU é que deveria me manifestar? Você sabe bem, por ter estado aqui que, muito antes de qualquer acôrdo cultural entre os dois países, eu já fizera vir do Brasil môças e rapazes – dos onze que por cá andaram, somente quatro não me encheram. Nesses quatro anos e meio, você NUNCA solicitou bolsa para ninguém.

Em segundo lugar: em dezembro do ano passado, Tales escreveu carta ao novo Doyen de Letras, L.-V. Thomas, na qual punha relêvo o intercambio entre as duas Faculdades. Ora, como conheço bem os departamentos de Sociologia e Lingua Francesa, escrevi a Tales porque na nossa Faculdade, aí, é que estão tais cursos.

Você se engana ainda ao pensar que ignoro a importância do Centro, Aí vai um recorte de jornal, redatado por mim, no qual, muito antes de a sua carta chegar, eu punha, numa das ultimas vêzes a referência que o Centro merece: trata-se da mais importante instituição, etc. E também varios dias antes de ter a sua carta chegando, eu lhe

tinha mandado, por intermedio de um francês daqui que trabalha na Radio Senegal, um exemplar do programa completo do Festival das Artes Negras (se não mandei mais de um exemplar e para não abusar de quem viaja de avião).

Quanto ao que me diz da inclusão do Centro do Comitê brasileiro para o Festival, deixe-me dizer-lhe que em telegrama desta Embaixada ao Ministério em 13/xi/64, no qual davamos varias sugestões para a representação brasileira, lembravamos ao nôvo chefe da Divisão de Difusão Cultural, certos nomes e certas instituições que deveriam constituir o referido comitê. Repeti isso tudo em carta particular a êle – Vasco Mariz – datada de 14 de maio.

As explicações fatigam-me. E o calor aqui não é brincadeira... Passemos a outra coisa.

Nessa questão de bôlsas, os candidatos podem ser aceitos pelo Gôverno do Senegal ou pela Universidade de Dacar. Um e outra tem tornado bastante dificil a aceitação de brasileiros, por um motivo simples: a população escolar africana tem crescido enquanto o numero de quatros na Cité Universitaire aqui continua inalterado há quatro ou cinco anos. No ano passado, prometi a Joaquim de Oliveira e a um rapaz de Recife que resolveríamos a questão aqui: e que viessem na raça. Pois lhe digo, não foi facil: os dois ficaram varios dias em hotel, as minhas custas e, depois de andar por seca e meca, perdendo meu precioso tempo, tive de apelar para o Presidente da República! Ele é que resolveu favoravelmente, mas a gente não pode andar a chatear o Presidente de um país com questão tão miúda (talvez você discorde). Em fins de junho consegui a promessa do nôvo Reitor (muito melhor praça que o do ano passado!) de me dar duas bôlsas, ainda por dois anos. Recebi carta de Joildo e vou respondê-la daqui a dias. Pode dizer-lhe desde já o seguinte: que venha, mesmo que tenha recebido resposta negativa da Reitoria daqui. Agora que cheque entre 15 e 20 de outubro. Infelizmente não estarei aqui, chegarei no dia 26 ou 27. Mandarei para Joildo uma carta de apresentação para o Reitor, e êle apresentando-se e utilizando a carta, será – espero – bem acolhido.

Por hoje é só. Não pense, pois não terá razão fundada para tal, que me mantenho indiferente ao Centro ou a você. Considere-me um bom camarada – até mesmo um admirador, admirador de seu otimismo e de sua auto-confiança. O que há é que isto aqui já está enchendo. E mesmo para os meus amigos mais intimos, para meu

irmão, escrevi uma só carta êste ano. Eu vivo só e sinto isso às Vezes de forma muito aguda. E não tenho quem me ajude em nada nem tenho secretaria para bater cartas começando por Ilmo. Snr.

Um abraço, Pedro Moacir

*Correspondência de Pedro Moacir Maia para Waldir Freitas Oliveira,
02/09/1965, CEAO. Datilografada*



4. A PRIMEIRA TURMA DE ESTUDANTES AFRICANOS BOLSISTAS DO ITAMARATY NO BRASIL

Em oito de outubro de 1961, um jornal em Salvador noticiava a chegada de um grupo de africanos à cidade. Segundo o *Jornal da Bahia*, estudantes africanos, futuros diplomatas, participariam de um estágio de três meses para aprendizado da língua portuguesa no Centro de Estudos Afro-Orientais, na Universidade da Bahia, e, na sequência, de um curso de extensão no Instituto Rio Branco. O periódico ressaltou a possibilidade de troca de ideias entre estudantes africanos e brasileiros e a participação ativa do Itamaraty no processo, através do pagamento de bolsas concedidas aos alunos. A proposta parecia ter tido receptividade entre alguns Estados africanos, a exemplo de Serra Leoa e Camarões, os quais, segundo o jornal, teriam sinalizado positivamente para a consecução daquela experiência (*Jornal da Bahia*, 08/10/1961, CEAO).

O incentivo a presença de estudantes africanos em instituições brasileiras era uma completa novidade. Se o CEAO já estimulava alguma produção de notícias jornalísticas relacionadas ao continente africano e às suas próprias atividades, esta certamente foi das mais marcantes. Era a primeira vez que um grupo de africanos na condição de estudantes bolsistas do governo brasileiro viria ao Brasil. De acordo com a nota não seriam estudantes comuns, mas futuros

diplomatas, de modo que Brasil contribuiria com a formação de intelectuais e políticos do continente africano. A Universidade da Bahia, através do CEAO, protagonizaria essa empreitada para o estreitamento das relações acadêmicas e políticas, entre Brasil e África, recepcionando os estudantes e lhes oferecendo o curso de língua portuguesa e cultura brasileira.

Diversos autores que escreveram sobre o CEAO ou sobre a política externa independente no Brasil registraram a concessão dessas primeiras bolsas brasileiras a estudantes africanos (Conceição, 1991, p. 88-9; Sombra Saraiva, 1996, p. 91,95; Segura-Ramirez, 2000, p. 20; Bacelar, 2001, p.134; Kaly, 2007, p; 120, Castro s/d.). No entanto, a maior parte destes escritos limitam-se a breves informações acerca da ação, creditada à iniciativa do Itamaraty. Nesse estudo, busca-se dimensionar qual a participação das diferentes instituições envolvidas em tal empreitada, incluindo instituições no continente africano e as ações de pesquisadores, políticos e estudantes que envidaram esforços pessoais para a efetivação do intercâmbio e conclusão dos cursos.

Entre 1961 e 1962 chegaram ao Brasil 22 estudantes selecionados pelas embaixadas brasileiras em países africanos. A singular trajetória desses bolsistas do Itamaraty no CEAO/UBa e, depois, graduandos ou pós-graduandos em diferentes cursos e universidades no Brasil ao longo da década de 1960, permitem analisar aspectos das relações internacionais entre Brasil e África, da vida universitária brasileira e das trajetórias acadêmicas individuais.

Ademais, essa concessão de bolsas no Brasil cumpria o papel de propagandear ao continente africano a democracia racial brasileira. Seria uma ótima oportunidade para os negros “diplomatas” na capital baiana colocarem à prova o “poderoso” argumento da política externa brasileira estruturado na ideia de ausência de conflitos raciais (Santos, 2005, p. 41). Essa experiência de intercâmbio com os estudantes africanos, em última instância, revelaria que tipo de aproximação e distanciamento com África os diferentes promotores daquela atividade pretenderam.

O CEAO E O INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES AFRICANOS

Quando Pierre Verger escreveu comunicando a Vivaldo da Costa Lima a chegada do primeiro grupo de estudantes africanos bolsistas do

Brasil, em dezembro de 1961, ambos deveriam estar bastante satisfeitos com aquela realização, pois foram dois de seus articuladores. A correspondência remetida desde Acra, por Vivaldo, ao longo daquele mesmo ano, indica que não foi nada fácil fazer a turma desembarcar no Brasil.

Entre as propostas do CEAO, a possibilidade de convivência entre estudantes brasileiros estrangeiros já havia sido registrada por Agostinho da Silva, em 1960. Tal ação colaboraria na projeção do Brasil frente aos países afro-asiáticos. Em seu pensamento

[...] pela convivência de alunos brasileiros e alunos estrangeiros, poderão os primeiros ter melhor idéia do interesse dos outros povos quanto à nossa cultura, poderão os segundos apreender melhor o que há na mensagem brasileira de sentido de uma autêntica confraternização humana e de entendimento de raiz comum na linguagem diversas das culturas. (Silva, 03/06/1960, CEAO)

Após a primeira reunião do Grupo de Trabalho do Itamaraty, que discutia ações para aproximar Brasil e África, uma proposta para trazer africanos para estudar no Brasil foi anunciada. Na carta que enviou a Wladimir Murtinho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, em 24 de fevereiro de 1961, o então diretor do CEAO, destacou como essa ideia vinha ao encontro das atividades desenvolvidas pelo Centro:

Permita a V. Exa. que dê especial relevo à *sua idéia* de que os estudantes africanos deverão fazer como que um curso intensivo pré-universitário que lhes dê idéia do complexo cultural brasileiro. Vem este seu projeto ao encontro de esforços nossos no sentido de se criar nesta e noutras Universidades e Centros de Estudos Brasileiros que funcionassem em regime de pesquisa e de cursos intensivos e que pudessem, entre outras atividades, dar a devida informação sobre o Brasil a todos os bolsistas estrangeiros que viessem freqüentar as nossas escolas superiores. Creio que um curso de seis meses seria suficiente para tal objetivo [...]. (Silva, 24/02/1961, CEAO. *Grifos meus*)

Ao informar as novidades da reunião à Vivaldo Costa Lima, destacou a possibilidade de que “fosse realizado em sistema de internato ficando os vinte africanos com número igual de brasileiros”. Agostinho estava inspirado numa experiência desenvolvida na UBa em 1960 entre estudantes norte-americanos e brasileiros que foi considerada exitosa e “pioneira” (Silva, 25/03/1961, CEAO).

Pouco mais de um mês depois, em 10 de maio, em nova carta a Costa Lima, o diretor informou que, dentre outras resoluções tomadas pelo Grupo de Trabalho, houve a liberação de bolsas de estudos para africanos no Brasil e garantia de que o CEAO, a despeito de outras instituições no Sudeste, sediaria a recepção aos estudantes (Silva, 10/05/1961, CEAO). Essa deliberação do Itamaraty vinculou o CEAO às ações da política externa brasileira, aumentando sua importância e justificando sua necessidade dentro da universidade.

Nesta liberação, não houve qualquer informação específica acerca dos futuros diplomatas africanos que seguiriam para Instituto Rio Branco. Assim, essa possibilidade que foi aventada nas reuniões iniciais do Itamaraty não foi levada à frente e, dada a importância que teria caso fosse efetivada, fez com que permanecesse no rol de novidades noticiadas nos jornais como o fez o *Jornal da Bahia*, meses depois.

SELEÇÃO DE ESTUDANTES NA ÁFRICA OCIDENTAL

As bolsas para os estudantes foram liberadas para Gana, Nigéria e Senegal. Esses países recém-independentes foram priorizados nos esforços de aproximação empreendidos pelo governo brasileiro e sediaram as primeiras embaixadas brasileiras na África subsaariana. Os dois professores da Universidade da Bahia, ligados ao CEAO, que já se encontravam como leitores de língua portuguesa naquela região ficaram responsáveis pela seleção dos estudantes. Costa Lima, que estava na Nigéria desde os últimos dias de 1959, mudou-se para Gana em outubro de 1961 a fim de atuar como adido cultural na primeira embaixada, instalada em Acra. Pedro Moacir Maia, que estava em Dacar desde janeiro de 1961, começou a ministrar suas aulas em outubro daquele ano. Ambos os professores, por motivos profissionais e também pessoais, apostavam no intercâmbio entre estudantes brasileiros e africanos como uma experiência importante para o Brasil de modo que envidaram esforços para que os estudantes a concretizassem. Essa informação é importante pois, conforme acompanhamos ao longo da pesquisa, nem todos os envolvidos nos esforços de aproximação com o continente acreditavam nesse potencial, ou queriam nutrir contatos com povos africanos.

Vivaldo da Costa Lima expôs dificuldades relacionadas ao ensino superior na Nigéria onde as bolsas de estudo do Brasil teriam “uma

grande recepção e a melhor das acolhidas, já que o esforço do povo daqui para conseguir qualquer grau de instrução é realmente comovente”. E reforçava que “[...] o ensino universitário é pago e os estudantes disputam com dificuldades bolsas dadas pelos governos federal e estadual e por instituições particulares e governos estrangeiros” (Lima, 10/03/1961, CEAO).

Numa entrevista, Costa Lima dimensionou a importância que as bolsas de estudo brasileiras poderiam assumir, à época, na Nigéria.

Lá na África os estudantes ficavam “caçando”, a expressão é essa, caçando bolsas de estudos fora do país. Naturalmente, a preferência era para os países ricos. Estes países tinham interesse em ter esses alunos. A Inglaterra, por exemplo, era ligada à Nigéria pela tradição colonial. Os Estados Unidos sempre tiveram interesses políticos em ter africanos formados em suas universidades, por uma questão de dominação política que continua até hoje. A colonização francesa na África foi muito grande, também. Porém, o Brasil era completamente ignorado, porque não tinha tradição de bolsistas. Os primeiros bolsistas vieram para aqui em 1961. Foi eu quem os acolheu, por conta do Itamaraty. A essa época, eu já havia sido nomeado Reitor de estudos brasileiros lá na África, no caso da Nigéria e depois em Gana. Cabia a mim escolher os alunos que preencheriam as vinte vagas oferecidas pelo Itamaraty. (Lima, 2004, s/n)

Tão logo as informações foram enviadas para Vivaldo, desde março de 1961, cartas de candidatos nigerianos começaram a chegar ao CEAO informando o interesse em bolsas de estudo no Brasil. A maioria se refere diretamente à Vivaldo ou às suas aulas de português na cidade de Ibadan. Rufus Bamikole Omotoxo, de Akure, dizia ser aluno de Vivaldo e ter interesse em vir estudar medicina na Universidade da Bahia (Omotoxo, 16/03/1961, CEAO). I. J. Ekaete, desta vez de Abeokuta, elogiou muito o trabalho de Costa Lima. “Professor Lima está fazendo um bom trabalho aqui e suas palestras são muito procuradas”¹ (Ekaete, 25/03/1961, CEAO). J. O. Obineche, cujo irmão tinha aulas com Vivaldo, escreveu solicitando informações sobre bolsa (Obineche, 05/04/1961, CEAO).

Essas cartas eram formas de mostrar ao CEAO e ao Departamento Cultural do Itamaraty, para onde os estudantes eram orientados a escrever, o interesse dos nigerianos em estudar no Brasil. Em 09 de junho, Agostinho da Silva escrevia a Wladimir Murtinho,

1 *Professor Lima is going a very good job here and his lectures are in great demand.*

apresentando os estudantes Akinkunmi Oladepo Akimpelu e Amos Abiodun Fashina, interessados em frequentar universidades brasileiras. “Tenho a impressão, pelo grande número de cartas recebidas aqui, que haverá numerosos pedidos de bolsistas nigerianos. Talvez se pudesse um dia conseguir da Presidência da República qualquer crédito especial destinado a aumentar a quota destes estudantes”. Agostinho tentava, deste modo, ampliar a quantidade de bolsistas oriundos da Nigéria, principal alvo do intercâmbio intermediado pelo CEAO. O argumento, sabemos, assentava-se especialmente na “influência africana neste estado”. Como Fashina interessava-se pelo curso de matemática, Agostinho acrescentou que além da “fisionomia da cidade”, no CEAO este aluno estaria próximo “dos grandes centros culturais do Rio de Janeiro” para onde sugeria que ele seguisse. Referiu-se ao pedido do Sr. Josephus Olubunmi McFoy do Departamento de Música na Nigéria que pretendia “vir ao Brasil fazer pesquisas de música afro-brasileira ao mesmo tempo que seria possível conseguirmos também aqui para ele, desde que estudasse na nossa Escola de Música com uma pequena bolsa”. Mesmo que o chefe do departamento cultural lhe confirmasse o número de vinte bolsas a serem distribuídas entre Gana, Senegal e Nigéria, Silva voltaria a sugerir o aumento de bolsistas pois “calculo que também haverá muitos no Senegal”. Essas cartas foram trocadas às vésperas da viagem que Murtinho faria por Dacar, na qual, esperava Agostinho, saísse “logo o plano geral” das ações a serem executadas na África (Silva; Murtinho; 09, 15 e 20/06/1961, CEAO).

Diante de tantos interessados que já estudavam com Vivaldo, a seleção dos estudantes na Nigéria foi mais tranquila. A circulação da notícia com meses de antecedência facilitou a preparação dos candidatos. Situação diversa da seleção de estudantes oriundos de Gana, uma “laboriosa luta”. A deliberação das bolsas estava submetida à Kwane N’Krumah, presidente do país, primeiro chanceler da Universidade de Gana e “o *chairman* do Comitê de Bolsas de Estudo”. Ele sacramentou a distribuição, ao que parece, a partir de uma lista de cursos previamente estabelecida. Assim a questão das bolsas era um “caso decisivamente político” (Lima, 27 e 30/11/1961, CEAO). Ainda assim a possibilidade de estudar no Brasil foi divulgada. Raymundo de Souza Dantas, o embaixador brasileiro, contou que certa vez, ao sair da Universidade de Gana, onde passava tardes realizando leituras, alguém o interpelou à procura de Costa Lima e de bolsas de estudo para o Brasil (Souza Dantas, 1965, p. 78). O jornal ganense *The*

Ghanaian Times registrou, em 05 de dezembro de 1961, os estudantes selecionados embarcando para o Brasil.

No Senegal, a seleção de bolsistas sob a responsabilidade de Pedro Moacir Maia tinha condições diferentes. Do total de 20 bolsas disponíveis, 10 estavam a cargo de Maia: “cinco para senegaleses com curso secundário completo, que quisessem fazer estudos superiores no Brasil; e cinco para diplomados pela Université [de Dacar] de *qualquer país*, que quisessem fazer especialização de qualquer assunto”. Maia não conseguiu preencher todas as vagas e enviou a turma bastante heterogênea, refletindo a diversidade dos estudantes em Dacar. É preciso destacar que desde agosto de 1961, com as mudanças no governo brasileiro, as informações sobre as ações na África tornaram-se cada vez mais incertas. Assim, sem a confirmação da viagem por parte do Itamaraty, com a antecedência necessária para a preparação dos documentos, seus candidatos do Daomé² desistiram, ao que Maia lastimou mais que qualquer outro.

Costa Lima, irritado com o atraso na organização da documentação dos bolsistas no Senegal, que deveria estar pronta no mês de outubro, atribuiu tal situação à viagem que o professor brasileiro realizou no período das férias escolares à Espanha: “O turismo europeu do Moacir Maia atrasando todo o plano, pois seus alunos só serão escolhidos na sua volta das Espanhas sabe Deus quando. E querem com gente assim fazer política cultural na África” (Lima, 02/10/1961, CEAO). Para dirimir as dúvidas, em dezembro de 1961, Maia enviou uma longa carta à Vivaldo, na qual ponderou a respeito de diversos temas: seu trabalho em Dacar, suas viagens pessoais, o envio dos bolsistas do governo brasileiro (Maia, 24/12/1961, CEAO).

A despeito do processo que se encaminhava na Nigéria, Senegal e Gana, no Brasil, a renúncia de Jânio Quadros havia criado um momento de grande indefinição no país acerca das ações voltadas para África. Após a liberação das bolsas em maio, seguiram-se vários meses de silêncio. Não há cartas, entre Agostinho da Silva e Costa Lima, desde meados de maio até setembro de 1961. O assunto dos bolsistas voltaria a ser tema de cartas somente em 05 de setembro, quando Agostinho da Silva, ainda como diretor do CEAO, respondeu a uma série de três cartas sobre pedido de bolsas realizado por nigerianos, os quais ele orientou que escrevessem a Costa Lima em Acra, Gana (Silva, 05/09/1961, CEAO).

2 Atual Benin.

A mudança no governo havia gerado uma crise. Durante algum tempo não se sabia de informação alguma sobre África, muito menos sobre as bolsas. Em 19 de setembro Costa Lima escrevia a Waldir Oliveira, novo diretor do CEAO, reclamando a ausência de comunicações: “Não sei de nada, nem daí, nem do Itamaraty. Data de viagem dos bolsistas [...]” (Lima, 19/09/1961, CEAO). Dez dias depois a resposta: “Nenhuma notícia do Itamaraty, estamos mesmo apreensivos [...] Quanto ao programa dos bolsistas, a situação ainda é pior. Não sabemos se eles virão, quando virão – ou para onde virão. E se vierem mesmo para aqui, nada existe preparado para recebê-los” (Oliveira, 29/09/1961, CEAO). O afastamento de Agostinho do CEAO naquele mês de setembro contribuiria para aumentar as inseguranças acerca do intercâmbio, como expressava Verger, na carta em 27 de setembro onde questionava a Costa Lima: “Que será de vinda (vinda) dos bolsistas da Nigéria aqui?” (Verger, 27/09/1961, CEAO).

Pouco depois as coisas pareciam resolvidas e Waldir Oliveira revelou otimismo. Em 25 de outubro disse a Costa Lima que aguardava os bolsistas nigerianos e que “tudo estava se arrumando para que o curso funcionasse cem por cento” (Oliveira, 25/10/1961, CEAO). Nos dias seguintes falou em jornais com maior precisão a respeito do intercâmbio. Os bolsistas de Gana e Nigéria chegariam a Salvador no dia 15 de novembro. A vinda estava a cargo da Divisão Cultural do Itamaraty e a Universidade da Bahia era responsável pela hospedagem, pelos cursos de português, a serem realizados no Gabinete de Fonética, e pelo curso de cultura brasileira, a ser realizado na nova sede do Centro de Estudos Afro-Orientais. Ficariam durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro e, posteriormente, matricular-se-iam em qualquer universidade brasileira para realizar cursos de graduação (*Estado da Bahia*, 28/10/61, CEAO).

A crise política interferiu nas atividades do Itamaraty que, após a mudança de governo, não retomou com a mesma energia das ações da política africana. No caso dos bolsistas africanos, a vinda foi garantida muito mais pela articulação e insistência dos professores brasileiros envolvidos do que pelo envolvimento do Itamaraty. Em 02 de outubro, “quando tudo estava arrumado”, Costa Lima escreveu a Waldir Oliveira relatando o transtorno que mais um adiamento da viagem causou aos bolsistas, os quais haviam deixado o trabalho com um mês de antecedência. Do Itamaraty não houve “sequer um telegrama” para informá-lo, afirmou (Lima, 02/10/1961, CEAO). Do CEAO, Waldir Oliveira escrevia em 16 de novembro a completa desinformação sobre a chegada dos africanos. “Imagine Vivaldo, que

hoje são 14, amanhã deveriam estar chegando os bolsistas africanos, e nenhuma notícia temos nem do Itamarati, nem do Agostinho [...] Não tenho, pois, notícias a lhe dar a respeito” (Oliveira, 16/11/1961, CEAO).

Num bilhete enviado de Lagos, Nigéria, enquanto acertava os passaportes, Costa Lima passava por problemas semelhantes aos de Moacir Maia. Das seis bolsas conseguidas – “a duras penas” – um estudante não pode mais esperar e desistiu em função de uma bolsa na Hungria e outro estava por desistir (Lima, 18/11/1961, CEAO). As “mancadas e atrasos” do Itamaraty não pararam por ali. Vejamos o relato de Costa Lima em 27 de novembro:

Fui à Nigéria dar o Visa nos passaportes. Este Itamarati é das Arábias... Avisa para os estudantes estarem sem falta até o dia 30 em Dakar. Os rapazes marcam a passagem (com grande dificuldade, pois o Governo, ainda por culpa do Itamarati, não deu passagens para eles) – passam por aqui hoje 27, estarão em Dakar a 28, e ontem, 26, telegrafa o Itamarati dizendo que o avião só sairá de Dakar a 7 de dezembro! (Lima, 27/11/1961, CEAO)

Uma vez que os estudantes ganenses e nigerianos já estavam preparados e reunidos na cidade de Lagos, Vivaldo da Costa Lima os embarcou para Dacar no dia 28, onde passaram uma semana tendo aulas improvisadas de português com Pedro Maia enquanto aguardavam o avião do Itamaraty para o transporte até o Brasil.

PERFIL DOS ESTUDANTES

A turma de estudantes desembarcou em Salvador dia 07 de dezembro de 1961 e foram assim descritos por Pierre Verger:

5 yorubas em traje nacional, todos bastantes simpáticos, 5 de Gana, conscientes e reservados, 4 do Senegal (1 francês, branco como neve, 1 moça mestiça de peuhl e de francês com algum outro sangue, um cabo-verdiano, (ou mais exatamente um filho de um cabo-verdiano e uma descendente da Bahia), e finalmente um camaronês [...] representativo do Senegal. (Verger, 11/12/1961, *Afro-ásia*. Grifos do autor)

Verger apresentou quatorze estudantes pois o décimo quinto, vindo do Senegal, chegou pouco depois. Os jornais baianos noticiaram

a chegada dos quinze estudantes. Os nigerianos, iorubás, eram Abiodum Fashina, Olufeni Onajin, Francis Abiodun Oni, Olumuyiwa Opaleye e Akimkunmi Akimpelu. Nas fichas de matrícula preenchidas no CEAO, apenas o último deste não registrou que, além do inglês, falava a língua yorubá. Registraram que queriam estudar arquitetura, medicina, economia e “agricultura”. Sobre a escolaridade, os que informaram haviam terminado o *high school* (Ensino Médio) em Ibadan, onde Costa Lima ministrava as aulas de português.

Os ganenses eram Francis Quaye, Osei Akuamoá, Samuel Cobbold, Yan Offe Boateng e George Frempong. Como os anteriores, alguns anunciaram serem falantes, além do inglês, das suas línguas nacionais como o gã, o twi e o fanti, e também haviam concluído o *high school*. Como opções de cursos, além de medicina e economia, registraram a odontologia e geologia.

A turma vinda do Senegal, segundo o registro nas fichas, possuía apenas uma senegalesa. Colette Simone Diallo veio realizar curso de pós-graduação. Tinha certificado de espanhol e línguas hispano-americanas da Faculdade de Letras de Dacar e havia estudado português durante cinco meses com Pedro Maia. Seu interesse residia em estudar filologia portuguesa e literatura brasileira e preparar tese sobre um autor brasileiro. Era a única mulher da turma.

O segundo bolsista para curso de pós-graduação era o francês Claude René Cros. Maia explicou a Costa Lima que, nos critérios estabelecidos pelo Itamaraty, não havia restrição para as bolsas de pós-graduação para pessoas oriundas da Universidade de Dacar: “Pois o francês inscreveu-se e foi... Outras houveram e outros *foriam...*” (Maia, 24/12/1961, CEAO).

As informações sobre Cros evidenciam a diversidade de cursos superiores, diferenciando-se bastante do perfil dos demais bolsistas. Falava inglês, francês e noções de alemão.

Tem certificado de estudos literários modernos (Universidade de Tolouse), Curso de Sociologia Geral (um ano – Paris); Curso de Psicologia Social (um ano); Curso de economia política (Faculdade de Direito de Dakar (03 anos)). Próximos estudos: deseja fazer tese sobre a estrutura e evolução das cidades brasileiras e apresentar aqui ou em Paris; quer conhecer outras cidades para o trabalho. (Ficha de Matrícula, 1961, CEAO)

Sobre o camaronense Paul Etamé Ewane, há menos informações. Sua ficha registra o certificado de dois anos de estudo em ciências

econômicas e direito administrativo, desejando continuar o primeiro curso em São Paulo, além do interesse em se especializar em traduções do Português.

Cristóvão Moraes, natural de Cabo Verde, registrou nacionalidade senegalesa por estar há quatro anos no Senegal. Antes disso, estudava medicina em Lisboa, “até o 3º ano de licenciado”. Um grande diferencial do perfil de Moraes residia no fato de ser bolsista oriundo de país sob colonização portuguesa. Desejava continuar seus estudos no Brasil.

O perfil de Fidélis Cabral, o décimo quinto bolsista, registra que também iniciou seus estudos superiores em Portugal e buscava concluí-los no Brasil. Desejava continuar seus estudos em direito e estudar ciências políticas e sociais em São Paulo. Falava português, francês, crioulo [guineense] e inglês.

Freqüentou as faculdades de direito de Coimbra e Lisboa. Teve intenso treino das línguas mencionadas durante as freqüentes viagens que fez ao estrangeiro. Visitou todos os países da Europa Ocidental durante cinco anos consecutivos. Realizou todas estas viagens durante as férias grandes. Frequentou cursos de férias e campos de trabalho em diversos países. (Ficha de Matrícula, 1961, CEAO)

ENTREVISTA COM OS AFRICANOS: NOTÍCIAS DA ÁFRICA E EXPECTATIVAS SOBRE O BRASIL

As fontes disponíveis para conhecer um pouco dos pensamentos e expectativas dos estudantes recém-chegados ao Brasil estão em jornais locais.

Em 10 de dezembro de 1961, no primeiro domingo dos estudantes no Brasil, o *Jornal da Bahia* trouxe uma pequena nota sob o título “Estudantes africanos fazem estágio na UBa”, acompanhada de uma foto de parte do grupo. Além de dar informações sobre a chegada dos estudantes, suas origens e o que eles cursariam, o jornal ressaltou o entusiasmo com o Brasil, a “repulsa ao colonialismo europeu na África” ressaltando “que alguns tomaram parte nas manifestações de protesto contra a morte de Lumumba”³ (*Jornal da Bahia*, 10/12/1961, CEAO).

- 3 Patrice Lumumba, (1925-1961) nascido no Congo sob colonização belga, foi uma liderança na luta pela descolonização, sendo um dos fundadores do Movimento Nacional Congolês. Primeiro Ministro da República Democrática do Congo, entre

Naquele mesmo dia, o *Diário de Notícias* publicou a nota “Estudantes falam sobre racismo e independência falsa que existe em África”. O tema da colonização portuguesa esteve em evidência. Colette Simone Diallo, depois de destacar sua intenção em estudar literatura brasileira, lembrou que o Senegal foi o primeiro a expulsar a embaixada portuguesa diante de sua insistência colonialista. Cristóvão Morais denunciou o racismo em Cabo Verde. Acusou Portugal de ser responsável pelo subdesenvolvimento do país e pela exploração dos trabalhadores cabo-verdianos e angolanos com a convivência do atual governo de Cabo Verde. Akin Akinpelu falou da independência política, mas não econômica, vivida pelo seu país. Segundo ele, a Nigéria era “o país mais democrático do mundo”. Paul Etamé trouxe uma mensagem de seus colegas camaroneses, dizendo que a independência do país “não corresponde às aspirações do povo e eles lutam para que o mundo saiba que a independência não seja somente no papel” (*Diário de Notícias*, 10/12/1961, CEAO).

Cerca de um mês depois, em 12 de janeiro de 1962, o periódico *Visão* publicou uma matéria de página inteira sobre o primeiro grupo de bolsistas africanos na Bahia intitulada “Vieram com muita fé”. Depois de informações sobre a chegada à Bahia para adaptação e o objetivo de cursos superiores pelo país, o primeiro a falar foi Cristóvão Morais que destacou a importância de relações bilaterais entre o Brasil e a África. “A África Portuguesa, particularmente, está de olhos abertos para este país; não apenas o admira como sabe que só ele poderá ajudá-la em sua libertação”. Morais evidenciou que importantes relações econômicas podiam ser estabelecidas com os países de seu continente, mas não pôde deixar de ressaltar o apoio indispensável do Brasil para a independência dos países ainda mantidos sob domínio português. Destacou o “atraso” da população cabo-verdiana em função da falta de assistência portuguesa, da falta de escolas e direitos negados para os negros. “Temos uma população de cerca de 200 mil habitantes, em sua quase totalidade analfabeta e em grandes dificuldades”. Terminou revelando que não viu discriminação racial “ponderável” no Brasil e citou uma expressão cultural cabo-verdiana semelhante ao samba do carnaval brasileiro: a coladeira.

junho e setembro de 1960, foi deposto através de um golpe de estado e assassinado quatro meses depois sob ordens do Coronel Joseph Mobutu e apoio de norte-americanos, belgas e franceses (Moore, 2010, p. 81).

Paul Etamé, o camaronês, revelou a intenção em estudar ciências econômicas em São Paulo. *Visão* referiu-se a sua “impressionante” semelhança física com Patrice Lumumba do qual o jovem disse ser fã. Interessava-se pela história e literatura brasileira e veio com o objetivo de “estudar as soluções que o Brasil tem utilizado para seus problemas de país subdesenvolvido, as quais pretende levar para sua pátria”. Enfatizou a dependência econômica de Camarões em relação à França. Segundo ele, o francês era a língua oficial de sessenta por cento da população. Concluiu, acreditando nas possibilidades de seu país, apesar dos sérios problemas do subdesenvolvimento, e citando os diversos produtos disponíveis para exportação.

Colette Diallo não quis, desta vez, segundo *Visão*, comentar problemas de seu país. De acordo com o texto jornalístico, a senegalesa falou “com orgulho” da Universidade de Dacar, “uma das mais importantes da África”, cujo número de matrículas era ascendente, figurando alunos de vários países. Informou ser licenciada pela Faculdade de Filosofia e se referiu ao grande contingente populacional e aos principais produtos nacionais. A língua oficial era o francês e o dialeto [sic] mais importante o uolof. Em relação ao intercâmbio cultural Brasil-África definiu-o “como um grande passo para a libertação total dos países africanos”. *Visão* ressaltou esta afirmação como ponto de convergência entre os entrevistados.

George Frempong, de Gana, que pretendia estudar medicina na Bahia, “crê que o Brasil poderá desempenhar papel importantíssimo no processo de independência total, política e econômica da África”. Destacou, este último, as possibilidades econômicas de seu país e o desenvolvimento no plano educacional: “Já temos um número razoável de escolas secundárias e duas universidades”.

Olufemi Onajin, nigeriano, “também tem grande confiança no futuro de sua terra”. Como os estudantes anteriores, destacou dados populacionais, produtos de exportação e a progressão educacional com quatro universidades e o aumento no número escolas. Informou que, na Nigéria, além do inglês, são falados o yorubá, o haussá e o ibo.

O último entrevistado, o guineense Fidelis Cabral, disse à revista:

[...] que, para sair de Lisboa, onde cursava o 4º ano de bacharelato, teve que lançar mão de um estratagema, dadas as dificuldades que as autoridades portuguesas opõem à saída de negros. Primeiro conseguiu uma viagem, de avião, para a Guiné, sob o pretexto de visitar a família, que há muito não via. Na Guiné, alegou que a mãe se

encontrava no Senegal e conseguiu permissão para voltar a Lisboa com escala naquele país. Teve de comprar a passagem com seu dinheiro. Uma vez no Senegal, obteve a bolsa do Governo Brasileiro. (*Visão*, 12/01/1962, CEAO)

Depois de citar dados sobre a situação educacional em Guiné, os produtos nacionais e as línguas por lá faladas, *Visão* concluiu sua reportagem afirmando que “Fidelis se manifestou radicalmente contra a política colonialista de Salazar na África Portuguesa”.

Nas três publicações apresentadas, mesmo com ênfases diferenciadas, o tema da colonização portuguesa nos países africanos se destaca. Segundo Anani Dzidzienyo, cuja pesquisa analisou a cobertura dada especificamente pelo *Jornal da Bahia*, os temas africanos receberam destaques pontuais nos anos sessenta. De acordo com Dzidzienyo, a independência de países ou informações geográficas foram apontados rapidamente e sem contextualização; discussões mais significativas passaram a ser apresentadas neste jornal por Pimentel Gomes, jornalista, que na coluna *África de hoje* abordava o tema da retomada das relações Brasil-África e criticava a interferência de Portugal e seu colonialismo. Ao longo de 1960 e 1961, havia uma expectativa de retomada de relações entre o Brasil e países africanos prometida com a candidatura e posterior eleição de Jânio Quadros. Neste debate, a necessidade de que o Brasil rompesse com o apoio à política salazarista chegou a ser tema de um editorial do *Jornal da Bahia*, em 26 de janeiro de 1961, intitulado “África vista do Brasil” (*Afro-ásia*, 1970)⁴.

Diante da presença inédita de um grupo de pessoas que haviam se deslocado diretamente de diferentes países do continente africano para o Brasil, sob o patrocínio do Itamaraty, os periódicos da capital baiana aproveitaram a oportunidade para circular críticas e revelar detalhes da exploração, ou dificuldades, impostas pelo colonialismo de modo geral e especialmente pelo colonialismo português. Na publicação do *Diário de Notícias*, feita logo após os estudantes chegarem à Bahia, observamos que todos os citados estabelecem críticas diretas ao colonialismo português ou à “independência falsa” de seus respectivos países. É provável que o jornal tenha optado por destacar apenas os estudantes que se posicionavam desta maneira excluindo aqueles que, porventura, não o tenham feito.

4 Anani Dzidzienyo deu a seu artigo na *Afro-ásia*, em 1970, o mesmo título dado ao editorial do jornal em 1961.

Na revista *Visão* o tom é outro. A reportagem enfatizou de modo geral aspectos no âmbito educacional e, neste sentido, a própria trajetória que Fidelis e Cristóvão precisaram descrever para chegar ao Brasil. Objetivando completar o ensino superior, burlando a perseguição das autoridades portuguesas, o périplo dos discentes já era revelador da pesada repressão impostas aos estudantes que se posicionavam contra a colonização, reforçando uma opinião desfavorável à presença portuguesa e seu colonialismo em África. Quando ofereceram alguns detalhes a respeito da situação educacional em seus respectivos países, delineou-se uma dimensão mais ampla de como a colonização portuguesa mantinha o “atraso”, a “falta de escolas”. Em relação à Guiné Bissau Fidelis Cabral afirmou: “O povo está à míngua e a ignorância campeia em todos os quadrantes. Basta dizer que, para uma população de 900 mil pessoas, existiam na Guiné, em 1957, apenas 12 escolas” (*Visão*, 12/01/1962, CEOA).

Nesta abordagem, a revista mantinha na imprensa o destaque contra a colonização portuguesa através da história e a busca por acesso à educação superior de dois estudantes africanos. Os depoimentos, a revolta, as denúncias comuns aos dois rapazes, oriundos de Cabo Verde e Guiné Bissau, permitiram a setores da sociedade baiana, através de pessoas que tinham nome, rosto e história, tomar conhecimento de outras versões a respeito da presença portuguesa no continente africano.

Outro tema recorrente nos depoimentos dos estudantes é a crença no interesse brasileiro em aproximar-se do continente africano. O fato deles já se encontrarem no Brasil para realizar seus estudos patrocinados pelo governo, fazia-os acreditar nessa possibilidade. Eles evidenciam como essa proximidade era importante para ajudá-los a enfrentar os problemas do subdesenvolvimento. O argumento do governo brasileiro para pôr em curso a política africana apresentava o Brasil como “moderna nação tropical”, ou seja, um país subdesenvolvido que conseguira resolver seus problemas e caminhar rumo ao desenvolvimento. Se assim fosse, poderia ajudar países do outro continente. A propaganda estatal brasileira, norteada pela questão econômica, buscava, ao invés de encarar os países como concorrentes, vê-los como possíveis parceiros comerciais (Sombra Saraiva, 1996, pp. 138-148). Esse entendimento fez-se presente entre os estudantes oriundos dos países ainda sob colonização bem como daqueles oriundos de países já independentes. Assim explica-se a constante referência dos estudantes, provavelmente, em

resposta às perguntas do jornalista acerca dos produtos primários que cada um dos países disponibilizava para exportação.

Os crescentes índices da educação – básica e superior – nos referidos países procuravam indicar seu desenvolvimento em curso, o que por sua vez justificaria o intercâmbio educacional e, enfim, o comercial. As informações que todos os entrevistados por *Visão* dão a respeito das línguas ficam por conta de curiosidades sobre cada um dos países que estavam representados pelos estudantes. A afirmação de Moraes sobre as semelhanças culturais foi mais um elemento para reforçar a ideia de proximidade cultural entre Brasil e África. Com esses estudantes, a imprensa baiana pode expor experiências e opiniões atualizando informações diretamente trazidas do continente africano.

ESTUDANTES AFRICANOS NA “ÁFRICA BAIANA”

Uma vez em Salvador, o grupo foi recepcionado pelo diretor do CEAO, Waldir Oliveira, e teve o primeiro final de semana agitado. Numa quinta-feira, dia 07 de dezembro, desembarcaram na capital baiana. Na sexta-feira, dia 08 de dezembro, um passeio com Pierre Verger na Conceição da Praia em dia de tradicional festa popular; no sábado, um encontro com Nelson Rossi, futuro professor de português; no domingo, uma festa preparada especialmente para os recém-chegados no terreiro Axé Opô Afonjá. Na segunda-feira, início do curso.

A expectativa em torno da chegada dos africanos a Salvador não era compartilhada apenas pelos intelectuais envolvidos na empreitada. Mãe Senhora, Iyalorixá de importante terreiro em Salvador, o Ilê Axé do Opô Afonjá, também aguardava a chegada daqueles “parentes”. O destaque para os yorubás, feito na descrição de Verger, tinha uma razão. Eles eram o alvo principal do intercâmbio com África estimulado pelo CEAO. Esperados pelos pesquisadores da religiosidade de matriz africana e pela comunidade religiosa em Salvador, nutria-se a expectativa de que os estudantes yorubás poderiam reativar laços culturais, mais precisamente religiosos, com o povo de santo da Bahia.

Pierre Verger, um dos entusiastas daquele intercâmbio, em sua correspondência com Vivaldo Costa Lima apontou, mais de uma vez, que o CEAO ao promover esse intercâmbio estaria reativando laços religiosos. O contato com os yorubás significava para o povo de

santo e para alguns pesquisadores, como Verger, o contato com os “ancestrais” dos quais sempre buscavam se aproximar. Em Londres... “Encontrei bastante Yoruba aqui, asi tem ocasiões de falar e saudar a gente na nobre língua dos encantados” (Verger, 27/11/1961, *Afro-ásia*, 2008, p. 247). Portanto, quando soube das intenções do governo em patrocinar o intercâmbio para o Brasil, Verger sugeriu que os yorubás deveriam ficar em Salvador, os “outros” poderiam ir para outros estados como escreveu para Costa Lima, em 16 de abril de 1961:

Me dice também das intenções das autoridades Brasileiras de promover um intercambio de bolsistas e querer ter muitos Africanos ir nas Universidades do Brasil. Oxalá que seja você que seja encarregado de determinar para cual Universidade seria desejavel mandar os varios Nigerianos, porque so você poderia ter na mente a oportunidade desse intercambio para mandar gente da terra Yoruba a Bahia, aonde podem encontrar gente com cual comunicar... e ... oxalá [“comungar”]... porque você sabe por experiencia passada (Oniegbuta), a actitude de gente de outras nações na vista de um bonito “sire de candomblé”. E seria bem desagradavel ter gente do Norte e do Este na Bahia aonde ficariam sem laços e até com certo desden, e que estos podem ir com muito proveito para São Paulo, Bello Horizonte, o Rio de Janeiro. Porem que so Yoruba pode gozar e apreciar a su justo valor o milagro de fidelidade e de dignidade dos nossos “parentes” da boa terra, e tirar uma proveitosa conclusão de tal constatação. Creio que seria bom você escrever neste sentido a nosso Agostinho que você puxou já um pouco do lado da seita. (Verger, 16/04/1961, *Afro-ásia*, 2007, p. 249-250. Grifos do autor)

Verger era ligado ao terreiro de Mãe Senhora e sua presença em atividades da casa foram diversas vezes citadas em correspondências trocadas àqueles anos com Costa Lima. Em 20 de outubro dizia “Obrigado pelo icôidê, eu o instalei sobre a cabeça do Xango pintada por Caribe, e ele flutua ao vento da Bahia, impregnando-o de muito ashé vindo de oluaiye. Veo regularmente Sinval nas cerimônias do opo Afonja, faz dous dias era a festa de Xango, faltao três para a de Ogun” (Verger, 16/04/1961, *Afro-ásia*, 2008, p. 254-55). Quatro dias depois narrou “ontem, ogun estava entre nós no Ashé do Opo Afonjá em cinco exemplares; Moacyr estava esplendidamente vestido [...]” (Verger, 16/04/1961, *Afro-ásia*, 2008, p. 257). Verger informava animado quando outras pessoas ligadas ao CEAO se aproximaram dos terreiros, caso de Lasebikan e seus alunos que foram a festa na casa de Dona Menininha acompanhados da presença de Lauro Escorel,

o chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, buscando evidenciar uma intrínseca relação entre a religiosidade de matriz africana na Bahia e suas relações com a África yorubana (Verger, 16/04/1961, *Afro-ásia*, 2008, p. 256).

Costa Lima fez recomendações para que os estudantes africanos compartilhassem desse universo religioso afro-baiano:

Aí vão meus negrinhos, todos bem dotados, e ávidos de civilização baiana. Isto sei que eles terão aí na Bahia, sob as vistas do Centro e dos amigos.[...] Os ingleses criaram uma ética estúpida para esses rapazes. Precisamos reafricanizá-los na Bahia e mostrar-lhes o que realmente é importante. (Espero saber o que realmente importa) [...] Veja que a turma do curso de ioruba convida para suas casas (não importa o tipo nem nada) os estudantes. É bom que eles logo se virem em toda a parte e se misture com toda a gente. (Lima, 27/11/1961, CEAO. Anexo 05)

Costa Lima também destacou as contribuições que os ganenses poderiam dar em Salvador: “Os estudantes de Gana estão interessados e muito em colaborar com o trabalho do Centro. Palestras sobre seus países, costumes tradicionais etc., e mesmo ensino do Twi!”. Citou como Yaw Boateng, oriundo “de uma das famílias mais tradicionais ashanti”, era conhecedor das tradições. O referido bolsista “oficiou na Embaixada a cerimônia de Libação quando os estudantes foram conhecer o embaixador ontem de tarde”⁵ (Lima, 27/11/1961, CEAO). Por ser conhecedor dos tambores tradicionais, Costa Lima sugeriu “a feitura de um par dos tambores para o Centro, para estudos e demonstração”. A todos os bolsistas ganenses recomendou que desembarcassem usando “Kente” em Salvador, as roupas usadas em cerimônias, festas (Lima, 03/12/1961, CEAO).

Se Costa Lima enxergou semelhanças entre os dois grupos, outras diferenças seriam muito significativas entre eles. “Recomendo o maior cuidado com os estudantes de Gana, gente bem diferente dos nigerianos, portanto menos abertos, menos talvez cordiais, mas de igual categoria e ambição. Recomendo que use o Cobbold como contato com o grupo, por mais maduro” (Lima, 03/12/1961, CEAO). Pedro Maia também fez considerações neste sentido após a semana que passou com o grupo:

5 Costa Lima explica que “é uma cerimônia tradicional aqui realizada sempre que se parte ou se chega de algum lugar distante”. (Lima, 27/11/1961, CEAO)

Há, não esquecer-me: achei uma diferença enorme entre os nigerianos e os ganeanos: os primeiros, mesmo com meu inglês (mas servia-me de intérpretes aqui, em inglês e ioruba), já estavam íntimos no dia seguinte, e sempre dispostos a rir, a brincar, às esculhambações; e os putos dos ganeanos, reservados, só o Quaye ria um pouco, muito dignos, e distantes, e um deles teve o topete de, no aeroporto, depois de eu dar ordem ao garçom de servi-los (com dinheiro meu), de interpelar-me porque faltara pão para ele! Queria falar inglês como Joyce, naquele instante... E naquele instante os nigerianos se reuniram, fizeram um círculo, agradeceram-me as atenções... e os outros porretas... neca! (Maia, 24/12/1961, CEAO)

A diversidade das pessoas que chegaram à Bahia, numa única turma de 15 estudantes, evidenciou a impertinência de uma visão homogênea em relação ao continente africano, incluindo a ideia de que povos de países diferentes que foram colonizados por uma mesma metrópole teriam características ou comportamento semelhantes, como descobriu Pedro Maia. Não temos como dimensionar o impacto que a experiência na Bahia, e seu interesse na África yorubana, teve sobre os estudantes. Acaso os estudantes yorubanos se identificaram com os terreiros baianos e o culto aos orixás? Conforme Verger já havia destacado numa anedota, muitos africanos yorubás que encontrava na Europa necessitavam de reafricanização no terreiro de Mãe Senhora, ou seja, o rigor e profundidade das práticas de culto aos orixás mantidas em determinados terreiros de Salvador proporcionariam uma vivência capaz de fazer africanos afastados das tradições voltassem a valorizá-las. Certamente essa leitura deve ter incomodado os estudantes dos outros países que não comungavam dessa ancestralidade. Ficaremos sem saber o que os estudantes nigerianos, ganenses, de Camarões, Senegal ou Cabo verde pensavam a respeito. Anani, que esteve em Salvador dez anos depois, relatou como era constantemente questionado por não praticar o culto aos orixás: “Que africano é você?” (Dzidziényio, 2009).

Na turma, além de Cristóvão e Fidelis que se destacavam pela denúncia do colonialismo português, o perfil de dois outros estudantes causou impacto no cenário baiano recebendo atenção particular.

A presença de Claude Cros, um homem branco e francês, que também tinha a nacionalidade senegalesa, incomodou. Costa Lima questionou sua seleção por Pedro Maia. De acordo com matéria organizada pelo jornalista Flávio Costa – chefe do setor de informação e intercâmbio do CEAO – e publicada na revista *Fatos e Fotos*, em 20 de janeiro de 1962, o branco “também era um africano”, mas Waldir

Oliveira teve que dar explicações a mãe Senhora sobre o que “aquele branco estava fazendo em meio aos africanos dela” (Oliveira, 2004), o qual não está registrado na histórica fotografia feita na recepção no terreiro. Nas diversas entrevistas ou coberturas jornalísticas sobre os estudantes, Cros não recebeu destaque.

Colette Diallo era sempre destacada nas notícias jornalísticas. Sempre qualificada como bela e única moça do grupo, a professora de línguas teve sua opinião registrada sobre o colonialismo (*Diário de Notícias*, 10/12/61, CEAO) e o intercâmbio Brasil-África (*Visão*, 12/01/62, CEAO). Além da foto principal, a senegalesa pode ser vista num detalhe na reportagem da revista *Fatos e Fotos*. Embora o destaque fosse sempre dado ao fato de ser a estudante mulher do grupo, acredito que sua tez “mestiça” era correlacionada com a mestiçagem e estereótipo da *mulata* brasileira. Pode-se inferir que Diallo era a mais “brasileira” dos que aqui chegaram. Outro importante aspecto é o fato da raridade de mulheres negras, como Diallo, já licenciada numa universidade. Veio como estudante para cursar pós-graduação, ou seja, já era professora licenciada em língua espanhola. Por ser da área de Letras e ter tido aulas por cinco meses com Maia, em Dacar, já deveria se expressar em língua portuguesa. Juntando a isso a formalidade e rigor dos estudantes africanos, Colette conformava um perfil intelectual absolutamente escasso na universidade baiana e brasileira. Acresça-se ainda o fato de, à época, ser atípico mulheres desacompanhadas de familiares numa viagem internacional. Quando acompanhamos o paulatino ingresso de mulheres africanas nas universidades, ao longo do século XX, e observamos a grande disparidade nos anos 1960, penso que Colette devia constituir um perfil incomum também no Senegal.

NEGOCIAÇÕES PARA UM CONVÊNIO EDUCACIONAL ENTRE UNIVERSIDADE DA BAHIA E O ITAMARATY

Instalados na Bahia, a Universidade ficou responsável por efetivar para seus novos bolsistas, por três meses, os cursos de língua portuguesa ministrados pelo professor Nelson Rossi, no Instituto de Fonética, e o curso de cultura brasileira, realizado no formato de palestras, na sede do Centro de Estudos Afro-Orientais. Esteve à cargo da Universidade da Bahia o alojamento e alimentação. Os estudantes ficaram instalados no Hotel Real, localizado do Centro da Cidade – as

residências universitárias estavam fechadas devido às férias (Oliveira, 25/10/1961, CEAO. Grifos do autor) – e se alimentavam no “magnífico” (Maia, 24/12/1961, CEAO) Restaurante Universitário na Vitória. Costa Lima afirmou que gostaria de estar na Bahia para recepcionar e instalar os estudantes. Como não podia, mandou diversas recomendações na carta trazida com o grupo. “Procure evitar ao máximo pequenos problemas materiais, alojamentos, comidas diferentes etc. Procure resolver esses galhos sem dar-lhes a importância que, de resto, estas coisas não têm” (Lima, 27/11/1961, CEAO). Sugeriu ainda que Verger atuasse como um “conselheiro financeiro” para eles. Segundo Pedro Maia, após a chegada, Cristóvão Morais mandou-lhe uma carta dizendo que todos os estudantes estavam “satisfeitíssimos” (Maia, 24/12/1961, CEAO). Ao Itamaraty, além do transporte até o Brasil, executado num avião da Força Aérea Brasileira, cabia o pagamento de uma bolsa mensal no valor de 20 mil cruzeiros.

Resolvidas questões estruturais, as aulas foram realizadas como programadas nos meses subsequentes. No dia 27 de dezembro de 1961, vinte dias após a chegada, o *Diário de Notícias* mostrava numa fotografia Colette Diallo em uma comemoração natalina, em trajes típicos do Senegal, cantando com os outros colegas (*Diário de Notícias*, 27/12/1961). Após cerca de um mês, o periódico voltaria a informar as atividades dos estudantes, noticiando uma palestra ministrada pelo professor Tales de Azevedo (*Diário de Notícias*, 25/01/1962). Nos finais de semana, os alunos conheciam localidades na cidade e em seus arredores, a exemplo da visita à colônia japonesa instalada na cidade vizinha de Mata de São João, em 07 de janeiro.

Ao fim destas aulas, os estudantes seriam encaminhados para realizar cursos superiores no país. As opções começaram a ser pensadas ainda na África. Vivaldo da Costa Lima tentou articular de lá – entre Gana e Nigéria – as universidades e cursos para os quais estudantes ingressariam aqui. “O estudante Abiodun Oni, que vai fazer arquitetura, precisa de um curso de desenho [...] O Onajim quer vagamente fazer “economics”, tire isto da cabeça dele e veja se o convence a fazer coisa menos vaga [...]” (Lima, 27/11/1961, CEAO). Em 30 de novembro de 1961, últimos dias de preparativos para o embarque do grupo ao Brasil, Costa Lima informava a Waldir Oliveira: “Yaw Offe Boateng, quer estudar engenharia de Minas e deve ser encaminhado para essa Escola”. E mais adiante diz que outro bolsista estará disposto a fazer Geologia (Lima, 30/11/1961, CEAO). Havia grande expectativa que boa parte dos bolsistas optassem por continuar seus estudos na Bahia, já que o Centro de Estudos Afro-Orientais era o

maior envolvido na realização do intercâmbio: “Faça força para que a maioria dos estudantes fique na Bahia. Insista com o Dr. Albérico Fraga e com o Itamarati a respeito. É da maior conveniência que este programa inicial seja realizado em sua maior parte na Bahia”, escreveu Vivaldo (Lima, 04/12/1961, CEAO).

O Centro de Estudos conseguiu manter, inicialmente, boa parte do grupo na Universidade da Bahia. O jornal *A Tarde*, em 21 de fevereiro de 1962, estampou: “Sete dos quinze africanos preferiram a Bahia”. Na matéria, Waldir Freitas Oliveira havia declarado que, mesmo os estudantes livres para realizarem os cursos onde desejassem, “sete dos quinze decidiram estudar e viver na Bahia. [...] Os que aqui ficarão três vão estudar Medicina, um Antropologia, um, Arquitetura, um, Geologia e um Odontologia. Quatro vão para São Paulo estudar economia e dois medicina e direito” (*A Tarde*, 21/02/62). Isto decidido em finais de fevereiro, os estudantes deveriam iniciar as aulas em março. Para tanto, havia uma séria questão a ser resolvida. Finda a primeira etapa do projeto – o curso de português e de cultura brasileira – quais instituições seriam responsáveis pelos estudantes durante os cursos de graduação ou pós-graduação?

A referida matéria jornalística aludiu a importantes indefinições sobre o modo como se daria o ingresso dos referidos alunos nas universidades, pois não havia nenhuma regulamentação específica. Eles realizariam as provas de vestibular? Se as fizessem seriam em português ou em língua de domínio dos estudantes? A manutenção dos estudantes no Brasil ficaria por conta do Itamaraty, da universidade na qual ingressassem, ou de ambos? A nota finalizou com a informação de que o professor Oliveira seguiria para a Divisão de Ensino Superior no Ministério da Educação no Rio de Janeiro, para solicitar resoluções imediatas a respeito (*A Tarde*, 21/02/62). Em janeiro, Oliveira preocupado com esses problemas vindouros, escrevia para Agostinho da Silva sobre a necessidade de ser estabelecido um “Estatuto do Bolsista” (Oliveira, 11/01/1962, CEAO).

Os oito estudantes que estudariam no centro-sul do país seguiram no avião da Força Aérea Brasileira, em 04 de março. Os que ficaram na Bahia cobraram uma postura do Ministério das Relações Exteriores, diante da indefinida situação deles. Uma carta enviada pelo diretor do Centro a Lauro Scorel, em 23 de março de 1962, fornece uma dimensão dessa problemática. Waldir Oliveira levava, ao novo chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, demandas do grupo de alunos que estudariam na UBa, os quais já se encontravam matriculados e com o pagamento do mês de março em dia. Porém,

era “necessário expor a situação atual dos fatos” e seguiram-se duas páginas reunindo diversas reivindicações sistematizadas, após reunião com o “insatisfeito” grupo de estudantes. Os estudantes não aceitavam perder a hospedagem onde estavam em troca de cinco mil cruzeiros mensais. Queriam a manutenção da hospedagem e alimentação gratuita e a bolsa de vinte mil cruzeiros que vinham recebendo. Reclamavam do governo brasileiro um tratamento idêntico ao que os estudantes estrangeiros recebiam na África, além de pagamento em dia, assistência médica, patrocínio para os livros necessários.

Todas aquelas reivindicações eram fruto de longa conversa, surgida após dificuldades que os estudantes enfrentavam para conseguir alugar apartamento. Por força das circunstâncias, o próprio Oliveira se apresentou como fiador dos mesmos. Mas, persistiam problemas em relação à aquisição de móveis e, para tanto, solicitavam adiantamento das mensalidades seguintes. Explicitava-se com tal documento a ausência de uma regulamentação precisa acerca das responsabilidades do governo brasileiro e da(s) universidade(s), sem as quais “não será possível aceitar-se uma nova leva de bolsistas”. Para que não se queixassem aos governos de seus países, os estudantes “desejam um entendimento direto com o Itamarati, a fim de saber até que ponto as promessas que tiveram em África serão cumpridas”. Solicitava Waldir Oliveira a presença na Bahia de um funcionário do Ministério para tratar diretamente com o reitor da universidade, Albérico Fraga (Oliveira, 23/03/1962, CEAO).

Se, ao longo do ano de 1961, a concretização do intercâmbio foi a maior preocupação entre os professores do CEAO, em 1962, a troca de correspondências nacionais do Centro de Estudos revela a insistência, junto ao Ministério das Relações Exteriores, em regulamentar aquela atividade acadêmica, através de um documento que sistematizasse as responsabilidades do Itamaraty e da(s) universidade(s) envolvidas, no caso, a Universidade da Bahia. Era preciso formalizar um convênio entre as duas partes.

Paulo da Costa Franco foi o conselheiro do Departamento Cultural do Itamaraty que esteve na Bahia entre março e abril de 1962 para conversar com as partes envolvidas. Logo depois Oliveira agradeceu a Lauro Escorel e disse que todas as dificuldades haviam sido vencidas. Dentre as resoluções, destacava a urgência no envio de uma verba suplementar para quitar débitos referentes à hospedagem dos estudantes durante o mês de março, que a universidade não era mais obrigada a pagar. Ficou acertado, ainda, que na próxima leva de bolsistas os custos do curso de português seriam divididos entre

o Itamaraty e a universidade. Sugeriu que o ministério enviasse uma ajuda de custo para a posterior instalação dos estudantes na cidade e, também, para a criação de um curso de Estudos Africanos a ser ministrado pelo CEAO.

Waldir Oliveira não deixou de destacar que “tudo isso, porém só poderá concretizar-se com a assinatura de um convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia que *ruge* ser feito[...]” (Oliveira, 04/04/1962, CEAO). Sem a assinatura do documento, não havia garantias de que as decisões da reunião fossem efetivadas, conforme escreveu para Agostinho da Silva: “tudo acertado em linhas gerais, nada concreto, nada escrito” (Oliveira, 06/04/1962, CEAO). O dinheiro solicitado para quitar a hospedagem no hotel em março chegou em meados de maio de 1962.

A carta na qual Oliveira explicitou as demandas dos estudantes ao Itamaraty foi uma tentativa de evitar que contatassem suas respectivas embaixadas e criassem um impasse diplomático com o Brasil. Ainda assim, o cabo-verdiano Cristovão Morais tentou uma interlocução direta com o Itamaraty em nome dos demais colegas sendo terminantemente desautorizado por Oliveira (Oliveira, 06/04/1962, CEAO).

A necessidade da assinatura do convênio foi o assunto principal das diversas cartas enviadas por Waldir ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. Outros temas eram o estabelecimento de Guilherme Souza Castro e Yêda Pessoa de Castro como leitores brasileiros na Nigéria, a instalação de um Centro de Estudos Brasileiros no Daomé e a liberação de uma verba suplementar para o CEAO. A situação complicou-se a partir de meados do ano de 1962 quando nova crise no governo deixou instável o Ministro das Relações Exteriores, favorável à aproximação Brasil-África, San Tiago Dantas. Em julho, Waldir Oliveira reclamava a Agostinho da Silva que não havia boas notícias “face a situação financeira da Universidade e do silêncio do Itamaraty” (Oliveira, 31/07/1962, CEAO). Não havia qualquer perspectiva de assinatura de um convênio, embora Oliveira remetesse ao Itamaraty todos os pedidos de bolsa de estudos que chegavam de estudantes nigerianos.

Em setembro de 1962, terceiro aniversário do Centro de Estudos Afro-Orientais, Waldir Freitas Oliveira convidou Lauro Escorel para comparecer à Bahia, realizar uma palestra sobre a política de aproximação Brasil-África. Seria uma oportunidade para discutir as bases do convênio. O ministro não pode comparecer, por estar em viagem ao Chile, e não mandou representante. A partir de então, o tom

amistoso do diálogo mantido por Oliveira mudou. Antes mesmo da realização do aniversário, Waldir Oliveira formalizou uma série de interrogações nas quais questionava o efetivo interesse do governo brasileiro em aproximar-se do continente africano já que não via ações concretas (Oliveira, 05/09/1962, CEAO).

Em primeiro de outubro, Oliveira mandou seus cumprimentos ao recém-empossado Ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, ao qual apresentou o trabalho do Centro de Estudos Afro-Orientais e solicitava colaboração e análise do anteprojeto do convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia que o próprio havia redigido e enviado ao Departamento Cultural (Oliveira, 01/10/1962, CEAO). No dia seguinte, nova carta para Escorel. Esta, por sua vez, lembrava, todas as correspondências que foram enviadas ao longo do ano, relativas aos estudantes africanos no Brasil. Citava cada pedido e sugestão feitos àquele ministério, bem como os silêncios e ausências de respostas efetivas. Insistia o remetente que sem a vinda dele à Bahia haveria estagnação e possível “morte” do Centro de Estudos. Em relação aos novos bolsistas disse: “[...] não sei ao menos quantos bolsistas virão, de onde virão, quando chegarão, enfim estou completamente alheio ao que se passa de referência aos mesmos”. E finalizou a carta relacionando a falta de apoio ao CEAO com a perda de uma oportunidade, por parte do Brasil, em aproximar-se do continente africano. “Enfim deploro ver o Brasil a não querer ocupar na história, o papel decisivo que poderia ocupar, como o país melhor colocado para uma aproximação cultural forte e decisiva com o mundo africano” (Oliveira, 02/10/1962, CEAO).

O apelo se completou numa outra carta, muito dramática, em relação à necessidade urgente de passagens aéreas para o retorno de Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro que, por uma série de problemas, não conseguiam se estabelecer como leitores na Nigéria (Oliveira, 09/10/1962, CEAO). Diante de tamanho e desesperado apelo, Lauro Escorel respondeu com alguma resolução. Enviou as passagens para os professores na Nigéria e confirmou a vinda de 10 novos bolsistas entre os dias 15 e 20 de novembro. Oliveira agradeceu o “ânimo e tranquilidade” e lembrou todas as resoluções acertadas no mês de abril com o conselheiro Paulo da Costa Franco, a respeito das responsabilidades financeiras com o novo grupo de estudantes africanos (Oliveira, 23/10/1962, CEAO). A constante troca de funcionários e ministros no Itamaraty, ao longo do ano de 1962, ampliavam as dificuldades para o apoio às ações voltadas para o

continente africano. A política africana do governo brasileiro continuava, porém, com sérias limitações.

Nas últimas correspondências daquele ano ao Itamaraty, a assinatura do convênio não foi mais citada. No início de dezembro, antes da chegada dos novos bolsistas, o diretor do Centro de Estudos partiu para o Senegal, onde participaria com Vivaldo da Costa Lima como representante brasileiro no *I Congresso Internacional de Africanistas*. Na sequência, passaria seis meses em Paris, para estudos de especialização acerca de países subdesenvolvidos, com ajuda financeira concedida pelo Departamento Cultural do Itamaraty.

ANEXO 5

Novembro, 27, 1961

Meu caro Waldir,

Aí vão os meus negrinhos, todos bem dotados, e ávidos de civilização baiana. Isto sei que eles terão aí na Bahia, sob as vistas do Centro e dos amigos. Estou escrevendo também ao Dr. Albérico apresentando os nigerianos. Os ganenses (estou lhe escrevendo no domingo em que passam os mesmos por Gana) deverão seguir na outra segunda-feira para Dakar. Por eles farei outra carta para você. Os problemas burocráticos aqui são enormes pois a questão de bolsas de estudo é um caso decididamente político. Basta lhe dizer que é o próprio Nkrumah que é o Chairman do Comitê das Bolsas de Estudo. Parece entretanto que mandaremos pelo menos 4 de Gana. O caso do McFoy deve ser resolvido de acordo com Dr. Albérico. Convém que o rapaz fique na Bahia, único lugar onde ele pode fazer uma pesquisa séria sobre música brasileira e africana, sem ser perturbado pelos “especialistas” e “folcloristas”, pois felizmente os folcloristas da Bahia só entendem de capoeira... Acho que a Escola de Teatro é que poderá centralizar as atividades do McFoy, pois tem gravadores, etc. Enfim deixo isso ao seu critério. O tipo é bom e poderá fazer um excelente trabalho aí. Convém entrar em contato com Verger (sugeri isto ao Reitor já) que dará ao McFoy e aos outros iniciação afro-baiana. Dona Dilza Segalá será de grande utilidade também. O que eu gostaria mesmo era de ter ido passar um mês aí lhe ajudando nessa primeira fase. Não preciso encarecer a importância de tudo isto e de como os rapazes devem ser deixados soltos, à vontade, sentindo o choque do que eles seriam se fossem. Então passarão a ser. Não será isto metafísica, mas Londres é longe. Procure evitar ao máximo pequenos problemas materiais, alojamentos, comidas diferentes, etc. Procure resolver esses galhos sem dar-lhes a importância que de resto estas coisas não tem. Os ingleses criaram uma ética estúpida para esses rapazes. Precisamos reaffricanizá-los na Bahia e mostrar-lhes o que realmente importa. (Espero saber o que realmente importa).

O estudante Abiodun Oni, que vai fazer Arquitetura, precisa de um curso de desenho, que não dou aqui. Veja quem pode providenciar

isto. O Onajin quer vagamente fazer economics [economia], tire isto da cabeça dele e veja se o convence a fazer coisa menos vaga...

Arranje um “conselheiro financeiro” para os rapazes, problema de dinheiro, banco, etc. Verger poderia servir muito bem, se tiver tempo para isto. Fale com ele a respeito. Veja que a turma do curso de Iorubá convida para suas casas (não importa o tipo nem nada) os estudantes. É bom que eles logo se virem em toda parte e se misture com toda a gente. Convem evitar lançamentos no society por enquanto nem afetações neo-racistas dos falsos brancos da Bahia... Nada de levar os rapazes em clubes aonde eles não iriam se não fossem estudantes africanos... Nada sobretudo de Associação Atlética, onde há segura discriminação contra pretos. Espantoso mas verdadeiro. Procure se informar do incidente com o bolsista americano lá, o que está fazendo literatura aí. As festas de fim de ano vêm aí. Chegarão eles em plena Conceição, o que será ótimo para uma iniciação democrática e popular na mais civilizada das cidades do Brasil. (Sem falsa modéstia.)

Veja que Verger, Glória Paiva, Roberto Costa Pinto, Didi (do Apo Afonjá), meu irmão Sinval, Heron, todos os amigos convidem e ajudem esses primeiros e definitivos momentos dessa turma de jovens na Bahia. Há muito mais a sugerir e a dizer. Deixo tudo porém à sua sensibilidade. Você com certeza já deve ter tomado essas providências e pensado em tudo isto. Recebi carta do nosso Agostinho. Pena que ele tenha que deixar a Bahia. Mas sei que com você tudo irá bem. Logo seja a minha hora voltarei para o meu Departamento Africano do Centro. (Única reivindicação que me permitiria fazer à nova ordem...). Preciso entretanto de mais 6 meses aqui para me preparar mais para isto. Tenho trabalhado muito e tenho mesmo muita coisa esclarecida já.

O que é bom. E me fará talvez mais “aceito” pelas vedetes da antropologia e da sociologia (e mais houvera) dessa nossa amável Bahia...

Ando meio bombardeado com malária e agora com uma infecção alimentar ou sei lá que diabo - uns vagos troços que comi com uns missionários no Alto Volta...

Fui à Nigéria dar o Visa nos passaportes. Este Itamarati é das Arábias... Avisa para os estudantes estarem sem falta até o dia 30 em Dakar. Os rapazes marcam a passagem (com grande dificuldade pois o Governo, ainda por culpa do Itamarati não deu passagens para eles) - passam por aqui hoje 27, estarão em Dakar a 28, e ontem, 26 telegrafia o Itamarati dizendo que o avião só saía de Dakar a 7

de dezembro! Enfim, o Moacir é quem vai descascar o abacaxi pois vou lhe escrever agora pedindo que ele passe a semana dando umas aulas de português a esses garotos que não tiveram aulas comigo em Ibadan. Enfim, o que interessa é botar os tipos aí. O mais será com Deus. (Não se espante).

Abraços na turma amiga (Heron, Rossi, Nilton, Teixeira, et caterva, no melhor sentido da expressão.) Recomende-me à sua mulher com votos já para vocês dois de feliz Natal e Ano Novo. Em tempo - passará aí pelo Arlanza a 21 de dezembro (verifique a data) o Conselheiro Correa do Lago, de volta de Gana indo para o novo posto na Argentina. Sérgio, que foi encarregado de Negócios aqui antes do Souza Dantas chegar, tem uma grande experiência de África e oriente e morou inclusive na Índia, no Egito e na Pérsia. Sugiro que você o vá receber na sua passagem pelo Arlanza com Teixeira (Índia, Índia!) e o convide para uma palestra informal com um grupo interessado no Centro ou onde for possível. Ele está encantado com a ideia e não conhece a Bahia ainda. Você entre em contato com meu irmão Sinval a esse respeito.

Bem por agora é só. Estou saindo para o aeroporto como Embaixador a receber os nigerianos.

Seu amigo, ex-Africa, que o abraça,

Vivaldo

Correspondência de Vivaldo da Costa Lima para Waldir Freitas Oliveira, 27/11/1961. Datilografada. 2 páginas. CEAO



5. A SEGUNDA TURMA DE ESTUDANTES AFRICANOS BOLSISTAS DO ITAMARATY NO BRASIL

19 de dezembro de 1962 foi o primeiro dia de aula, no CEAO, para os novos estudantes africanos na Bahia. Chegaram a Salvador três nigerianos e um serra-leonês que puderam ser vistos no *Jornal da Bahia* naquele mesmo dia. Kaijade Adelaia, Oludatun Orija e Edwin Onwawoma vinham da Abeokuta Grammar School, em Abeokutá, Nigéria, para completarem estudos que já vinham realizando, os dois primeiros em Medicina e o terceiro em Engenharia. Akin Tubaku-Metzger, o quarto estudante era diplomado em Arquitetura pela Universidade de Manchester, na Inglaterra, e viera, por conta própria, fazer estudos de pós-graduação no Brasil (*JB*, 19/12/1962). Mais tarde, em 23 de dezembro, o jornal anunciou a chegada de outros três estudantes. Oriundos de Gana, Bejamim Clottey, Adelaide Adu e Hope Bediaco foram escolhidos pelo governo de seu próprio país, mas estavam no Brasil custeados pelo Itamaraty, informava o periódico (*JB*, 23/12/1962).

A segunda leva de bolsistas do continente africano no Brasil demonstra sensíveis alterações em relação ao grupo do ano anterior. O Departamento Cultural do Itamaraty havia confirmado a existência de dez bolsas para os estudantes que chegariam em meados do mês de novembro. Um mês depois, em dezembro de 1962,

chegaram apenas sete. Bastante diminuta, a quantidade de alunos era um dos reflexos de alterações nas políticas direcionadas ao continente africano. As cartas de Costa Lima neste período não se referem ao assunto dos bolsistas como havia acontecido no ano anterior. O jornalista Flávio Costa, antigo chefe do setor de Informação e Intercâmbio no Centro de Estudos Afro-Orientais e que, desde dezembro de 1962, atuava como diretor, face a ausência de Waldir Oliveira, havia recebido instruções acerca do compromisso do Itamaraty. O Ministério das Relações Exteriores pagaria a cada bolsista o valor de 20 mil cruzeiros mensais e custearia metade do curso de português, avaliado em cerca de 40 mil cruzeiros por cada estudante. Isto foi acertado na reitoria da UBa, com a presença do conselheiro Paulo da Costa Franco e de Vivaldo da Costa Lima (CEAO).

Em 15 de janeiro de 1963, o novo diretor do CEAO solicitou ao Itamaraty esclarecimentos acerca dos valores enviados para o pagamento de despesas com os bolsistas. A quantia não era suficiente para cobrir as despesas dos sete estudantes africanos que já estudavam na Bahia somados aos sete recém-chegados (Costa, 15/01/1963, CEAO). É possível que Flávio Costa desconfiasse, mas pelo tom de sua correspondência não havia tido nenhuma comunicação oficial de que o diferencial estava na quantidade de bolsistas do governo brasileiro na segunda turma: um total de apenas três. O serra-leonês era filho do embaixador de Serra Leoa em Gana e veio por conta própria (Dantas, 02/07/1962, AHI) e os três ganenses eram bolsistas do governo de Gana. Flávio Costa confirmou a informação com a Embaixada de Gana no Brasil (Costa, 28/01/1963, CEAO). Esse acerto deveria incluir os custos extras com o curso de língua portuguesa (Oliveira, 16/10/1962, CEAO).

O Senegal, que havia participado com o envio de cinco bolsistas no ano anterior, não enviou estudantes nesta nova seleção. O MRE ofereceu, apenas para naturais do Senegal, três bolsas para cursos de nível superior ou técnico em áreas específicas – a exemplo de medicina, odontologia, engenharia, agronomia e veterinária ou técnico agrícola, eletrônica ou de máquinas e motores, e citava com estágio de adaptação no CEAO. O Itamaraty recomendou à Embaixada Brasileira em Dacar ampla difusão das bolsas disponíveis no Brasil cujos candidatos deveria selecionar (MRE, 28/05/1962, AHI).

Contudo, as bolsas oferecidas em 1962 não foram preenchidas por questões atribuídas ao chefe do governo do Senegal à época. Desde então, mesmo com as bolsas disponíveis a cada ano, não houve a indicação de candidatos. Inclusive, três anos depois, diante

da ausência de candidatos senegaleses, aventou-se a possibilidade da indicação de estudantes franceses para tais bolsas. Mas isso não foi permitido. As bolsas eram apenas para naturais do Senegal, e não para naturalizados. Isso tem relação com a repercussão negativa que teve o envio de um estudante francês na primeira leva de estudantes africanos, mas, principalmente, para impedir a entrada no Brasil de estudantes oriundos das colônias portuguesas e envolvidos na luta anticolonial como ocorrido na primeira turma de bolsistas.

[...] É bem verdade que a oferta de bolsas no Brasil, em 1962, por parte do nosso governo, conforme CT da Secretaria de Estado nº 23, de 28 de maio de 1962, não foi aproveitada pelas autoridades competentes do Senegal, por indecisão ou má vontade do Senhor Mamadou Dia, àquela época Chefe do Governo, mas hoje reduzido à condição de prisioneiro por toda a vida. [...] Ressalto, enfim, que a situação atual aqui é, sob todos os aspectos, bem diferente da que prevalecia em 1962 e que deu lugar ao desagradável caso das bolsas a que acabo de referir-me. (Embaixada Brasileira em Dacar, 09/12/1965, AHI)

Em relação aos novos estudantes no Brasil, mudanças também puderam ser percebidas na imprensa baiana, que não dispensou a mesma atenção. Numa comparação com a cobertura jornalística oferecida para a chegada da primeira turma, em 1961, parece que, entre fins de 1962 e início de 1963, os periódicos não estavam interessados em noticiar os estudantes africanos. Somente próximo da finalização do curso de línguas, em 15 de fevereiro, o jornal *A Tarde* publicou uma interessante matéria. Sob o título “Itamarati não cumpre compromisso: Estudantes africanos não poderão ficar na Bahia”, o repórter produziu um texto a partir de entrevista na qual os estudantes se recusavam a falar sobre o assunto. “O começo da entrevista com os estudantes africanos não foi, de certo modo, muito fácil” (AT, 15/02/1963). A princípio, informações gerais acerca dos estudantes na Bahia e elogios à equipe do CEAQ que ministrava as aulas de português. A reportagem dizia que a reserva dos estudantes com a imprensa era decorrente de artigos nos quais a escritora carioca, leitora de estudos brasileiros na Nigéria, Zora Seljan estaria escrevendo sobre os estudantes na Bahia¹, e se referiu a um desses artigos no qual a autora afirmou que Akimpelu – nigeriano vindo no primeiro

1 O Jornal *A Tarde* manteve, por quase um ano, uma coluna assinada por Zora Seljan, entre julho de 1962 a maio de 1963, sobre temas africanos. Em relação ao texto que causou indignação nos estudantes africanos, a autora pediu desculpas em artigo publicado na edição de 17/04/1963. Ver Santos, 2008. p. 72.

grupo de bolsistas – tinha duas famílias. A respeito disso, o grupo de estudantes entrevistados negou num tom de indignação. O repórter finalizou o parágrafo comentando que aquele grupo trazia “angustiante competição” resultante de rivalidade existente entre seus países, Gana e Nigéria.

Continuando a reportagem, no tópico seguinte, o repórter indagou aos estudantes a quantidade de universidades nos seus países e o que conheciam da cultura afro-brasileira, ao que Oludotum Orija teria respondido secamente. Depois de comentar sobre a existência de cidades universitárias na Nigéria, não responderam à pergunta em relação à hospedagem dada na Bahia. Neste silêncio, o repórter concluiu que os “estudantes não estão se sentindo muito bem alojados em pensões”. Os estudantes também se calaram quando o assunto foi a política brasileira para África, título do último tópico. O texto foi concluído com a afirmação de que em razão do Itamaraty não cumprir compromissos assumidos, os estudantes não poderiam ficar na Bahia “causando transtornos que são visíveis no semblante e nas atitudes dos estudantes africanos” (AT, 15/02/1963).

O silêncio dos estudantes pode ter se dado por diversos motivos. Podiam, por exemplo, não estar dispostos a falar para uma imprensa que não se mostrava tão interessada em conhecê-los, haja vista os referidos textos africanos “impressionistas” da escritora Zora Seljam. Os estudantes deviam estar indignados com as questões citadas no jornal relativas à assistência devida ou proposta pelo Itamaraty. A diminuição do número de bolsistas, a mudança no tipo de alojamento, os constantes atrasos no pagamento das bolsas, a difícil interlocução com aquela instituição federal. Por seu turno, o jornalista responsável pela matéria tentou, aproveitando da indignação e silêncio dos estudantes, atribuir a eles a afirmação que deu título à matéria.

Flávio Costa, nada satisfeito com tal publicação, enviou três dias depois uma carta ao redator-chefe do jornal, o professor Jorge Calmon. A matéria deve ter causado constrangimentos entre os estudantes africanos que assinaram em conjunto outra carta para o mesmo jornal. Ambas foram publicadas na íntegra no dia 21 de fevereiro de 1963. A breve justificativa desta nova reportagem salientou que aquelas cartas vieram esclarecer o “mal-entendido” da matéria anterior, feita por uns dos profissionais mais categorizados daquela folha e que “jamais o nosso corpo editorial teve intenção de *arruinar a reputação e estabilidade do intercâmbio cultural Brasil-África*” (AT, 21/02/1963. Grifo do autor).

O diretor Costa agradeceu os elogios dispensados à equipe do Centro e ponderou sobre algumas informações acerca do tratamento que os africanos estavam a receber na Bahia. Apenas três eram bolsistas do Itamaraty, ainda que a UBa fornecesse a todos os sete alimentação e alojamento em “pensão de ótima categoria”. Lembrou que ao final do curso de português poderiam seguir para a universidade que escolhessem e tal ação era parte de um convênio a ser firmado entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia. Deste modo, como as responsabilidades do Itamaraty estavam sendo cumpridas à risca, era infundada a informação contrária estampada na reportagem da semana anterior. A opção de seguir para outras universidades no país não tinha relação com o tratamento dispensado na Bahia, asseverava o diretor Flávio Costa.

Os estudantes declaravam que a maioria das afirmações contidas na matéria eram inverídicas e, para tanto, lembravam que aqui estavam para aprender português e cultura brasileira, poderiam fazer opção para onde seguirem, e assim podiam deixar a Bahia, mas não por conta da assistência do Itamaraty. Afirmavam que os estudantes do segundo grupo seguiriam para outros estados, pois já haviam escolhido seus cursos previamente, e que o jornalista que havia entrevistado um dos estudantes “malentendeu inteiramente suas palavras”. Destacaram que nenhum deles conversou com outras pessoas assuntos referentes ao Itamaraty e a afirmação de que deixariam a Bahia causou “aborrecimentos e lamentáveis embaraços”. Negaram o equívoco da existência de rivalidade entre ganeses e nigerianos e a informação de que Akimkuami Akimpelu tinha duas famílias, já que era solteiro. Finalizaram a carta dizendo-se “satisfeitos com a Bahia, não somente pelos traços e relíquias da cultura e costumes africanos que aqui encontraram, mas também pelo clima tropical que possibilita uma fácil e pronta adaptação”. Assinaram o documento treze estudantes, seis da primeira turma e os sete da segunda turma (AT, 21/02/1961).

As cartas que se seguiram em resposta e esclarecimento não deixaram de tentar passar informações e impressões sobre a vivência dos estudantes. A carta de Flávio Costa foi bastante esclarecedora em relação às responsabilidades da UBa e do Itamaraty na promoção do intercâmbio. A carta dos estudantes, além de não confirmar queixas contra o Itamaraty, afirmava uma situação de bem-estar na Bahia. Embora eles afirmassem que não deixariam a Bahia, o diretor interino do CEAo, Flávio Costa, já havia enviado ao Itamaraty, em 07 de fevereiro, os nomes e as respectivas universidades para as

quais seguiria o novo grupo de estudantes. Três para Universidade de Brasília e três para Universidade de São Paulo. Nenhum do novo grupo de bolsistas permaneceria na Bahia. Não obstante, seguiu no mesmo documento nomes de três estudantes da primeira turma que solicitavam transferência da Universidade da Bahia para São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais. Ou seja, os estudantes da turma anterior, ao contrário do que haviam publicado no jornal, intencionavam deixar a Bahia.

Se a atuação do Itamaraty estava de acordo ao estabelecido previamente, é preciso investigar quais motivos justificariam a solicitação de transferência dos estudantes que já cursavam suas graduações na Universidade da Bahia para os estados do centro-sul. Não há maiores informações acerca da trajetória dos estudantes africanos que seguiram para a Universidade de São Paulo e a relação deles com o Itamaraty. Nessa correspondência a Lauro Escorel, Flávio Costa informava que os estudantes na Bahia alegavam que os estudantes africanos instalados no centro-sul haviam sido contemplados com um aumento de 5 mil cruzeiros na bolsa, elevada para 25 mil cruzeiros, enquanto eles continuavam a receber o valor sem reajuste e, como sabemos, com constantes atrasos (Costa, 15/01/1963, CEAO). Até o mês de março de 1963, houve pedidos do diretor do Centro na Bahia para regularização do pagamento das bolsas dos estudantes da UBa. Após isso, não há mais informações desse assunto na correspondência. É preciso salientar que nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil experimentava um aumento crescente da inflação de modo que o valor da moeda corrente diminuía paulatinamente. Assim, a diferença no valor da bolsa deveria ser um dos motivos para a solicitação de transferência dos estudantes.

VIVÊNCIAS NA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Buscando observar outros aspectos da trajetória dos estudantes na capital baiana para compreender a decisão de transferência para os estados do centro-sul, contrariando a afirmação de que estariam “satisfeitos com a Bahia”, destacamos o reiterado e constante discurso de que a Bahia seria o lugar mais apropriado para recebê-los.

Os pesquisadores localizados na Bahia, que trabalhavam para a realização do intercâmbio, buscavam conectar os povos yorubás contemporâneos com as comunidades de terreiro na Bahia organizadas

a partir de referenciais yorubanos e que, portanto, são descendentes desses povos. Contudo, pressupor uma identificação imediata entre povos que, mesmo com ancestrais comuns, tiveram trajetórias históricas diferenciadas, era uma aposta desses pesquisadores incentivada como intercâmbio acadêmico. Acreditavam que as práticas religiosas comuns, que cultuam a ancestralidade, garantiriam essa identificação e aproximação.

Algumas notícias que circularam sobre os estudantes africanos, em Salvador, faziam implicitamente essa relação entre a religiosidade de matriz africana e a boa recepção aos estudantes africanos. O jornal *A Tarde*, ao divulgar informações a respeito do futuro intercâmbio, numa nota em 27 de novembro de 1961, assim expressou: “Salvador é, seguramente, a cidade mais adequada, por muitas e variadas razões, para receber os jovens d'além Atlântico...” (AT, 27/11/61). A reportagem da revista *Visão*, em 12 de janeiro de 1962, trazia como título “Vieram com muita fé: quinze bolsistas africanos estagiam na Bahia” (*Visão*, 12/01/62). A existência de ligações religiosas entre África e Bahia está subentendida em ambas as afirmações. A “fé” de que falava *Visão* seria, portanto, uma das maiores “razões”, segundo o jornal *A Tarde*, para a vinda dos estudantes.

Tais notícias corroboram com as considerações de Jocélio Santos, para o qual, aos poucos ao longo dos anos 1960, os jornais baianos alteravam a abordagem a respeito do candomblé, positivando-o. Ao discutir a ascensão do candomblé como símbolo maior da cultura baiana, Santos observou que na década de 1950, a maioria das reportagens que abordam essa religião, “são classificadas como de conteúdo negativo, pois induzem o leitor a pensar o candomblé através de uma associação com crimes, agressões e confusões” (Santos, 2005, p. 59). Nos anos 1960, “há uma nítida inversão” quando as matérias com “conteúdo positivo apresentam um substantivo crescimento” (Santos, 2005, p. 64). Sem dúvida, o trabalho desses pesquisadores para visibilizar e positivar a religiosidade de matriz africana, e seus esforços para associá-la aos estudantes africanos contemporâneos, contribuíam para alterar a imagem do candomblé na sociedade. A começar pela imagem do professor Lasebikan, cuja performance de declamação da poesia yorubá incluía um tambor.

Uma harmonia racial ímpar, vivida na cidade de Salvador, que favoreceria a recepção e adaptação dos estudantes africanos, era outro aspecto destacado tanto nos periódicos como entre os pesquisadores que promoviam o intercâmbio. Tais considerações estavam em sintonia com a propaganda do governo brasileiro, que projetava

externamente o Brasil como o modelo de país que havia superado seus problemas raciais rumo ao desenvolvimento e que poderia ensinar as jovens nações africanas a resolverem dificuldades comuns.

Nesta perspectiva, uma grande interação entre brasileiros e africanos seria proporcionada pela realização do intercâmbio, como preconizam jornais ao especular sobre a vinda do grupo. Em 05 de agosto de 1961, o *Jornal da Bahia*, ao anunciar a resolução que determinara a vinda do grupo, destacou que o futuro curso “[...] tem por objetivo não só fazer com que se restrinja o campo dos professores, como também favorecer maior aclimação e maior troca de idéias entre os estudantes brasileiros e africanos que estudarão juntos” (*JB*, 05/08/61). A *Tarde* destacou, em 27 de novembro de 1961, a “acolhida cordial e um ambiente simpático” que os estudantes encontrariam em Salvador. Com o grupo já instalado na cidade, o *Jornal da Bahia* informou, em 10 de dezembro de 1961, a visita dos estudantes brasileiros que foram ver uma apresentação de dança africana, mostrando a interação entre ambos os grupos.

A crença de que a presença dos africanos no Brasil, na cidade de Salvador, seria um momento ímpar para convivência e interação harmoniosa com os baianos era especulada por aqueles que se envolveram na realização do intercâmbio. Agostinho da Silva já havia escrito isto no relatório enviado ao reitor em 1960. Vivaldo da Costa Lima ofereceu diversas recomendações a Waldir Oliveira para receber a primeira turma de estudantes. Disse: “Chegarão eles em plena Conceição, o que será ótimo para uma iniciação democrática e popular na mais civilizada das cidades do Brasil (sem falsa modéstia)” (Lima, 27/11/1961, CEAO). Pierre Verger escreveu a Costa Lima que “eles têm muito sucesso, e estão muito ocupados. Em geral parecem encantados pelo acolhimento que encontraram aqui” (Verger, 23/11/1961, *Afro-ásia*, 2007, p. 260).

A trajetória dos dois grupos no Brasil mostrou que as relações raciais não foram tão harmoniosas assim como se acreditava, e se esperava. O racismo em Salvador se apresentaria em diferentes facetas para os bolsistas. Mesmo que já houvesse estudos recentes discutindo a dinâmica do racismo brasileiro, a citar Tales de Azevedo e Florestan Fernandes, os que conseguiam enxergá-lo consideravam atos isolados, residuais, inclusive Costa Lima, que considerava Salvador como “uma das cidades mais democráticas do país”. Pierre Verger referiu-se mais de uma vez à oposição que Albérico Fraga, recém-empossado reitor da Universidade da Bahia, estabelecia à consecução deste intercâmbio que fora acertado antes de sua

gestão. Em fins de outubro de 1961, quando se faziam necessários os acertos finais para a chegada dos primeiros estudantes, Verger disse que “o Magnífico não estava disposto a fazer nada por pessoas, consideradas por ele como de raça inferior” (Verger, 24/10/1961, *Afro-ásia*, 2007, p. 255). Dias antes ele já havia informado a seu amigo que a situação no CEAO estava confusa, sendo necessária a vinda de Agostinho da Silva para tratar com o novo Magnífico, pois

(...) parece bem que por temperamento e inclinações pessoais, o dito magnífico não possui nenhum interesse por pessoas de cor diferente daquela que ele exige. [...] Ele, o magnífico, parece mesmo ficar irritado diante da possibilidade de alguém se interessar por pessoas de cor e pretos em específico... então, o CEAO lhe deve parecer uma espécie de pesadelo... uma coisa inoportuna, pelo menos. (Verger, 24/10/1961, *Afro-ásia*, 2007, p. 254)

Costa Lima destacou lugares onde sabia que os bolsistas não deveriam ser levados:

Convém evitar lançamentos no “society” por enquanto nem afetações neo-racistas dos falsos brancos da Bahia... Nada de levar os rapazes aonde eles não iriam se não fossem “estudantes africanos”... Nada, sobretudo, de Associação Atlética, onde há segura discriminação contra pretos. (Lima, 27/11/1961, CEAO)

A impossibilidade de acesso de negros a determinados clubes da capital baiana foi um dos exemplos concretos de atos de discriminação sofridos pelos estudantes africanos. Tales de Azevedo citou em seu livro *Democracia Racial: ideologia ou realidade?* (1975) um episódio em que os estudantes não puderam participar de uma festa natalina em determinado clube na Bahia sob alegação de que poderiam “sentir-se constrangidos na ceia” (Azevedo, 1975, p. 40-41). Mesmo que esse episódio não tenha sido divulgado na mídia, uma nota com fotografia de alguns estudantes jantando em meio a personalidades da mais alta sociedade baiana no Rotary Club, em 04 de maio de 1963, foi a forma encontrada de sugerir que não havia problemas raciais envolvendo africanos e clubes tradicionais baianos (*JB*, 05/03/63).

Atos de discriminação contra os estudantes foram noticiados no Rio de Janeiro. Mais uma vez, o acesso a clubes. Em 28 de abril de 1962, diversos jornais na capital carioca e um em São Paulo noticiaram um episódio ocorrido na noite anterior, quando estudantes foram impedidos de entrar em duas boates no bairro de Copacabana.

O dono alegou que não havia mais espaço no recinto e o Itamaraty enviou cópia da lei Afonso Arinos “fazendo-se sentir a consideração que merecem esses como quaisquer outros estudantes estrangeiros que estejam no Brasil” (DN, RJ, 28/04/1962)². Enquanto algumas notícias lembravam a harmônica convivência brasileira, o *Diário Carioca* trouxe uma nota que relatava o ocorrido e citava a opinião de Abdias do Nascimento, importante ativista contra o racismo no Brasil.

Nascimento chamou a atenção para o contexto de aproximação com a África e o fomento do intercâmbio acadêmico, mas definia a atitude do Itamaraty como “ridícula”, pois este órgão não podia combater o racismo já que era um dos primeiros a adotá-lo. “Por mais paradoxal que pareça, sempre houve racismo no Brasil. E a coisa vem de dentro, do próprio Itamaraty, onde o homem de cor não entra, por melhor que seja”. Lembrou as pressões necessárias para a nomeação de Raymundo de Souza Dantas, primeiro embaixador brasileiro negro designado para atuar em Acra, Gana, em 1961. Segundo Nascimento, não haveria pior notícia para aquelas nações africanas, das quais o Brasil tentava se aproximar, do que problemas de discriminação envolvendo os estudantes. Finalizou com a afirmação de que ninguém precisava ensinar aos “senhores do Itamaraty” como fazer para acabar com a discriminação racial (*Diário Carioca*, 28/04/62).

Na Bahia, atos de discriminação contra estudantes africanos foram amplamente difundidos quando ocorreram em países do leste europeu. As terríveis experiências vividas pelos estudantes em 1963 foram mobilizadas para reafirmar o argumento da política brasileira em direção à África, associando “democracia liberal com convivialidade racial versus socialismo com práticas racistas” (Santos, 2005, p. 49). Os jornais noticiaram matérias, a exemplo de “Racismo por trás da cortina de ferro” (AT, 01/03/1963), “Espancados estudantes árabes e africanos na Tchecoslováquia” (AT, 30/05/1963) e “Manifestação de estudantes africanos foi contra discriminação racial: URSS” (AT, 19/12/1963) (Santos, 2005, p. 73). À época, o CEAO recebeu ao menos uma correspondência de uma³ estudante nigeriana na Bulgária que solicitava uma bolsa de estudos no Brasil (Anexo 6).

- 2 A Lei Afonso Arinos, de 03 de julho de 1951, incluiu entre as contravenções penais o preconceito de raça ou de cor. Entre estes estão a recusa em receber em estabelecimentos públicos ou particulares, incluindo hospedagens, hotéis e restaurantes, sob a alegação de raça ou cor. As penas variam entre prisão e pagamento de multas, ou ambos.
- 3 Penso que a estudante B. Ola. Adebisi escreveu seu nome de modo abreviado para evitar a identificação como mulher. Mas sua letra, uma vez que a carta é manuscrita, também sugere tratar-se de uma mulher.

A documentação consultada não revela maiores informações sobre o cotidiano dos estudantes matriculados nos diferentes centros da Universidade de Bahia. Uma pequena nota, publicada em 17 de abril de 1963, no *Jornal da Bahia*, trouxe a dimensão de uma problemática vivida por um dos estudantes. Em “Diretor da Politécnica recusou matrícula do bolsista africano”, o nigeriano Edwin Onwawoma informou que sua matrícula fora definitivamente recusada pelo diretor da Escola Politécnica, Alceu Hiltner, mesmo após solicitação do Ministério da Educação e Cultura em ofício encaminhado ao reitor Albérico Fraga. Segundo a nota, o estudante estranhou a atitude, já que outros colegas seus já estavam matriculados; porém, o estudante que optou pela Faculdade de Medicina estava em situação idêntica (*JB*, 17/04/1963).

Depois que o aluno enviou um telegrama ao Itamaraty e a imprensa noticiou o acontecido, Flávio Costa, numa de suas últimas cartas enviadas ao Departamento Cultural do Itamaraty, em 26 de abril de 1963, comunicou o fato ao novo ministro empossado naquele mês, o Embaixador Jorge Maia, solicitando que o diretor da Politécnica fosse informado a respeito do convênio a ser firmado, o que permitia matrículas de aluno estrangeiro sem vestibular. Segundo o diretor, a matrícula de Onwawoma ainda não era definitiva e estava sendo mantida enquanto o estudante providenciava documentos que lhe dessem direito a ela sem vestibular. Costa enviou ainda recortes de jornais noticiando o fato (Costa, 26/04/1966, CEAO).

Ocorre que Onwawoma, assim como o estudante da Faculdade de Medicina, que suponho fosse George Frempong, eram os estudantes que haviam solicitado transferência da capital baiana para outros estados. Não é possível acompanhar passo a passo o desenrolar desse acontecimento, mas a correspondência informa que Flávio Costa tentava acertar essas transferências e, na ficha de matrícula depositada no CEAO, esses estudantes estão registrados como transferidos para outros estados.

Uma vez que estavam matriculados nos respectivos Centros e tentaram uma transferência que se revelou frustrada, os estudantes não conseguiam ser readmitidos de modo que, somente após a veiculação da situação na mídia e a comunicação ao Itamaraty, a situação encaminhou-se para uma resolução. O diretor da Politécnica argumentava não haver um instrumento jurídico que regulamentasse o ingresso, sem vestibular, dos alunos oriundos de países do continente africano como havia para alunos latino-americanos e levou à questão ao Conselho Departamental. De fato, um convênio a

ser estabelecido entre a Universidade da Bahia e o Itamaraty, mesmo após as insistentes correspondências enviadas pelo diretor Waldir Oliveira ao longo do ano de 1962, não resultou em nenhuma ação concreta. Sequer houve uma menção ao assunto nas cartas em resposta ao Centro encaminhadas por aquele Departamento, menos ainda uma análise do anteprojeto que foi enviado. Não encontramos mais informações, nos arquivos consultados, sobre a situação de Edwin Onwawoma.

Após as experiências com as duas turmas de estudantes, Waldir Freitas Oliveira, ao retornar à direção do CEAO em meados de 1963, escreveu ao Departamento Cultural do Itamaraty que o intercâmbio no formato para curso de graduações não era mais possível. Melhor seria pensar uma experiência que envolvesse alunos de pós-graduação, pois ficariam menos tempo no país (Oliveira, 05/08/1963, CEAO). Com essa segunda turma, a experiência do intercâmbio para estudantes bolsistas de graduação com curso de adaptação no CEAO finalizou sua primeira tentativa. Um convênio entre o Itamaraty e a Universidade da Bahia, através do CEAO, para promoção de intercâmbio acadêmico, seria assinado cerca de dez anos depois, em 1974, outro importante momento para as relações Brasil-África⁴.

4 O *Convênio de Cooperação Cultural entre o Brasil e Países Africanos e para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros* foi assinado entre o Itamaraty e a UFBA em 1974. O executor era o CEAO.

ANEXO 6

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS

Universidade da Bahia,
São Salvador,
Bahia, Brasil.
Sofia State University,
St-48, N° 012
Block 5 Room 234,
Sofia

09 fev 1963

Caro Senhor,

Sou nigeriana, da Tribo Yorubá, com o desejo de estudar na renomada Universidade da Bahia. Eu ficaria muito agradecida se esse Centro pudesse fazer a gentileza de tornar meu desejo uma realidade, me premiando com uma bolsa de estudos para cobrir os custos de meus estudos na Universidade.

Tenho 23 anos. Me graduei no ensino médio em 1958 e passei na Universidade de Cambridge. Com Exame de Certificado Escolar Africano em sete matérias. Em 1962, eu me inscrevi e passei no Exame de Certificação Geral de Educação da Universidade de Londres em Economia e Nível Avançado Constitucional Britânico. Hoje, sou a primeira estudante da Universidade nomeada acima, depois de aprender a língua búlgara em seis meses. O motivo principal para a mudança de Universidade é que o curso não está disponível no meu país.

Senhor, caso eu seja considerada para este prêmio, gostaria de estudar na Universidade da Bahia. Gostaria de afirmar que, além da língua inglesa, falo fluentemente a língua búlgara e tenho um conhecimento considerável em russo. Eu não me importaria em gastar algum tempo aprendendo a língua portuguesa antes de entrar na Universidade. Tenho certeza que você dará a devida atenção ao meu pedido.
Atenciosamente,

B. Ola. Adebisi.

N.B: Por favor, caso esse centro considere que seja impossível atender minha demanda, ficaria muito agradecida se essa aplicação fosse passada para outros lugares que pudessem ser capazes de me ajudar.

Correspondência de B. Ola Adebisi para CEAO, 09.02.1963. CEAO. Manuscrita em Inglês. Tradução Lorena Rocha.



6. O CASO DA NIGERIANA ELISABETH GANSEH NA BAHIA

Em 1968, Elisabeth Ganseh foi contemplada pelo Itamaraty com uma bolsa de estudos na Faculdade de Medicina na Universidade da Bahia. Dentre as experiências dos estudantes africanos no Brasil registrados até então, a situação da então jovem nigeriana foi excepcional. Tanto pela justificativa e condições em que a bolsa foi concedida, como pela trajetória que a estudante desenvolveu no país. O caso de Elisabeth Ganseh revelou expectativas e articulações de intelectuais e diplomatas brasileiros que buscavam, na África subsariana de modo geral e na Nigéria em especial, evidências de conexões contemporâneas com o Brasil. Por outro lado, revelou também expectativas e articulações nutridas por personalidades da comunidade de retornados brasileiros na Nigéria daquele período, de onde Ganseh veio. A estudante era neta de Romana da Conceição e não se adaptou ao intercâmbio, portanto não conseguiu realizar o sonho de sua avó de voltar a viver no Brasil.

A passagem de Ganseh pelo Brasil foi resultado de um pedido especial feito cinco anos antes ao Ministério das Relações Exteriores por sua avó, Romana da Conceição, quando esteve no Brasil entre maio e agosto de 1963. Romana era uma senhora septuagenária que fazia parte da comunidade de retornados brasileiros na Nigéria. A história dessa comunidade construída por ex-escravizados – africanos

e seus descendentes – saídos do Brasil, deportados ou voluntariamente no final do século XIX e início do século XX, que retornaram à parte ocidental do continente africano entre Porto Novo, no Daomé e Lagos, na Nigéria e estabeleceram-se assumindo a identidade de brasileiros, foi apresentada no Brasil pela primeira vez em 1951 por Gilberto Freyre e Pierre Verger (Freyre; Verger, 1951). Desde então causou um verdadeiro fascínio em alguns intelectuais brasileiros, especialmente na Bahia, que passaram a envidar esforços para conhecer, realizar pesquisa e visibilizar estas pessoas que eram consideradas provas vivas das conexões históricas, culturais, linguísticas e religiosas entre Brasil e África, entre Bahia e Nigéria. Não seria exagero afirmar que a comunidade de retornados foi um dos maiores estímulos, senão o decisivo, para que os jovens pesquisadores reunidos no CEAO no início dos anos 1960 concentrassem todos os esforços possíveis para se deslocar até o continente africano e realizar pesquisa *in loco* (Reis, 2018).

Romana da Conceição, uma das mais ativas na sua comunidade de brasileiros, ou Agudás, se destacava interagindo de diversas maneiras com os pesquisadores e diplomatas do Brasil na Nigéria.¹ Quando a embaixada brasileira em Lagos foi instalada, em 1962, Romana buscou contato resultando na proximidade estabelecida com o adido cultural Antonio Olinto e a leitora da Universidade de Lagos, então esposa de Olinto, Zora Seljan durante o tempo em que serviram no país. O interesse de Romana para com os brasileiros estava relacionado ao sonho que nutria de voltar ao Brasil. As pesquisas acerca dessas comunidades analisam como as conexões com o Brasil – reais e imaginárias – eram importantes para a afirmação daqueles grupos (Cunha, 1985; Guran, 2000; Alberto, 2011). Veiculados por Romana, os depoimentos e discursos daquela comunidade, que não se referiam à história da escravidão em favor de uma celebração da cultura brasileira, foram considerados pelos brasileiros que se aproximavam da Nigéria naquela década de retomada de relações, como uma expressiva prova das conexões harmoniosas no Brasil (Dávila, 2011; Alberto, 2011).

1 Em 1958, sua voz foi transmitida num programa de rádio e trechos dessa entrevista foram publicados numa matéria de jornal por Pierre Verger (Alberto, 2011, p. 109). “Em 1960, quando diplomatas brasileiros viajaram a Nigéria, para as comemorações da independência, Romana foi até a recepção do hotel onde estavam hospedados e cumprimentou a todos num português fluente, para surpresa dos brasileiros” (Alberto, 2011, 109). Romana colaborou para a realização da pesquisa da linguista do CEAO Yeda Pessoa de Castro, que se deslocou para Nigéria, em 1962 (Reis, 2018).

Assim, por articulação de Olinto, Romana veio a convite do Itamaraty, passou quase quatro meses no Brasil numa viagem digna de chefe de Estado. Conheceu diversos estados, esteve com chefes e diplomatas, intelectuais, empresários e personalidades, a exemplo de Mãe Senhora, a Iyalorixá do terreiro Opô Afonjá em Salvador (Olinto, 1964, p. 260-4).

O teatro montado para a visita de Romana ajudou ao Brasil a se apresentar para África, mas simultaneamente serviu como polo de atração para representações domésticas de uma democracia racial atualizada. [...] As palavras e atitudes de Romana ajudaram a imprensa a escrever uma história dos descendentes de africanos no Brasil na qual a escravidão e a desigualdade racial não aparecem. (Alberto, 2011, p. 140)

Romana teve alguns pedidos atendidos, como o desejo de visitar um dentista e as duas mantas de carne de sol que levou para a Nigéria (Alberto, 2011, p. 139). Além dos muitos outros produtos que levou, o mais importante era a notícia da hospitalidade brasileira.

Uma bolsa de estudos para sua neta num curso de medicina no Brasil foi um dos pedidos que Romana da Conceição fez ao Itamaraty. A resposta viria quatro anos depois numa correspondência que confirmava a disposição da Universidade da Bahia em atendê-la (Ver anexo 07). Não há informações se o pedido foi especificamente para a universidade baiana, ou se a consulta do Itamaraty considerou a experiência que aquela instituição já possuía com a recepção de estudantes africanos, o que contribuía, também, para ligar a imagem de Romana e dos demais retornados africanos especialmente à Bahia. Em 12 de outubro de 1967, em correspondência endereçada à Romana, que era tratada como *tia* e *baiana*², Maud Goes, chefe da Divisão da África, copiava um trecho da correspondência ao reitor da Universidade da Bahia e mantinha o tom paternalista que acompanhou toda a recepção à Romana no Brasil. A bolsa de estudos se revestia de “características especiais” já que a beneficiária era a neta de Romana. Informava que a senhorita Elisabeth Ganseh concluiria o curso secundário naquele ano e, portanto, já poderia vir no ano letivo seguinte. E, para tanto, fazia uma solicitação direta ao reitor solicitando a reserva de uma vaga no curso de medicina.

2 Romana era pernambucana de nascimento e havia vivido em Salvador até viajar a Nigéria com cerca de 10 anos de idade.

O curioso é que, se o interesse de Romana era restabelecer conexões com o Brasil, sua neta deveria ser enviada para o Estado de Pernambuco já que, conforme o depoimento de Antonio Olinto, Romana encontrou em Recife “duas tias maternas de que não tinha notícias há mais de meio século” e moravam juntas no Pátio do Terço³ (Olinto, 1964, p. 263).

Quando a carta foi remetida para Romana, significava que a vaga já estava reservada na Universidade da Bahia (Goes, 12/10/1967, AHI). Em fevereiro de 1968, Pedro Fernando Machado Polzin, enviou correspondências da Embaixada do Brasil em Lagos, confirmando o aceite da candidata (Polzin, 12/02/1968, AHI) e informando a estranheza do Ministério de Negócios estrangeiros na Nigéria que gostaria de ter sido informado da existência daquela bolsa (Polzin, 05/02/1968, AHI).

No questionamento do ministério nigeriano estava evidente o fato de que a bolsa fora concedida sem qualquer anúncio prévio para seleção de candidatos e que Elisabeth Ganseh ainda estava em curso do ensino secundário, daí a reclamação do ministro nigeriano em “indicar alguém habilitado” (Polzin, 05/02/1968, AHI). A liberação de uma bolsa de estudos para Ganseh havia sido confirmada um ano antes, em outubro de 1966. Na oportunidade, Arnaldo Leão Marques observou que a estudante só completaria o curso secundário no ano seguinte e, ao conhecê-la pessoalmente, acreditava ser prematura sua permissão para viagem ao Brasil (Marques, 24/10/1966, AHI).

Em 1968, ano em que Ganseh deveria iniciar seus estudos no Brasil, às vésperas de sua partida, Polzin enviou um documento reservado ao MRE:

A senhorita Elisabeth Ganseh aceitou o oferecimento para, na qualidade de aluna ouvinte, frequentar cursos de literatura brasileira e língua portuguesa, administrados na Universidade da Bahia, de março a dezembro próximos. [...] por ignorar os requisitos para inscrever-se no curso universitário, a senhorita Ganseh, ao terminar o ginasial não se matriculou no curso subsequente, ou seja, no segundo

3 Situado à rua Vidal de Negreiros, no bairro de São José, centro da cidade de Recife, o Pátio do Terço é emblemático para a história e religiosidade negra. Foi local de trabalho de muitos escravizados, abrigou no século XX a casa e terreiro de Eugênia “Badia”, descendente das Tias do Terço e, atualmente, sedia o Polo Afro do carnaval que, nas noites das segundas-feiras de carnaval, reúne diversos Maracatus e realiza cerimônia *Noite dos tambores silenciosos* em homenagem aos ancestrais africanos e seus descendentes. Ver <https://memoriaescravidaope.wordpress.com/2017/09/18/patio-do-terco/> Consulta em 19 mar. 2021.

ciclo secundário (advanced). Assim sendo, perderá esse ano letivo já que encontram-se encerradas as inscrições desde dezembro último. (Polzin, 09/02/1968, AHI)

Mesmo que o sistema educacional básico da Nigéria não seja exatamente como o brasileiro, é notório que, por essas informações da embaixada, a candidata cursava o ginásio enquanto a bolsa foi liberada e, não havia sequer completado o secundário quando foi autorizada a vir para o Brasil. Daí que viria inicialmente como ouvinte, por um ano, nos cursos de línguas da Universidade da Bahia. Entre os diversos questionamentos que suscita, a situação revela que Romana solicitou a bolsa muito antes da sua neta estar em condições de cursar uma universidade e que, em atendimento a um pedido pessoal de Romana, sem considerar os critérios básicos de seleção da Nigéria ou do Brasil, a bolsa foi concedida e a viagem foi autorizada.

Em 05 de março de 1968 o *Jornal da Bahia* publicou a nota *Estudante Nigeriana na Bahia* informando que Ganseh cursaria medicina na Universidade depois dos cursos de língua portuguesa e *civilização brasileira* no CEAQ. A escolha do Brasil se fez em razão de que sua avó “sempre fala do Brasil como um país muito bonito e sempre foi grande minha vontade em conhecê-lo” (JB, 05/03/1968, CEAQ). O jornal *A Tarde* completou a citação de Ganseh: “Além disso, é preciso não esquecer que sou metade brasileira” (AT, 06/03/1968, CEAQ). Ambas as notas lembravam que a estudante era neta de Romana da Conceição, a “ex-escrava famosa no Brasil” (JB, 05/03/1968, CEAQ).

Após os cinco anos de arranjos para que finalmente Ganseh viesse ao Brasil, sua estadia durou cerca de seis meses. A estudante não se adaptou a Salvador. Pelo depoimento do diretor do CEAQ, Waldir Oliveira, e pelos desdobramentos da situação, Ganseh estabeleceu um comportamento que se assemelhava a uma espécie de surto. A estudante passava as noites cantando hinos evangélicos de uma maneira histérica no dormitório feminino e não deixava ninguém da universidade se aproximar dela (Dávila, 2011, p. 80):

Ela tinha sido educada na Nigéria, em Lagos, num colégio de freiras anglicanas. E as freiras anglicanas se destacam por sua rigidez do ponto de vista religioso. Quando ela chegou à Bahia, tudo aquilo que ela havia aprendido a considerar arte do diabo, que são os orixás, o candomblé, ela viu que todo mundo aceitava, porque passou e viu um hotel chamado Hotel Oxumaré. Encontrou um outro hotel chamado Oxalá. Ela aí começou a se sentir perdida... no inferno. À noite, começou a não deixar ninguém dormir catando hinos evangélicos para se

proteger dos demônios. [...] Ela encontrou na Bahia uma África que ela, africana, não conhecia. (Oliveira apud Dávila, 2011, p. 80)⁴

O diretor atribuiu o desconforto de Ganseh apenas à educação colonial e religiosa que teria recebido numa escola específica da Nigéria, e que os pressupostos cristãos trazidos de lá entraram em conflito com a exaltação e prática religiosa do culto aos orixás em Salvador. Embora o depoimento de Waldir Oliveira não esteja incorreto, ele omite o fato de que o afastamento de práticas tradicionais, como o culto aos orixás, não era uma exclusividade de Ganseh, mas um padrão estabelecido pela comunidade de retornados. Conforme Dávila informou “Os descendentes de brasileiros em Lagos eram contrários ao espiritismo” (Dávila, 2011, p. 103). A própria Romana teria afirmado, noutra oportunidade que “Não sei nem quero saber dessas coisas. Isso é para gente atrasada, gente do mato” (Dávila, 2011, p. 103). A ênfase no comportamento da estudante como algo particular desvinculado da comunidade de onde era oriunda, buscava não questionar os argumentos em torno das conexões dos retornados – que haviam recebido destaque nacional desde a viagem de Romana ao Brasil – com a Bahia.

Infelizmente não dispomos de depoimentos da própria Ganseh ou de Romana a respeito do acontecido. O fato é que a jovem precisou de cuidados médicos e foi assistida George Alakija, um psiquiatra baiano que era próximo do CEAO. Por sua ascendência nigeriana yorubá, conforme seu sobrenome indica, o médico se aproximou e participou de ações de intercâmbio Brasil-Nigéria na década seguinte.⁵ No caso em tela, como médico, Alakija foi designado para acompanhar Ganseh que, diante do estado em que se encontrava foi transferida para o Rio de Janeiro.

Em 02 de julho de 1968 seguiram informações destinadas à Romana, relatando que Ganseh continuava sob intervenção médica em Salvador. Nos dias seguintes seguiria para o Rio de Janeiro a fim de “acelerar sua recuperação” e depois retornaria para Lagos (MRE, 02/07/1968, AHI). Dez dias depois, novo documento confidencial reiterava as informações anteriores acrescentando que seu retorno a

4 Dávila (2011) referiu-se à história de Ganseh sem saber ser neta de Romana da Conceição.

5 Na década de 1970, mesmo sem entender de história ou cultura africana e afro-brasileira, Alakija foi designado representante brasileiro nas reuniões que organizavam o *II Festival de Artes e Cultura Negras*, na Nigéria. (Reis, 2015, p. 227-238)

Nigéria era preciso para que concluísse “os estudos necessários ao ingresso na Universidade Brasileira” (MRE, 12/07/1968, AHI).

A rápida passagem de Elisabeth Ganseh pela Universidade da Bahia é sintomática de alguns aspectos relacionados ao modo como o intercâmbio dos estudantes africanos era realizado no Brasil. Neste caso, a bolsa foi concedida sem a estudante ter os cursos básicos necessários, em sendo assim, é possível que também não tivesse a idade adequada, uma informação que é sugerida na correspondência diplomática. Não sabemos se havia algum motivo mais específico para que Romana tenha indicado Ganseh, tantos anos antes, para o curso no Brasil. Por outro lado, a indicação feita quando a estudante estava muito aquém da idade necessária, revela o desejo de Romana em aproveitar aquela oportunidade especial no Brasil. A insistência do Itamaraty em atender a esse pedido de Romana era uma continuidade das facilidades que lhes foram concedidas a pretexto de manter a imagem de cordialidade e conexão entre a Bahia e Nigéria. E o fato de não haver nenhum registro de interesse ou insistência de Romana em enviar Ganseh para Recife, cidade na qual encontrou parentes e que já contava com uma importante universidade, revela os limites da intenção de Romana em sua aproximação com o Brasil. Suas tias moravam na rua conhecida, e importante ainda hoje, por ter sido o berço dos primeiros terreiros da capital pernambucana.

Uma vez em Salvador, o impacto para Elisabeth foi desastroso ao encontrar no cotidiano, dentro e fora da universidade, em especial no CEAO, a vivência da religiosidade de matriz africana que lhe foi demonizada na Nigéria.

Nesta situação ficou evidente que, além do Itamaraty ter se precipitado para a concessão daquela bolsa, não seria tão fácil como parecia utilizar a concessão de bolsas a estudantes, e suas histórias de vida da África para o Brasil, para exemplificar os discursos de conexões culturais que eram entoados pelos diferentes envolvidos no intercâmbio. A história de Ganseh mostrou como era necessário maior cuidado com os estudantes africanos que, vindos de lugares diferentes e com histórias e experiências diversas, não se adaptariam automaticamente às abordagens e experiências proporcionadas no Brasil, mesmo que discursos de identidade também partissem de sua comunidade de origem, no caso o bairro brasileiro em Lagos, Nigéria. Seria necessário avançar numa leitura crítica acerca das relações Brasil-África que ainda demoraria alguns anos até emergir (Nascimento, 2002; Dzidzienyo, 2007). Mas, sobretudo, a situação revelou a ausência de acordos de cooperação ativos que regulassem

a concessão de bolsas brasileiras a estudantes nos países da costa ocidental africana. Após a confirmação de que Elisabeth deveria seguir do Rio de Janeiro para Lagos, não encontrei mais informações a seu respeito na documentação.

ANEXO 7

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 12 de outubro de 1967
Concessão de bolsa-de-estudos
a estudante nigeriana. Elyzabeth Ganseh.
Senhora Romana da Conceição
196 Bangboshe Street
LAGOS – Nigéria

Prezada Tia Romana

Tenho grande satisfação em transcrever, abaixo, partes do ofício enviado pelo Chefe de Departamento Cultural e de Informações do Itamaraty ao Reitor da Universidade da Bahia relativo à bolsa-de-estudo de sua neta Elyzabeth:

1. "Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Departamento Cultural e de Informações do Ministério das Relações Exteriores houve por bem contemplar com uma bolsa-de-estudo a Senhorita Elyzabeth Ganseh, de nacionalidade nigeriana, a fim de que a mesma possa realizar curso de Medicina no Brasil.
2. A bolsa em apreço reveste-se em características especiais, porquanto a beneficiária é neta da Senhora Romana da Conceição, baiana de nascimento e que hoje desfruta invejável situação nos setores sociais e políticos da capital da Nigéria.
3. A Senhorita Ganseh, que conclui este ano o curso secundário em estabelecimento oficial da Nigéria estaria disposta a iniciar no próximo ano letivo seu curso universitário no Brasil.
4. Nessas condições, e tendo em vista o fato de a interessada haver manifestado interesse em estudar nessa capital, muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de estudar a possibilidade de ser reservada uma vaga, na primeira série da Faculdade de Medicina dessa Universidade, em favor da estudante Elyzabeth Ganseh, na qualidade de bolsista do Itamaraty.
5. Estimaria conhecer a decisão de Vossa Excelência sobre a matéria, para que sejam tomadas as providências cabíveis."

Tão logo tenhamos a resposta do Reitor da Universidade, Vossa Senhoria será imediatamente avisada.

Afetuosamente,
Maud Goes

Divisão da África

Correspondência do Ministério das Relações Exteriores no Brasil para Romana da Conceição, 12/08/1967, AHI. Datilografada



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dezembro de 1965, Samuel Cobbold foi o primeiro estudante africano diplomado pela Universidade da Bahia. Quatro anos depois de ter desembarcado no Brasil, o ganense concluiu o curso de odontologia e a notícia foi estampada no jornal, motivo de orgulho para os professores do CEO que faziam questão de destacar tal feito (Oliveira, 2009). O *Jornal da Bahia* noticiou a formatura de Cobbold como um grande evento na história daquela universidade (*JB*, 03/12/65). Não foi possível identificar o desfecho de cada um dos vinte e dois estudantes que estiveram no Brasil nas duas turmas de bolsistas do Itamaraty constituídas em 1961 e 1962, ou ainda dos estudantes que vieram por outras redes à mesma época, e exemplo dos estudantes angolanos em São Paulo. A certeza é que nem todos conseguiram concluir os cursos que pretendiam e que o intercâmbio se manteve mesmo com um fluxo bem menor.

A primeira chegar e a deixar o Brasil foi Deolinda Rodrigues. A estudante angolana, que cursava sociologia e articulava ações do MPLA, saiu do país após um ano e meio, ou seja, em meados de 1960. Seguiu para os Estados Unidos, onde esteve até 1962 quando retornou ao continente africano juntando-se aos esforços do MPLA no Congo. Por seu protagonismo na luta anticolonial que incluiu incentivo para organização das mulheres angolanas e sua atuação nas

lutas armadas, que levou sua vida precocemente em 1967, Deolinda é uma personalidade destacada na história angolana.¹

Claude Cros, o estudante francês que também tinha nacionalidade senegalesa, após o término do curso de adaptação no CEAO solicitou audiência com o Itamaraty para expor seus motivos. Desejava seguir para a França a fim de prestar exames de línguas africanas (Oliveira, 04/07/1962, CEAO). Antes, porém, casou-se com Maria Helena Cros, uma estudante de Salvador que com ele, anos depois, viajou para o Senegal. Destaca-se que conhecemos Maria Helena através das solicitações de Pedro Maia, no Senegal, para a concessão do auxílio como estudante brasileira. O casal Cros teve dois filhos, intentaram retornar ao Brasil, mas não há notícia de que tenham voltado a morar aqui. Esse casal foi um importante apoio quando Paulo Farias e sua então esposa Rena Martins, antiga professora de Maria Helena, precisaram se estabelecer temporariamente no Senegal, devido a perseguição do regime militar brasileiro instaurado através de um golpe político em 1964 (Reis, 2019).

A drástica mudança na política brasileira em 1964 impactou a trajetória de Fidelis Cabral D'Almada. No Brasil, o estudante guineense completou logo em 1962 seu curso em Direito na Universidade de São Paulo (Conceição, 1991, p. 89). Por sua articulação com o movimento de libertação das colônias portuguesas (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC), e em conjunto com os estudantes angolanos José Lima Azevedo e Fernando da Costa Andrade, e, à época, também o estudante brasileiro Fernando Albuquerque Mourão, criaram em São Paulo o Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). Todos eram observados pelo governo brasileiro e pela Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa. De modo que, tão logo o golpe militar foi instaurado, os três estudantes africanos foram presos. A liberação de Fidelis, em 20 de abril de 1964, 48 horas após a prisão, dependeu de pressão da embaixada de Dacar no Rio de Janeiro e de uma intervenção direta do Presidente senegalês Senghor. Os dois estudantes angolanos foram liberados no mês seguinte, em 20 e 22 de maio de 1964, após a publicação de notícias na França que diziam da colaboração do Brasil na perseguição de militantes pela descolonização (Dávila, 2011, p. 148-9; MRE, 22/05/1964, AHI).

1 “Em sua homenagem, o governo angolano celebra o dia 02 de março, aniversário de sua morte, como Dia Nacional da Mulher, e deu o seu nome a uma avenida em Luanda.” Biografia de Mulheres africanas. <https://www.ufrgs.br/africanas/deolinda-rodrigues-1939-1967/>. Consulta em 30 mar. 2021.

Fidelis, “reingressou nos quadros de luta do PAIGC, voltando várias vezes mais tarde ao Brasil na qualidade de ministro da Justiça, ministro de Negócios Estrangeiros e, mais recentemente, como ministro da Educação” (Conceição, 1991, p. 89). Quando visitou a USP, em 1982, foi homenageado pela Congregação da Faculdade de Direito (Mesquita, 1982) e proferiu um rápido e direto discurso no qual saudou os presentes, lembrou a importância dos conhecimentos ali adquiridos para a luta anticolonial e para o nascente Estado Nacional Guineense, e cobrou uma cooperação efetiva do Brasil para com a primeira Escola de Direito criada três anos antes no seu país (d’Almada, 1982).

A professora de Letras, Colette Diallo, retornou ao Senegal em 1963, após dois anos de especialização na recém-inaugurada Universidade de Brasília. Naquele início de década, quando o presidente Senghor institucionalizava o ensino de língua portuguesa no país, Colette foi apresentada como professora de língua portuguesa que atuaria num dos liceus na capital. Mas os relatórios do adido cultural Pedro Maia, anos depois, não apontaram a atuação da professora nesta função. Seu retorno à Dacar foi marcado por uma entrevista concedida a revista *Awa (Une Jeune Africaine au Bresil, 05/1964*. Ver anexo 08) na qual deu informações gerais sobre a diversidade de regiões no Brasil reiterando a rápida adaptação e simpatia dos brasileiros e a sobrevivências africanas da Bahia. Citou diversos pratos culinários africanos, a candomblé e macumba e a capoeira (*Awa, 05/1964*). A documentação não apontou mais notícias sobre Colette. Seus planos eram lecionar. Alain Kaly, professor senegalês no Brasil, quando esteve na Universidade de Brasília muito tempo depois falando da história desses estudantes, ainda encontrou pessoas que a conheceram em sua passagem pelo Brasil.

Olufemi Onajin concluiu o curso de Ciências Econômicas em dezembro de 1965. Seis meses depois, na Nigéria, foi autorizado a servir como auxiliar na embaixada brasileira, um desejo registrado em sua ficha de matrícula no CEAO em 1961. Na Universidade da Bahia concluíram o curso de medicina Olumuyiwa Opayele e Akim Akimpelu, em 1967, e George Frempong em 1968. Cristóvão Moraes concluiu seu curso de medicina, no Rio de Janeiro, à mesma época.

Abiodun Fashina concluiu o curso de Engenharia Eletrônica na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1967. Antes de regressar à Nigéria casou-se com Edna Gomes de Sousa Baraúna. Paul Etamé Ewane, que chegou diplomado em Direito

pela Universidade de Dacar², seguiu para a USP onde diplomou-se em Ciência Política pela Escola de Sociologia e Política. Permaneceu até obter o grau de mestre em Sociologia (Conceição, 1991, p. 89) ao tempo em que dava aulas de Língua Duala e Sociologia da África Negra no nascente Centro de Estudos Africanos daquela universidade (Munanga, 2012).

Estas informações referem-se a nove dos quinze estudantes chegados em 1961. Dos sete estudantes chegados em 1962, a documentação consultada não apresenta notícias acerca do desfecho de seus cursos no Brasil.

A partir da correspondência diplomática ao longo da década de 1960, reiteramos que a Embaixada Brasileira no Senegal não enviou candidatos regularmente, mesmo que a disposição das bolsas tenha se mantido. Dos três países prioritários para o intercâmbio acadêmico, o Senegal foi o que enviou o menor número de estudantes. Dos cinco registrados pela embaixada, na primeira turma, apenas Colette era natural do país. Embora os importantes eventos registrados nos anos subsequentes, a citar a visita do presidente Leopold Senghor ao Brasil, a assinatura de um convênio de cooperação cultural, em 1964, e a participação brasileira no *I Festival de Artes Negras*, em 1966, deem a impressão de um profícuo diálogo entre os países, é preciso destacar que todas essas ações são frutos muito mais da insistência senegalesa, diretamente pronunciada pelo presidente Senghor, que da manutenção do interesse brasileiro manifestado no primeiro semestre de 1961. Mesmo a presença e insistência de Pedro Maia como adido cultural e leitor de língua portuguesa durante toda a década não foi suficiente para conseguir implementar o acordo cultural assinado em 1964. Observando as três embaixadas brasileiras no continente africano, na década de 1960, Maia pode ter sido o funcionário mais estável e que mais tempo esteve credenciado. E, ainda assim, não conseguiu efetivar condições para ratificar um acordo que já estava assinado.

A limitação expressa de que as bolsas no Senegal fossem concedidas estritamente a candidatos naturais do país foi o resultado da permissão consciente de Maia, suponho, para o embarque do guineense Fidelis Cabral e do cabo verdiano Cristóvão Moraes. Os dois estudantes oriundos de países sob colonização portuguesa trouxeram ao Brasil suas vozes e articulação política pela descolonização. Some-se a repercussão negativa em relação à concessão de bolsa de

2 Essa informação não foi registrada na ficha de matrícula do CEAQ.

estudo ao francês Claude Cros. No Senegal é preciso melhor circunscrever as dificuldades atribuídas ao governo do país que não indicava nomes de estudantes para virem ao Brasil. Mesmo com a insistência de Maia acerca da necessidade de ampliar o perfil de estudantes a serem contemplados com bolsas, considerando a internacionalização da Universidade de Dacar, a demanda não resultou no registro de estudantes de graduação do Senegal para o Brasil. No final da década foram liberadas duas vagas para estágios de pós-graduação entre as quais registramos a de Alassane Thian, para especialização em arquitetura colonial brasileira e pós-graduação em urbanismo, sob a orientação de Lúcio Costa, na UFRJ (MRE, 19/08/1969, AHI).

Na Embaixada do Brasil em Gana, a correspondência diplomática não registrou o envio de novos estudantes de graduação para o Brasil. Boadi Siaw esteve no CEAO, por seis meses, em 1968 para estágios de pós-graduação. E Samuel Cobbold solicitou permissão para retornar ao Brasil, para pós-graduação, em setembro de 1966 (MRE, 23/09/1966, AHI). Adu Boahen³, professor da Universidade de Gana, solicitou uma bolsa de pós-graduação em História para Anthony Kersah Dick que foi liberada a partir de maio de 1963 (Dantas, 16/08/1962, AHI).

A Embaixada do Brasil na Nigéria registrou o maior movimento de estudantes de graduação ao longo da década. Este país enviou a maior quantidade de estudantes nas duas primeiras turmas, um total de oito. E também recebeu outras solicitações como a enviada por Georgina Akimpelu, contemplada com bolsa em abril de 1964. Embora não tenhamos mais informações acerca dessa estudante é preciso registrar que ela tem o mesmo sobrenome de um dos estudantes que já estava no Brasil, Akin Akimpelu. Citamos ainda a bolsa para Elisabeth Ganseh, que estava liberada desde 1966. Em 1963, o estudante R. A. Adekoya solicitou bolsa de estudo para cursar Arquitetura no Brasil. Há que registrar a concessão de uma vaga de pós-graduação em pediatria médica, oferecida em 1965 pelo Hospital de Jesus, no Rio de Janeiro, que foi ocupada por uma mulher, Ekpo.⁴

Em 1965, a Embaixada do Brasil na Nigéria solicitou informações sobre os estudantes nigerianos no Brasil e confirmou a existência de nove bolsistas (MRE, 26/02/1965, AHI). O levantamento fez-se necessário para averiguar suas condições no Brasil já que reivindicavam melhor assistência. Em resposta às cobranças, a embaixada

3 Adu Boahen (1932-2006) foi historiador, professor e político ganense. Editou o volume VII da Coleção História Geral da África da UNESCO.

4 Sobrenome ilegível.

brasileira afirmou que recebiam os mesmos valores e benefícios pagos a outros bolsistas estrangeiros e que a médica era bolsista do próprio Hospital Bom Jesus.

Na mesma época, a embaixada teve que responder a rumores, que circulavam entre os estudantes nigerianos, de que os diplomas brasileiros não tinham validade na Nigéria, já que os estudantes não conseguiam fazê-los ser aceitos. A própria embaixada se comprometeu a validá-los. Tal situação foi enfrentada pelo ganense Samuel Cobbold cujo diploma não foi aceito em seu país. Esse cenário era decorrente da ausência de acordos de cooperação entre os países, cuja necessidade e discussão de possíveis propostas sempre vinham à tona, mas que não resultaram em implementação ao longo da década.

Os estudantes africanos e africanas no Brasil, na década de 1960, foram importantes pelas novas experiências vivenciadas nas universidades brasileiras que, por sua vez, foram obrigadas a pensar outras possibilidades de ensino, produção de conhecimento e atividades de extensão. Os estudantes foram importantes para os três primeiros Centros de Estudos Africanos que surgiam no Brasil nos anos 1960. O CEAO esteve envolvido na proposição e realização do intercâmbio conforme vimos através da atuação de Vivaldo da Costa Lima na Nigéria e em Gana. O Centro de Estudos africanos da USP recebeu a contribuição de Fidelis Cabral D'Almada e Paul Etamé, e abriu vagas para recepção de novos estudantes de graduação que continuariam a manter um fluxo ao longo dos anos seguintes (MRE, 27/09/1965, AHI). No Rio de Janeiro, coube aos estudantes angolanos o diálogo com intelectuais envolvidos nas discussões Brasil-África, a exemplo de José Maria Nunes Pereira. Alguns desses estudantes estavam envolvidos no IBEEA que, anos depois, se transformaria no CEA.

A maioria absoluta dos estudantes, homens, realizaram cursos de graduação nas áreas de saúde – Medicina e Odontologia. Outros cursos realizados foram Arquitetura, Engenharia. Nas áreas de humanidades registramos Direito, Economia e Sociologia. Quando observamos as mulheres que lograram conseguir a bolsa de estudos para o Brasil, notamos que é um número bem diminuto em relação aos homens. Colette Diallo e Adelaide Adu eram da área de Letras, registrando essa tendência da inserção de mulheres no ensino superior em cursos ligados ao exercício do magistério.⁵ Essas mulheres aos poucos rompiam as limitações e desafios impostos para a inserção

5 No próprio CEAO à época, a única pesquisadora que se destacaria em meio aos pesquisadores, Yeda Pessoa de Castro, também é da área de Letras.

de mulheres nas universidades e, muito provavelmente foram pioneiras em seus países nos postos que ocuparam posteriormente. Elisabeth Ganseh, a neta de Romana da Conceição e integrante da comunidade de brasileiros em Lagos, veio em 1968, para o curso de Medicina, mas por adversidades que incluíram questões de saúde, não pode sequer começá-lo. Há que registrar a concessão de uma vaga de pós-graduação em Medicina, que foi ocupada por uma mulher, mesmo sem bolsa. No Brasil, a presença dessas mulheres africanas contribuiu para inaugurar outro perfil de mulheres negras na universidade brasileira.

Quando analisamos as experiências daqueles anos iniciais de 1960, tendo a concordar com Paulina Alberto. Para a pesquisadora há uma tendência em analisarmos as décadas de 1960 e 1970 em função dos retrocessos provocados pela ditadura militar. Mas é necessário atentar para o cenário de novas expectativas e possibilidades de mudança dos primeiros anos da década de 1960 (Alberto, 2011), que, como verificamos na experiência dos estudantes africanos, inovavam na universidade brasileira.

A abordagem dessa experiência a partir, sobretudo, da análise da documentação produzida pelas instituições envolvidas no intercâmbio e seus funcionários, revelam as principais questões que a nortearam. O desejo de intelectuais localizados no estado da Bahia, incentivados por Agostinho da Silva e Pierre Verger, em promover uma aproximação entre nigerianos contemporâneos, da etnia yorubá, com seus descendentes que viviam em Salvador nos candomblés, resultou em algum diálogo entre as demandas, no Brasil, pelo reconhecimento das religiões de matriz africana, e as demandas no continente africano pelo reconhecimento dos saberes endógenos. O trabalho desenvolvido pelo professor de língua e cultura yorubá, Ebenézer Lasebikan, no CEAQ na UBa, impactou tanto os membros daquele nascente centro de estudos, como a comunidade negra, especialmente religiosa que naquela oportunidade pôde começar a construir uma outra relação com a universidade da qual estava física, histórica e epistemologicamente excluída. Conforme observou Dzidzienyo (2009), ninguém imaginou naquela época que o debate sobre ações afirmativas no Brasil chegaria ao ponto em que chegou. O professor nigeriano, o primeiro numa universidade brasileira, também deixou relatos daquela experiência que, certamente, corroborou para as investidas acadêmicas que desenvolveu posteriormente.

Obviamente que as ações de intercâmbio acadêmico tiveram de lidar com as idealizações, ilusões e limitações de conhecimento

em relação ao continente africano que partiam dos seus principais entusiastas no Brasil. Mas precisaram manejar, principalmente, as limitações das instituições brasileiras que tanto não estavam preparadas como não fariam grandes esforços para construir uma relação de efetiva cooperação educacional com os países africanos. Na euforia provocada pelas independências políticas, as proposições da política externa brasileira após décadas de afastamento foram pensadas como possibilidade de uma aproximação política com fins de obtenção de vantagens econômicas. Para tanto, o Itamaraty estruturou sua argumentação a partir da conhecida abordagem freyriana das relações raciais no Brasil que pressupunha ausência de conflitos raciais e presença de elementos africanos na cultura brasileira. Somado ao desenvolvimento econômico e industrial, o governo brasileiro se apresentava como uma alternativa aos países africanos diferente das ex-metrópoles coloniais.

O esforço de aproximação com países africanos exigiu do Brasil a inclusão de algumas poucas pessoas negras, a exemplo da nomeação do embaixador Raymundo de Souza Dantas, já que seria impossível acreditar num país sem racismo que só enviava representantes, funcionários, professores e estudantes brancos. Por seu turno, a concretização do intercâmbio de estudantes africanos no Brasil, proporcionou a presença de estudantes negros em cursos diversos nas universidades brasileiras. As experiências de um lado e do outro do Atlântico eram inovações e exceções que confirmavam um cotidiano de exclusão da população negra dessas instituições. As ações do intercâmbio acadêmico entre Brasil e África foram permeadas por episódios explícitos ou velados de racismo registrados por diversas pessoas envolvidas, começando pelo embaixador Souza Dantas e chegando até os estudantes africanos no Brasil.

Dentre as principais questões que emergiram com as primeiras ações de intercâmbio acadêmico, destaco o contato que as instituições brasileiras puderam estabelecer com instituições africanas, seus políticos e intelectuais, numa oportunidade ímpar (embora pouco aproveitada) de conhecer a complexidade de países que buscavam se estruturar após anos de colonização. Daí a importância em analisar a experiência dos primeiros estudantes brasileiros em cursos de graduação na Universidade de Dacar. No Brasil, a presença dos estudantes africanos foi uma oportunidade concreta para verificar quão tensas podiam ser as relações raciais brasileiras uma vez que os estudantes tendiam a circular em espaços limitados aos negros brasileiros. Os esforços para impedir a veiculação de notícias

que denunciavam atos de racismo contra os estudantes africanos, principalmente quando partiam dos funcionários públicos responsáveis pelo acolhimento desses estudantes, revelam uma prática do governo brasileiro, que se manteria nas décadas seguintes, de negar sistematicamente a existência do racismo no Brasil, especialmente quando possibilidades de negócios com o continente africano foram potencializadas.

Os discursos e práticas nutridos na Bahia que se conectavam às experiências culturais e religiosas dos povos yorubás na Nigéria estavam distantes da proposta e do entendimento dos funcionários do Itamaraty. Essas manifestações só eram pontualmente potencializadas porque relacionavam a imagem do estado da Bahia e, especialmente da cidade de Salvador, com a África sem comprometer a imagem de cosmopolitismo e desenvolvimento arquitetônico e industrial associado às capitais do sudeste do país (Ver anexo 8). Entendo que tanto as tensões provocadas pelos embates entre a imagem de uma Bahia negra e africana (defendida por um pequeno grupo de intelectuais entre os quais estavam aqueles ligados ao CEAO) e as tradicionais elites acadêmicas, bem como a imagem do *Sul maravilhoso*, impactaram a decisão da maioria dos estudantes africanos em deixar Salvador. Seria relevante ter o depoimento detalhado das experiências desses estudantes africanos no curso de Medicina da UBa já que essa faculdade, conhecida pela elitização, protagonizaria atos explícitos de racismo contra o CEAO na década de 1970 (Cunha, 1999; Matos, 2012; Reis, 2015).

Por fim é importante destacar o trabalho e a contribuição intelectual desenvolvidos por esses estudantes e, posteriormente, por esses profissionais. No Brasil, embora não tenhamos informações mais detalhadas da trajetória que os primeiros estudantes desenvolveram, gostaria de destacar o percurso de George Frempong, que permaneceu em Salvador onde vive ainda hoje. Frempong é um médico, cirurgião plástico, a caminho dos seus oitenta anos, que mesmo aposentado mantém o exercício da medicina. Em 2016, por ocasião da realização em Salvador do *X Congresso de Queimaduras*, o médico foi um dos homenageados e teve sua biografia destacada:

Foi residente em Cirurgia Geral no Hospital Professor Edgard Santos na UFBA, entre 1969 e 1971, com estágio em Cirurgia Plástica. Participou da implantação do serviço de atendimento aos queimados do Hospital Martagão Gesteira por ocasião da ampliação de 30 leitos, em 1979, na época o único no estado da Bahia preparado para

atendimento pediátrico. Em 1980 participou da abertura do Serviço de tratamento de queimados do Hospital da Sagrada Família/BA. Membro da Sociedade Brasileira de Queimaduras e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.⁶

Obviamente as experiências, os interesses e desdobramentos acadêmicos e pessoais dos estudantes foram diversos. Naqueles primeiros anos da década de 1960, os estudantes dos países sob colonização portuguesa que vieram para o Brasil não deixavam de trazer, com maior ou menor engajamento, a discussão sobre a descolonização. Para a maioria dos estudantes bolsistas do Itamaraty, vindo de países já independentes, parecem muito mais ter aproveitado uma oportunidade de bolsa de estudos que selecionado o país a partir dos interesses que nutriam. Nenhum deles se dedicaria a entender a fundo as relações sociorraciais do país que afirmava ter uma configuração especialmente aprazível para recebê-los. Mas é importante destacar que, a partir da década seguinte, estudantes africanos chegariam ao Brasil interessados ou desenvolveriam aqui um interesse específico nas relações raciais brasileiras. Se Anani Dzidzienyo, Kabengele Munanga⁷ ou Alain Pascal Kaly⁸ se tornaram especialistas na história dos negros no Brasil, das relações Brasil-África, ou de tópicos da história e das ciências sociais africanas produzidas desde o Brasil, o fizeram porque enfrentaram o desafio de compreender os modos como a história da África e a dinâmica das relações raciais brasileiras estavam sendo apropriadas. Mais do que isso, o modo como estavam sendo deturpadas para justificar as desigualdades herdadas dos sistemas escravistas e coloniais que o governo brasileiro não ousava questionar ou desmontar, utilizando-as para se aproximar (e também se aproveitar) política, cultural e economicamente dos países africanos. Conforme assevera o cientista político cubano Carlos Moore, se aproximar da África implica em (re)pensar

6 Retirado de <http://www.jalan.com.br/eventos/congressoqueimaduras2016/home-nageados.php>. Consulta em 16 mar. 2021.

7 Kabengele Munanga é antropólogo brasileiro-congolês doutor em Antropologia pela USP. Nesta universidade dirigiu o Centro de Estudos Africanos, lecionou por mais de trinta anos na graduação e pós-graduação e se aposentou em 2014. Atualmente é professor visitante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

8 Alain Pascal Kaly é sociólogo senegalês doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento e Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Associado I de História e Culturas Africanas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e docente no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRJ).

as relações raciais no Brasil (Moore, 2010). Professores e pesquisadores do continente africano também despertariam o interesse em dialogar com a produção brasileira acerca da história e cultura africana, especialmente relacionadas à África Ocidental, em que podemos citar Elisée Soumonni⁹, Olabiya Yai¹⁰ e Félix Ayo'Omidire.

Estudantes africanos e africanas no Brasil, na década de 1960, iniciaram uma movimentação cuja presença, trabalho e reflexões contribuiriam paulatinamente para o repensar da África e das relações raciais no Brasil.

- 9 Elisée Soumonni é historiador beninense da Universidade de Abomey-Calavi, Benin. Esteve em diversas oportunidades no Brasil para ensino e pesquisa, como professor visitante.
- 10 Olabiya Babalola Joseph Yai (1942- 2021) foi um linguista beninense. Especialista em línguas e literatura africanas e cultura das diásporas africanas. Atuou como professor no Benin, Nigéria, Brasil, Japão e Reino Unido. Participou do desenvolvimento dos programas da UNESCO no campo das línguas e cultura africanas e foi embaixador do Benin na UNESCO. Foi professor de língua Yorubá no CEAO em 1975.

ANEXO 8

UMA JOVEM AFRICANA NO BRASIL

AMY entrevista COLETTE DIALLO

AMY – *Senhorita Colette Diallo, a senhorita acabou de passar dois anos no Brasil, no geral, qual é a impressão que você teve durante sua estadia?*

COLETTE – Foi uma excelente estada. Saí em dezembro de 1961 com um grupo de 15 estudantes africanos, onde passei dois anos dentro de uma atmosfera simpática que em nenhum momento se desfez. O povo brasileiro é muito aberto, muito franco, tem um acolhimento simples e caloroso, como dentro da nossa cultura africana, o que explica nossa rápida adaptação. Fazemos amigos rapidamente prontos para te fazer um serviço e te atualizar de tudo que te interessa.

Some a isso, um país imenso quase um continente (8,5 milhões km²), um clima tropical e regiões diversificadas que são cheias de charme mesmo com sua pobreza e sua seca – como no Nordeste – que causam graves problemas ao governo. O Nordeste do Brasil, o “Sertão” constitui com o Norte talvez umas das regiões mais características do Brasil, dos mais típicos, pois, elas reúnem, essas duas regiões, os elementos base da população do Brasil, a saber os descendentes dos Portugueses e dos Negros, que foram levados como escravos. Isso foi para mim uma felicidade indescritível de constatar o quanto a África era presente na Bahia, por exemplo, onde ficamos três meses para estudar português.

É uma cidade muito cativante, pelo seu aspecto físico – Bahia é uma antiga cidade colonial, com uma topografia muito irregular, nós distinguimos uma cidade alta e uma cidade baixa, as famosas praias magníficas! Itapoan, Amaralina, Rio Vermelho, etc., – pelos vários costumes africanos que sobrevivem lá. Primeiramente, é o Estado onde a população Negra é a mais numerosa, e a Bahia foi nomeada “a Roma dos negros”. A África está presente em todos os lugares: nas ruas onde as “Bahianas” (as mulheres de origem africana, vestidas com um traje que parece um pouco com o nosso) vendem “acaras” com pimenta, “ablos” e “acassas” dahomeanos muito apreciados pela população preta e branca, – nos mercados onde se vendem “figas” que são mãos fechadas de madeira de Guiné deixando passar o

polegar entre o indicador e o médio, e são amuletos de sorte, deuses africanos; – na cozinha, o “vatapa”, molho ao azeite de dendê, o “caruru” que é a réplica exata da nossa “sopa kandia”: – na religião ainda muito viva, macumbas e candomblés de origem mais nigeriana. Os hinos ainda são em parte cantados em Yorubá.

Os outros estados também possuem características muito interessantes que nós podemos detalhar aqui: o RIO é uma bela cidade cosmopolita, especialmente dotada pela sua natureza, famosa por sua baía única no mundo, seu “Pão de Açúcar”, seu “Corcovado”, sua praia de Copacabana. BRASÍLIA, a nova capital com planejamento e arquitetura modernos, com linhas finas e elegantes, dotada de uma universidade de vanguarda na qual eu estudei. O RIO GRANDE DO SUL e seus pampas, o Mato Grosso e suas reservas indígenas... O Brasil é enfim um país muito interessante para visitar de diversas formas e onde vários contatos humanos são possíveis.

AMY – *Você viveu durante esses dois anos ao lado de jovens meninas e mulheres brasileiras. Você conhece então seus problemas e suas aspirações que são provavelmente parecidos e ao mesmo tempo diferentes dos da mulher africana. Conte para nós o que nos aproxima e o que nos separa.*

COLETTE – Essa possibilidade de contato sem protocolo me ajudou justamente me permitindo me aproximar das minhas irmãs brasileiras, tanto jovens meninas como mulheres. É obvio que elas não têm os mesmos problemas que nós, pois nossos grandes problemas fundamentais são geralmente específicos a nós, dado todo o contexto sociorreligioso. Entretanto, podemos dividir seus problemas em duas partes: os gerais a todas as mulheres, e neste ponto nós nos parecemos muito, e os que se devem também ao seu contexto sociorreligioso.

Elas têm todos os problemas da mulher moderna tanto os da dona de casa, quanto os daquela que trabalha fora, e conciliar os dois é tão difícil para elas quanto que para nós.

Entretanto eu notei que no Brasil há uma predominância de donas de casa. Muitas não trabalham fora, mesmo que isso signifique trabalhar em casa a fim de aumentar a renda familiar. Em relação aos seus problemas mais específicos, eles se devem à própria sociedade, que ficou apegada às tradições sociorreligiosas portuguesas. A mulher é muito respeitada e a família tem um caráter quase sagrado no Brasil, entretanto várias amigas durante nossas

conversas se queixaram que as leis não estavam sempre a seu favor. O divórcio, por exemplo, não é autorizado; só pode ser declarada uma separação judicial, o que as condena a viverem sozinhas pelo resto de suas vidas se uma vez cometerem um erro, e a pressão social é muito forte.

O que pode ser uma das razões pelas quais a jovem brasileira dá tanta importância ao casamento que ela considera um dos problemas mais sérios da sua vida, o que não a impede, entretanto, de ser feliz, viva e de confiar no futuro.

AMY – *Se uma de suas amigas partisse para o Brasil, qual recomendação você lhe faria? O que você aconselharia ela ver?*

COLETTE – Se uma das minhas amigas partisse para o Brasil, eu a aconselharia a ser simples e natural. Ela rapidamente ficaria à vontade. Eu a aconselharia também a levar vários documentos sobre o Senegal e sobre a África em geral. Os brasileiros são muito interessados por tudo que vem de fora e nos últimos anos particularmente, por tudo que vem da África. Eles sabem que a África contribuiu para sua formação e sua originalidade como povo e muitos a consideram um pouco como uma “pátria mãe”. Isso me tocou muito durante minha estada.

Ela poderia levar algum traje nacional que fará um grande sucesso e algumas coisinhas típicas que fariam a felicidade de muitos.

A adaptação em si não é tão difícil, porém existem algumas regras a observar de acordo com as regiões onde a gente está. O Norte e o Nordeste, por exemplo, permanecem bastante tradicionais e não seria muito indicado usar roupas com decote, nem maiô de duas peças, nem calças.

No Rio, já mais cosmopolita, essas restrições não são mais, necessárias, o mesmo que no Sul ou em Brasília.

Quanto ao que ela deveria visitar, eu a diria praticamente tudo. No entanto, na medida do possível, ela poderia destacar alguns pontos interessantes. BAHIA, a metrópole negra; RECIFE, mais ao norte, chamada de “Veneza Brasileira”, pois ela é atravessada por vários rios que lhe dão um ar muito pitoresco; o RIO que ela vai com certeza adorar pela beleza do seu quadro natural, sua atmosfera de cidade feliz e despreocupada que te convida a aproveitar mais o mar e o sol ao invés de trabalhar. BRASÍLIA, a cidade do século XX, e se possível,

ela descerá o rio Amazonas, um sonho para mim ainda não realizado, e visitará uma reserva indígena, que é uma das minhas melhores lembranças.

Ela também precisa assistir na BAHIA a um ritual de “candomblé”, o rito afro-brasileiro no qual falei mais acima; a uma seção de capoeira, dança acrobática de origem inglesa¹. E que ela vá também ao RIO, ao Maracanã ver o Santos, a equipe de Pelé, jogar.

Eu penso que enfim ela voltará encantada com sua estada.

AMY – *Agora que você voltou, quais são seus projetos?*

COLETTE – Como a Seção Diplomática da Escola Nacional de Administração não está mais aberta para mulheres, de acordo com uma recente decisão do Presidente da República, eu gostaria de ensinar – já que obtive minha licenciatura de espanhol antes de ir para o Brasil e terminar ao mesmo tempo meu Diploma de Estudos Superiores.

DIALLO, Colette. *Une jeune africaine ao Bresil. Amy interviewe Colette Diallo*. Awa: la revue de la femme noire. Dakar, nº 5, May, 1964. p. 12-13. Disponível em https://www.awamagazine.org/acr_posts/may-1964-page-01-2/. Consulta em 13 mar. 2021. Tradução Seli Raven.

1 Nota do tradutor: Do texto original consta a palavra *anglaise*, que no francês significa "inglesa". Acreditamos, no entanto, que houve um erro de digitação e a palavra adequada seria *angolaise* ("angolana").



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Pedro. “Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África”. **Afro-Ásia** n. 16 (1995) pp. 9-23.
- _____. **Agostinho da Silva. Pensamento à solta: um manuscrito autógrafa**. Salvador: EDUFBA, 2006
- AKOTIRENE, Carla. **Osun é fundamento epistemológico: um diálogo com Oyèronke Oyèwumi**. Carta Capital (online) 21/10/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/osun-e-fundamento-epistemologico-um-dialogo-com-oyeronke-oyewumi/>. Consulta em 31 mar. 2021.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Orgs). **Histórias do Movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBERTO, Paulina, “Para Africano ver: intercâmbios africanos-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-63). **Afro-Ásia** n. 44 (2012) pp. 97-150.
- ALENCASTRE, Amílcar. **O Brasil, a África e o Futuro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMADA, Fidelis Policarpo Cabral de. Discurso do Doutor Fidelis Policarpo Cabral de Almada. **Revista da faculdade de direito da USP** vol. 77, 1982.
- AYOH'OMIDIRE, Félix; AMOS, Alciene. "O babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim". **Afro-Ásia** n. 46 (2012), pp. 229-261.
- AMADO, Jorge. "Didi e o saber do povo". Prefácio. In: SANTOS, Deóscoredes dos. **Contos negros da Bahia**. Rio de Janeiro: GDR, 1961.
- AMADO, Leopoldo, "Elegia a Pinto Bull". In **Projecto Guiné-Bissau CONTRIBUTO**. Disponível em www.didinho.org/elegiaaoprofessorpintobull.html. Consulta em 10 mar. 2015.
- ANJOS, José Carlos dos. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde. Lutas de definição da Identidade Nacional**. Porto Alegre/Praia: Editora da UFRGS/INIPC, 2002.
- ARAÚJO, Joelzito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- ARNS, D. Paulo Evaristo (coord.). **Brasil: Nunca Mais**. 16ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.
- AUGRAS, Monique. "O terreiro na academia". In: MARTINS, Cléo; LODY, Raul; Stella (de Oxóssi, Mãe.). **Faraimará: o caçador traz alegria**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000, pp. 46-61.
- AZEVEDO, Tales de. "Décimo aniversário do CEAO". **Afro-Ásia**, n. 8-9 (1969).
- _____. **Democracia racial: ideologia ou realidade?** Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. **Elites de cor numa cidade brasileira: um estudo da ascensão social X classes sociais e grupos de prestígio**. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- _____; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). **Vivaldo da Costa Lima: intérprete do Afro-Brasil**. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2007.
- BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

- BARBOSA, Muryatan. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- BARBOSA, Lindinalva. **As encruzilhadas, o ferro e o espelho: a poética negra de Abdias do Nascimento**. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2009.
- BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 187-227.
- BARROS, Liliane Batista. "As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história". **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens**. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas n. 06, Jun. 2013.
- BASTIDE, Roger. **Imagens do Nordeste Místico em Preto e Branco**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.
- _____. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Anhembi, 1959.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BEZERRA DE MENESES, Adolpho Justo. **O Brasil e o mundo ázio-africano**. 2. ed. Rio de Janeiro: GDR, 1960.
- _____. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- BITTENCOURT, Marcelo; FERREIRA, Roquinaldo. "A trajetória de um intelectual africano. Entrevista com Toyin Falola". **Tempo**. v 10. n. 20. Niterói. Jan 2006, pp. 177-186.
- BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana**. Lisboa: Vega, 1999.
- BOAVENTURA, Edivaldo. "O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação da criança negra em Salvador". In: **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 237-241.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

- BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BRAGA, Julio. "Notas sobre o Quartier Brèsil" no Daomé". **Afro-Ásia** n. 06-07, 1968.
- _____. **Fuxico de candomblé**. Feira de Santana: UEFS, 1988.
- _____. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: CEAQ, EDUFBA, 1995.
- _____. "Novos estudos afro-brasileiros na Bahia". In: FORMIGLI, A. L. M. *et al* (Orgs.). **Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998, pp. 115-121.
- _____. **A cadeira de ogã e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- BRICHTA, Laila. **A bem da nação: literatura, associativismo e educação no Brasil e em Angola (1930-1961)**. Tese de Doutorado em História Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- BRITO, Antonio Maurício Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. Tese de Doutorado em História Social. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- _____. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.
- CABAÇO, Jose Luís. "Cavaleiro da Esperança (Testemunho de um reencontro)". In: SANTOS, Flávio; OLIVEIRA, Inara; BRICHTA, Laila. **Colóquio Internacional 100 anos de Jorge Amado: História, Literatura e Cultura**. Ilhéus: Editus, 2013, pp. 235-244.
- Cartas de Pierre Verger a Vivaldo da Costa Lima. **Afro-Ásia**. 37 (2007), p. 241-288.
- CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras/ Negros Bantos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- CARNEIRO DA CUNHA, Mariano. **Da senzala ao Sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1985.

- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **De muitos Caminhos**. Coleção Memórias do Exílio, Brasil 1964-1977. São Paulo: Ed. Livramento, 1976.
- CARVALHO, Juvenal de. **Veja: um olhar sobre a independência de Angola**. Dissertação de Mestrado em História Social. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- _____. **Em pauta: Veja, Tempo e as representações de África**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- CASTILHO, Lisa. "O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867". **Afro-Ásia** n. 43 (2001), pp. 213-259.
- _____. **Entre a oralidade e escrita: etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CASTRO, Guilherme. Alocuções do 1º Seminário Internacional Brasil-África. **Estudos Afro-asiáticos**, n. 6-7, 1982, pp. 166-7.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERVO, Amado Luiz (Org.). **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: EdUnB, 1994.
- _____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CHACON, Vamireh. **Qual a política externa conveniente ao Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Col. *Cadernos do povo brasileiro*).
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CHEICK, M'Backé (Khepera); DIONGUE-DIOP, Meriétou (UCAD); DIOP, Dialo (UCAD); LAM, Aboucracy Moussa (UCAD); SALL, Babacar (UCAD). **Panorama histórico da obra, do pensamento e da vida de Cheikh Anta Diop**. Coord. Tradução: Humberto Luiz Lima de Oliveira. Recife, Editora da UFPE, 2019.

- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEEA (1973 – 1986)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- _____. **Os traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60**. Disponível em http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_05.htm. Consulta em 10 ago. 2015.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **As relações econômicas Brasil-Angola, 1975-1988 (um estudo de caso sobre as relações sul-sul)**. Dissertação de Mestrado em Economia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Informação Estratégica. Salvador: Universidade da Bahia, 1999.
- DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- DEPELCHIN, Jacques. **Silenciados, silenciadores e silêncios na história da África**. Versão apresentada no Grupo de Estudos Africanos: UFBA, 2010.
- DIAS, André Luis Mattedi. "A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás". **Revista da SBHC**. 3, 2 (2005). pp. 125-145.
- DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture**. Paris: Éditions Africaines, Second edition, 1955.

- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- DZIDZIENYO, Anani. "África Vista do Brasil". **Afro-Ásia** n. 11-12 (1970), pp. 79-97.
- _____. "Uma perspectiva africana continental". In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). **Vivaldo da Costa Lima: intérprete do Afro-Brasil**. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2007.
- Editorial. **ODÙ: Journal of Yorubá and Related Studies**, n. 1, 1955. p. 02.
- Encontro de Nações de Candomblé**. Salvador, Ipanamá, CEAO, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984.
- FAGE, John. **Ghana: A Historical Interpretation. Madison, Wisconsin**: University of Wisconsin Press, 1959.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. "O golpe de estado de 1964 na Bahia". Disponível em http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf. Consulta em 10 ago. 2015.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- _____. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, José Maria Sintra. **Estudantes na terra dos outros: vivência dos angolanos no Brasil**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007. (col. *Dissertar*).
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GURAN, Milton. **Agudás: os "brasileiros" do Benin**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HERNANDEZ, Leila. **África na sala de aula. Uma visita à História contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- II Encontro de Nações de Candomblé**. Salvador: CEAO, 1997.
- JOHNSON, Samuel. **The history of the Iorubás, from the Earliest Times to the beginning of British Protectorate**. Lagos, Nigéria: Bookshops, 1937.
- KALY, Alain. "À procura de oportunidades ou desembarque por engano: migração de africanos para o Brasil". In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações internacionais: desafios para o século XXI**. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.
- KI ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. vol I e II. Publicações Europa-América, s/d.
- LASEBIKAN, Ebenézer Latunde. "Tone in Yorubá Poetry". **ODÙ: Journal of Yorubá and Related Studies**. n. 2, 1956. pp. 35-6.
- _____. "Stronghold of youruba culture". **Negro digest**. XII, 2 (1962).
- _____. **Learning Yorubá**. London: Oxford University, 1962.
- LE BOULER, Jean-Pierre. **Pierre Fatumbi Verger: um homem livre**. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.
- LEVI, Giovani. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LIMA, Vivaldo da Costa. **Atlas [prévio] dos falares baianos**. [s.l.]: MEC/INL, 1963.
- _____. **Uma festa para Xangô**. Salvador: UFBA, UNESCO, 1959.
- _____. **A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais**. 2 ed., rev. Salvador: Corrupio, 2003.
- _____. "Introdução". In: REGIS, Olga Francisca. **A comida de santo numa casa de queto na Bahia**. Salvador: Corrupio, 2010.
- _____. "Os obás de Xangô". **Afro-Ásia** n. 2-3, (1966).
- _____. "O conceito de nação nos candomblés da Bahia". **Afro-Ásia**, n. 12, (1976), pp. 65-89.

- LIMA, Viviane de Souza. **Solidariedade atlântica: movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975)**. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro, seguido de Imagem e miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 2004.
- LÜHNING, Angela. "Acabe com esse santo, Pedrito vem aí... mito e realidade da perseguição ao candomblé baiano entre 1920 e 1942". **Revista da USP**, São Paulo, n.28, pp. 194-220, dez./fev.1995/ 96.
- _____. "Pierre Fatumbi Verger e sua obra". **Afro-Ásia** n. 21-22 (1998-1999), pp. 315-353.
- _____. (Org.). **Pierre Verger: repórter fotográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. "Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI". **Afro-Ásia** n. 34, (2006).
- MARANHÃO, Jarbas. **Brasil-África: um mesmo caminho**. São Paulo: Fulgor, 1962.
- MARQUES, Maria Inês Correa. **UFBA na memória (1946-2006)**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MATORY, L. "Jeje: repensando nações e transnacionalismo". **Mana**, vol.5, n.1, Rio de Janeiro, Abr. 1999.
- MATOS, Thiara Cerqueira. **Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o MAFRO e sua rede de colaboradores**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: UFBA, 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- MENDES, Cândido *et al.* **Senghor em diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiros de Estudos Afro-Asiáticos, 1965. (Série *Depoimentos e reportagens*).

- MESQUITA, José Ignácio Botelho de. Homenagem a Fidelis Policarpo Cabral de Almada. Revista da Faculdade de Direito da USP. Vol 77, 1982. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66957/69567>. Consulta em 13 mar. 2021.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MKANDWIRE, Thandika. "African intellectuals and nationalism". In: MKANDWIRE, Thandika (Editor). **African Intellectuals: rethinking politics, language, gender and development**. Dakar: CODESRIA, 2005, pp.10-55.
- MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 85.
- MORAES FARIAS, Paulo Fernando de. "Enquanto isso, do outro lado do mar... os arokin e a identidade iorubá", **Afro-Ásia** n. 17 (1996), pp. 139-154.
- Movimento Negro Unificado. **1978-1988. Dez anos de luta contra o racismo**. São Paulo, Confraria do livro, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. "Estudos e Ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do CEA e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão". **África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP** n. Especial (2012), pp. 11-30.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **O Brasil na mira do Panafricanismo: O genocídio do negro brasileiro e Sitiado em Lagos**. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2002.
- NETO, Lira. **Castello: a marcha para ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004.
- NÓBREGA, Cida; ECHEVERRIA, Regina. **Mãe Menininha do Gantois: uma biografia**. Salvador/Rio de Janeiro: Corrupio e Ediouro, 2006,
- OLINTO, Antonio. **Brasileiros na África**. Rio de Janeiro: GDR, 1964.
- _____. **A casa da água**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel; Brasília: INL, 1978.

- OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. **Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil**. 2010. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Importância atual do Atlântico Sul**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 1961.
- _____. "Brancos e pretos em Angola". **Afro-Ásia** n. 1, 1965.
- _____. "A pesquisa sobre os afro-brasileiros: entrevista de Waldir Freitas Oliveira". **Estudos Avançados**. 18, 50 (2004a). pp. 127-134.
- _____. "Agostinho da Silva". In: Rodrigo Leal Rodrigues (Coord.). **Agostinho**. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2000.
- _____.; LIMA, Vivaldo da Costa. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Corrupio, 1987.
- _____. "Leopold Sedar Senghor e a negritude", **Afro-Ásia**, n. 25-26 (2001), pp. 409-419.
- PAIM, Marcio Luiz da Silva. **África nos editoriais da Folha de São Paulo (1989 - 2001)**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: UFBA, 2011.
- PAREDES, Margarida. "Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o papel da cultura na política". **Cadernos de Estudos Africanos**. nº 20, Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP. Lisboa, 2010.
- PARÉS, Nicolau. "O processo de nagoização do candomblé baiano". In: Bellini, Ligia; Souza, Everton e SAMPAIO, Gabriela. (Orgs). **Formas de Crer: Ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006. pp. 299-330.
- _____. **A Formação do candomblé: história e ritual jeje na Bahia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. "O Brasil e África nos anos Kubitschek - 1956-1961". In: DÖPCKE, Wolfgang (Org.). **Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos**. Brasília: Linha, 1998.
- PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Livio (Orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: Eufba, 2007.

PEREIRA, Cláudio. **Édison Carneiro e o CEAO: em torno de algumas relações possíveis e imagináveis**. Texto apresentado no Curso Manuel Querino, Salvador, 2012.

_____. **A vida que se pode confinar nos livros: questões em torno da biografia de Vivaldo da Costa Lima**, Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo/SP, Brasil.

PEREIRA, Amílcar. **O Mundo Negro: relações raciais e constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, FAPERJ, 2013.

PESSOA DE CASTRO, Yêda. **A Experiência do CEAO**. Datilografado. [s.l.: s.n., s.d.].

_____. "Notícia de uma pesquisa em África", **Afro-Ásia**, n 1, (1965), pp. 41-56.

_____. "A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia", **Afro-Ásia** n.4-5 (1967), pp. 25-34.

_____. "Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil", **Afro-Ásia**, 1968, p. 65.

_____. **Falares africanos no Bahia (um vocabulário afro-brasileiro)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

PETROVICH, Carlos, MACHADO, Vanda. **Ilê Ifé: o sonho do iaô Afonjá**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PINHEIRO, Alves. **Angola: terra e sangue de Portugal**. Rio de Janeiro: Jozon Editor, 1961.

_____. **Moçambique é Portugal: depoimento sobre a presença lusa na África**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1965.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.), **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELLA, Eduardo. **África: colonos e cúmplices**. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

RAMPINELLI, Waldir José. "A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português". **Lutas sociais**. 17-18 (2005). pp. 83-98.

REIS, Luiza Nascimento dos. "África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais e o intercâmbio de estudantes africanos". In: Trajano Filho, Wilson (Org.). **Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: Athalaia, 2009. pp. 141-169.

_____. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

_____. **De improvisados a eméritos: trajetórias de intelectuais no Centro de Estudos Afro-Orientais (1959-1994)**. Tese de Doutorado no Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

_____. "África in loco: itinerários de pesquisadores do CEAO nos anos 1960". **Cadernos de Campo** (UNESP), v. 23, pp. 45-73, 2018.

_____. "O exílio africano de Paulo Farias (ÁFRICA OCIDENTAL, 1964-1969)". **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 25, pp. 430-452, 2019.

REIS, Raissa; RESENDE, Taciana (Orgs). **Cultura e Mobilização: Reflexões a partir do I Congresso de Escritores e Artistas Negros**. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2016.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBAS, Óscar. **Usos e costumes angolanos**. Salvador: Universidade da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, Setor de Publicações Luogo, 1963.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. **IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade e alteridade**. Tese de Doutorado em Comunicação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

_____. "IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...". In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: EdUnesp; Bauru: EdEdusc, 2003. pp. 29-37.

- RISÉRIO, Antonio. **Carnaval Ijexá**, Salvador: Corrupio, 1980.
- _____. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
- _____. **Edgard Santos e a invenção da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- _____. "África, Angola e Brasil". **Revista de Cultura Vozes**. LXX, 4 (1976). pp. 39-46.
- RODRIGUES, Deolinda. **Cartas da Langidila e outros documentos**. Luanda: Nzila, 2004.
- _____. **Diário de um exílio sem regresso**. Luanda: Nzila, 2003.
- ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual feiticeiro: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- SAID, Edward. **Representações do intelectual: as conferências do reith de 1933**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.
- _____. "Eduardo Mondlane and the social sciences". **Vibrant**, v. 10, n. 2, Brasília, jun-dez. 2013.
- SANTANA, Jacimara de Souza. **Mulher e Notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista *Tempo***. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- SANTOS, Deoscóredes Maximiliano dos (Mestre Didi). **História de um terreiro nagô**. 2. ed. São Paulo: Max Limonard, 1988.
- _____. **Contos Negros da Bahia**. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1961.
- SANTOS, Juana Elbein. (Org.). **Ancestralidade Africana no Brasil: mestre Didi 80 anos**. Secneb: Salvador, 1997.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança negra no Brasil**. Salvador: Edufba, 2005.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850-1937**. Ilhéus: EDITUS, 2013.

SANTOS, José Francisco. **O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SCHLICKMANN, Mariana. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987**. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGURA-RAMIREZ, Hector Fernando. **Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SENGHOR, L. **Latinidade e negritude**. Salvador: CEAO/UFBA, 1964.

SERRA, Ordep. **Águas do rei**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Os olhos negros do Brasil**, Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVA, George Agostinho. **Condições e missão da comunidade luso-brasileira e outros ensaios**. Organização e prefácio de Henryk Siewierski. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. “O nascimento do CEAO”. **Afro-Ásia** n. 16 (1995). pp. 5-8.

_____. “Da existência do CEAO” (Originalmente publicado em 6 de novembro de 1970 no *Correio Brasilense*). In: SIEWIERSKI, Henryk (org.). **Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

- SILVA, Ana Célia. "Estudos Africanos nos currículos escolares". In. **Movimento Negro Unificado, 1978-1988. Dez anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do livro, 1988.
- SILVA, Rosemere F. da. **Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos**. Tese de Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.
- SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: EDUFBA, Ilê Aiyê, 2006.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. "Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960". **Análise Social** (Lisboa), v. 52, pp. 804-826, 2017.
- SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha**. Editora Maianga, 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. "As elites culturais". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica 2014.
- SKIDIMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lucia de Santana ; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. "O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política". **Sociedade e Cultura**. Goiânia – Goiás, v. 5, n.1, pp. 35-52, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70350103.pdf>. Consulta em 05 jun. 2021.
- SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: EdUnB, 1996.

- SOMBRA SARAIVA, José Flávio. "Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais". In: PANTOJA, Selma; SOMBRA SARAIVA, José Flávio (Orgs.). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SOUEMONNI, Elisée. **Daomé e o mundo atlântico**. Amsterdam: Brasil. SEPHIS: CEEA/ Universidade Cândido Mendes, 2001.
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- SOUZA DANTAS, Raymundo. **África difícil: missão condenada**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- _____. "Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 60". In **Estudos Afro-Asiáticos**. 6-7, 1982. p. 166.
- SUCUMA, Arnaldo. **O ensino superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.
- TCHAM, Ismael. **Estar, ficar e retornar: estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração**. Tese de Doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- TOUTAIN, Lidia; ABREU Marilene; VARELA, Aida VARELA (Orgs.). **Reitores da UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- UNESCO. **História Geral da África Negra**. 2 ed. Ver. Brasília: 2010.
- VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.
- _____. "*O fumo da Bahia e o tráfico dos escravos do golfo de Benim*". **Publicações do Centro de Estudos Afro Orientais**. UFBA: Salvador, 1966, nº 6, série *Estudos*.
- VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: FUNARTE, FGV, 1997.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África**, Petrópolis: Vozes, 2007.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**, Salvador: EDUFBA, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Afro-Orientais. “Apresentação”. In: **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador: CEAO, 2008. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/apresentacao>. Consulta em 30 set. 2009.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Acervo do Centro de Estudos Afro-orientais – CEAO/UFBA.

Arquivo Histórico do Itamaraty – Brasília.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Fundação Pierre Verger.

ENTREVISTAS

BACELAR, Jeferson. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2014.

BARBOSA, Lindinalva Amaro. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2014.

BRAGA, Julio Santana. “Sou criança em relação a esse mundo milenar”. Entrevista concedida a Cleidiana Ramos. Em 06/04/2015. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1655275-braga-sou-crianca-em-relacao-a-esse-mundo-milenar>. Consulta em 10 ago. 2015.

DZIDZIENYO, Anani. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2009.

KONMANNANJL, Raimundo. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2014.

LIMA, Vivaldo da Costa. Entrevista concedida a Edson Farias, 2004.

_____. Entrevista concedida a Ceci Alves. *A Tarde*, 02/04/2005. Consulta em 27 abr. 2015

MORAES FARIAS, Paulo Fernando de. Decifrando a África. Entrevista concedida a Alberto da Costa e Silva. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 26. 2007.

_____. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Entrevista concedida a Cláudio Pereira, 2004.

_____. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2009.

PESSOA DE CASTRO, Yêda. Entrevista concedida no *Programa Perfil e Opinião* em 21 mar. 2012. Disponível no www.youtube.com.br. Consulta em 10 ago. 2015.

PINTO, Valdina. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2012.

REIS, Vilma. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2014

SANTANA, Arany. Entrevista concedida a Luiza Reis, 2014

SOUMONNI, Elisée. Entrevista concedida a Luiza Reis e Fernanda Gallo, 2009.

MATÉRIAS E ENTREVISTAS PUBLICADAS EM JORNAIS

África volta à Bahia. Fatos e Fotos, 20 jan. 1962.

Africanos dão “show” de trajes típicos. Diário de Notícias, Salvador: [s.n.], 24 nov. 1961.

Colette canta pelo Senegal. Diário de Notícias, Salvador: [s.n.], 27 dez. 1961.

Conférence et exposition à Dakar. Paris-Dakar, 29 mar. 1961.

Conferência sobre Raça. Diário de Notícias, Salvador: [s.n.], 25 jan. 1962

Confraternização. A Tarde, Salvador: [s.n.], 06 mar. 1968.

COSTA LIMA, Vivaldo da. “Ainda sobre a Roma negra e outros ensaios”, *Correio da Bahia*, 10 mar. 2004.

DIALLO, Colette. *Une jeune africaine au Bresil. Amy interviewe Colette Diallo. Awa: la revue de la femme noire*. Dakar, nº 5, May, 1964. P. 12-13. Disponível em https://www.awamagazine.org/acr_posts/may-1964-page-01-2/. Consulta em 13 mar. 2021.

Diplomatas africanos estagiarão na Bahia. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 05 ago. 1961.

Diretor da Politécnica recusou matrícula do bolsista africano. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 17 abr. 1963.

Estudante Nigeriana na Bahia. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 05 mar. 1968.

Estudantes africanos fazem estágio na UBa. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 10 dez. 1961.

Estudantes falam sobre o racismo e independência falsa que existe na África. **Diário de Notícias**, Salvador: [s.n.], 10 nov. 1961.

Estudantes falam sobre racismo e independência falsa que existe em África. **Diário de Notícias**, Salvador: [s.n.], 10 dez. 1961.

Homenageado. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 12 dez. 1963.

Itamarati combate discriminação. Rio de Janeiro: [s.n.], **Jornal Diário Carioca**, 28 abr.1962.

Itamarati não cumpre compromisso: Estudantes africanos não poderão ficar na Bahia. **A Tarde**, Salvador: [s.n.], 15 fev. 1963.

Nossos bolsistas. **A Tarde**, Salvador: [s.n.], 27 nov. 61.

Novos bolsistas africanos estudam Português no CEAO. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 19 dez. 1962.

Novos bolsistas de Ghana: UBa. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 23 dez. 1962.

O legado de Agostinho da Silva. **Nova Águia: revista de cultura para o século XXI**. 3 (2009).

O estágio de estudantes africanos em Salvador. **A Tarde**, Salvador: [s.n.], 21 fev. 1963.

Papai Noel dá presentes aos africanos que o saúdam até em português. **Diário de Notícias**, Salvador: [s.n.], 27 dez. 1961.

Poesia ioruba tem palestra. **Diário de Notícias**, Salvador: [s.n.], 11 out. 1963.

Regressou da África o professor Lasebikan. **Jornal da Bahia**, Salvador: [s.n.], 07 mar. 1964.

Sete dos quinze africanos preferiram a Bahia. **A Tarde**, Salvador: [s.n.], 21 fev. 1962.

Três baianos na África. Visão, [S.l: s.n.], 14 set. 1962.

Vieram com muita fé: quinze bolsistas africanos estagiam na Bahia.

Visão, [S.l: s.n.], 12 jan. 1962.

SITES

www.academiadeletrasdabahia.wordpress.com

www.afroasia.ufba.br

www.awamagazine.org

www.cea.fflch.usp.br

www.ceao.ufba.br

www.cpdoc.fgv.br

www.ireayo.blogspot.com.br

www.jalan.com.br

www.memoriaescravidaope.wordpress.com

www.lattes.cnpq.br

www.youtube.com.br

<https://www.ufrgs.br/africanas/>



CADERNO DE IMAGENS





FIGURA 1: Ebenézer Lasebikan (segundo da esquerda para a direita). 1963. Acervo do CEAO.

Centro de Estudos Afro-Orientais,
Universidade da Bahia,
São Salvador,
Bahia,
Brazil.

Sofia State University,
St-48 No 12,
Block 5 Room 234,
Sofia 13,
9th Feb. 1963

Dear sir,

I am a Nigerian from Yoruba Tribe with the desire to study in the renowned University of Bahia. I would be very grateful if this centre could be kind enough to make my desire a reality by awarding me a scholarship to cover the cost of my studies in the University.

I am 23 years old. I graduated from High School in 1958 and passed the University of Cambridge's West African School Certificate Examination in seven subjects. In 1961 I entered for and passed London University's General Certificate of ~~Educational~~ Education Examination in British Constitution at Advanced Level and Economics. Today I am a 1st year student of the above named University after learning the Bulgarian Language for six months. The main reason for my intension to change my university is that my course is not available in the country.

Sir, should I be considered for this award, I would like to study Economics in the University of Bahia. I would like to state that apart from English language I speak Bulgarian language fluently and have a considerable knowledge of Russian. I would not in the least mind spending some time learning the Portuguese language before entering the university. I am confident that you would give my application due consideration. Thanks.

N.B: Please should this centre find it impossible to meet my demand. It will be very much appreciated if this application could be passed to any quarters deemed capable of helping me.

I remain

Yours sincerely

B. Ola Adebisi

FIGURA 2: Correspondência de B. Ola Adebisi para CEAO, 09/02/1963. Acervo do CEAO.

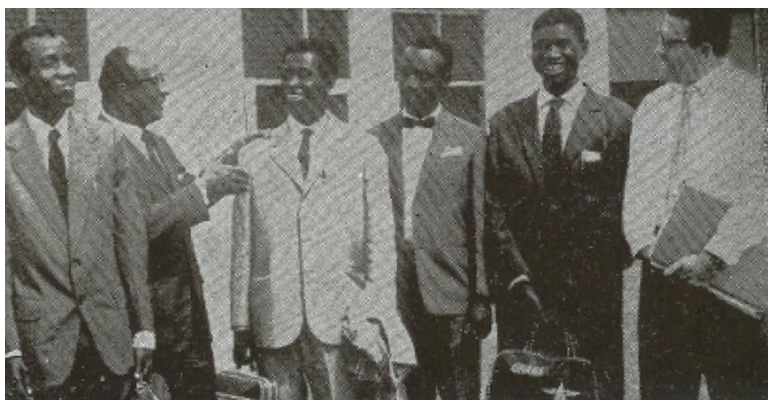


FIGURA 3: Raymundo de Souza Dantas (segundo da esquerda para a direita) e Vivaldo da Costa Lima (último à direita) em meio aos estudantes ganenses de partida para o Brasil. George Frempong está ao lado de Vivaldo Lima. The Ghanaian Times, em 05/12/1961. Acervo do AHL.



FIGURA 4: Primeira turma de estudantes bolsistas do Itamaraty no CEAO, em 1961. George Frempong é o primeiro agachado, da direita para esquerda. Acervo do CEAO.



FIGURA 5: Recepção aos estudantes ganenses na UBa. Waldir Oliveira (segundo da esquerda para a direita). Acervo do CEAO.



FIGURA 6: Recepção aos estudantes ganenses na UBa. Acervo do CEAO.

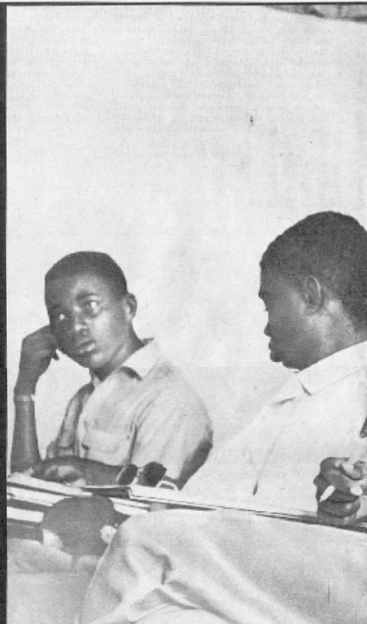


FIGURA 7: Samuel Cobbold. Acervo do CEAO.

Fatos. Fotos

COM BÔLSA DO ITAMARATI, 14 ESTUDANTES AFRICANOS

ÁFRICA VOLTA À BAHIA



O braço de catibundo também é africano. Ele estuda português e várias coisas do Brasil. Já estiveram visitando catangólo, luanda (à direita).

FIGURA 8: Reportagem Fatos e Fotos, Salvador: [s.n.], 20/01/1962. Acervo do CEAO.

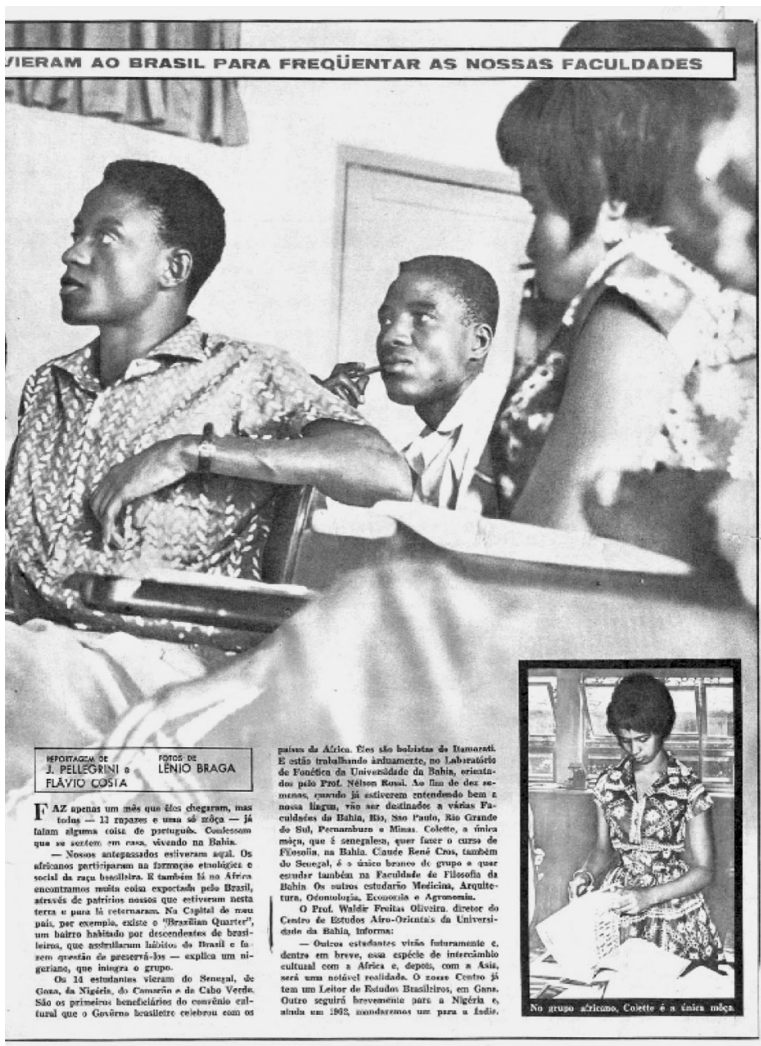
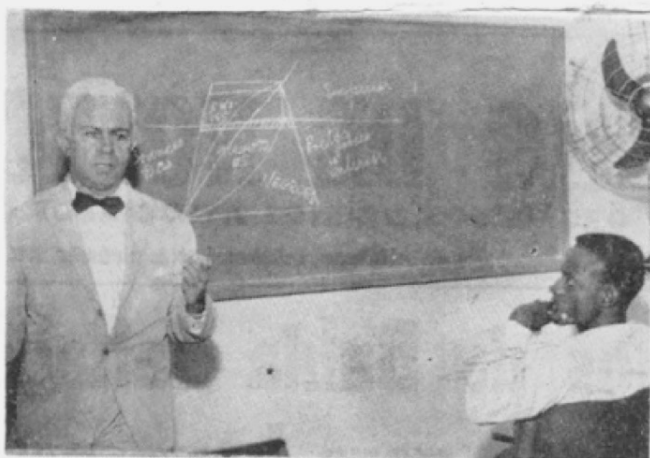


FIGURA 9: Reportagem Fatos e Fotos, Salvador: [s.n.], 20/01/1962. Acervo do CEAO.

Conferência sobre raça



C. Prof. Thales de Azevedo, da Universidade da Bahia, pro. município, ontem, no Centro de Estudos Afro-Orientais, conferência para estudantes africanos, sobre "Relações Raciais no Brasil".

Tales Azevedo afirma que o racismo no Brasil está ligado à dinâmica social

Em conferência que pronunciou, ontem, à noite, no Centro de Estudos Afro-Orientais, para os bolsistas africanos, o Prof. Thales de Azevedo afirmou que o problema racial, no Brasil, "está ligado à dinâmica de classes", acrescentando que o preconceito étnico "é utilizado dentro do sistema de classificação social, ao lado de outros critérios, como a educação, ocupação e a riqueza".

O Prof. Thales Azevedo disse que "há o problema racial no Brasil, ao contrário do que se afirma como apenas "ideologia", frisando que "esses problemas têm, no País, características próprias, sendo ao mesmo tempo cultural e sócio-estrutural".

DIFERENTE

O conferencista afirmou que "o problema racial no Brasil não é uniforme apresentando com diferentes características em cada região a depender da natureza histórica e estrutural de cada zona".

Explicou o prof. Thales de

Azevedo que "na Bahia há quase uma completa coincidência entre posição de classe e cor sendo que, em certas oportunidades de ascensão individuais, mas não de grupo, isto é um indivíduo, de cor é capaz de atingir alta posição na sociedade mas permanece isolado e apegado de uma família isolada".

FIGURA 10: Tales de Azevedo ministra palestra para a primeira turma de os estudantes africanos no CEAO. Diário de Notícias, Salvador: [s.n.], 25/01/1962.



FIGURA 11: Gilberto Freyre ministra palestra para a segunda turma de os estudantes africanos no CEAO. Jornal da Bahia, Salvador: [s.n.], 08/03/1963.

ITAMARATI COMBATE DISCRIMINAÇÃO

Avisa a 'boites' que racismo é proibido

O Itamarati manda informar aos proprietários dos *boites* Jaraú e Little Clubs que, de acordo com a lei Afonso Arinos, é proibido haver discriminação racial no país. Estudantes boiatisas africanos foram impedidos de entrar nos *boites* e seus donos alegam que não foi por racismo, mas por falta de lugar.

"Agora que o Brasil procura estreitar as laços de amizade com as nações africanas, que se cria um Instituto de Estudos Afro-Brasileiros, que se pensa em fazer uma Universidade Brasileira na África, que estudantes daquele país vêm estudar aqui, como parte do intercâmbio cultural, que está começando a ser feito, a atitude do Itamarati — diz Abdias Nascimento (fundador do Teatro Experimental do Negro) — é ridícula. O nosso Ministério de Relações Exteriores não pode querer lutar contra o preconceito de cor, quando é um dos primeiros a adotá-lo".

NÃO É NOVIDADE

Para o *avulso*, o que aconteceu com os estudantes africanos não é novidade. "Por mais paradoxal que pareça, sempre houve racismo no Brasil. E a coisa vem de dentro do próprio brasileiro", exclama o *avulso*. "O Brasil não precisa, por melhor que seja. Uma das poucas exceções foi para Fernando Sabino Dantas, que só foi nomeado depois de grande pressão. Todos os anos repete-se de cor palavras semelhantes ao Instituto Rio Branco, mas nunca são atendidas".

Leandro Abdias que o *avulso* não poderia ter acontecido em plena, pois agora que o presidente João Goulart se prepara para voltar à África e que procuramos uma maior aproximação com

aquelas nações, a atitude de que os *boites* estrangeiros estavam criando problemas de discriminação nos *boites* que se diz amigos, é horrível. "Pode criar sérios problemas para o *boite* brasileiro e para o Teatro Experimental do Negro pois queremos levar um espetáculo de teatro brasileiro para a África".

"Ninguém precisa dizer aos senhores do Itamarati o que devem fazer para acabar de vez com esta discriminação racial que, se por um lado é injusta e causa de insatisfação, para um país de formação étnica como a nossa é ridícula. Se o Itamarati quer agir, não como *boite* — como Abdias.

FIGURA 12: Recorte do Jornal Diário Carioca, Rio de Janeiro: [s.n.], 28/04/1962.

ESTUDANTES AFRICANOS NÃO PODERÃO FICAR NA BAHIA

A Bahia hospedou o segundo grupo de estudantes africanos que vem realizar estudos superiores em estabelecimentos de ensino localizados.

No ano passado, aqui chegaram jovens da Nigéria, Gâmbia, Senegal, Guiné e Libéria, refletindo as esperanças de uma nova África e a solidariedade que despertou na comunidade baiana de sua chegada.

Em 1962, o governo de estado de São Paulo, por meio do Departamento de Cultura, em parceria com o Conselho Nacional de Cultura, enviou um grupo de estudantes africanos para a Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Após, aqui, os estudantes africanos foram encaminhados para a Universidade Federal da Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Em 1963, o governo de estado de São Paulo, por meio do Departamento de Cultura, em parceria com o Conselho Nacional de Cultura, enviou um grupo de estudantes africanos para a Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

FASE DE ADAPTAÇÃO

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Após, aqui, os estudantes africanos foram encaminhados para a Universidade Federal da Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Em 1963, o governo de estado de São Paulo, por meio do Departamento de Cultura, em parceria com o Conselho Nacional de Cultura, enviou um grupo de estudantes africanos para a Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

REGRA

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Após, aqui, os estudantes africanos foram encaminhados para a Universidade Federal da Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Em 1963, o governo de estado de São Paulo, por meio do Departamento de Cultura, em parceria com o Conselho Nacional de Cultura, enviou um grupo de estudantes africanos para a Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

REGRA

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Após, aqui, os estudantes africanos foram encaminhados para a Universidade Federal da Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

Em 1963, o governo de estado de São Paulo, por meio do Departamento de Cultura, em parceria com o Conselho Nacional de Cultura, enviou um grupo de estudantes africanos para a Bahia, onde foram alojados em um grupo de estudantes locais.

REGRA

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

NIGÉRIA E GUINÉ

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

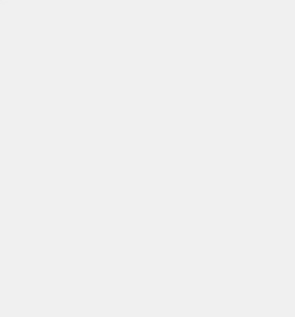
O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 1962, e foram alojados em um grupo de estudantes locais. O segundo grupo chegou em 1963, e foram alojados em um grupo de estudantes locais.



Benjamin Chelley Chelley, leitor de uma emissora em Abuja (Nigéria) visto ao lado de Benjamin Chelley na Universidade da Bahia.



Grupos de estudantes africanos, vistos-se no lado do reporter Chelley Chelley, visto ao lado de Benjamin Chelley na Universidade da Bahia.

FIGURA 13: Recorte do Jornal A Tarde. Salvador: [s.n.], 15/02/1963.

1961

FIDELIS CABRAL DA ALMADA

Nacionalidade: *Guineu*

Idade: 24 anos

Estado civil: solteiro

Ocupação: estudante de Direito

Próximas estudos: Desça concluir as estudos de Direito e estudar Ciências Políticas e Sociais na Cidade de S. Paulo.

Línguas que fala: Português, Francês, Crioulo e Inglês. Possui ainda conhecimentos de alemão, espanhol e italiano

Outras informações: Frequentou as Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa. Teve intenso treino das línguas mencionadas durante as frequentes viagens que fazia ao estrangeiro. Visitou todos os países da Europa ocidental durante cinco anos consecutivos. Realizou todas essas viagens durante as férias grandes. Frequentou cursos de férias e campos de trabalho em diversos países.

*Endereço: C.A.P.E. Caixa Postal 5031
Cidade Universitária
São Paulo*

Universidade de São Paulo



FIGURA 14: Ficha de matrícula de Fidelis Cabral da Almada. 1961. Acervo do CEAO

1962

NOME: Adelaide Yeboaa Adu

NACIONALIDADE: Ghana

PASSAPORTE nº 21.663

EXPEDIDO EM: 22-02-1962

IDADE: 5-03-1940 (22 anos)

EST. CIVIL: solteira

ESTUDOS REALIZADOS: Secundário completo

PROFISSÃO: Estudante

LÍNGUAS QUE FALA: Inglês, Francês

LÍNGUAS QUE CONHECE: Inglês, Francês

ESTUDOS A REALIZAR: Filosofia

ENDEREÇO: Solar Santo Antonio, Av. Sete nº 535 - Barra



FIGURA 15: Ficha de matrícula de Adelaide Yeboaa Adu. 1962. Acervo do CEAO.

RELACÃO DOS PEDIDOS DE BOLSAS PARA ESTUDANTES AFRICANOS E ASIÁTICOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 1964				
NOME	PAÍS DE ORIGEM	ESTABELECIDOR	ESTUDOS PREFERIDOS	DATA DO PEDIDO
1 - Zerrouki Malika	Argélia	-	Curso de férias	23/9/64
2 - Julien Vicent de Souza	Dahomey	Licença em Sociologia, Economia, e Direito, economia e costumes do ultramar (Univ. de Paris)	Estácio no CEAO	20/10/64
3 - Erastus Aroleye	Nigéria	-	Curso de férias	23/11/64
4 - Charles Abking	Ilha Maurício	Licença em Inglês (Univ. de Poitiers)	Curso de férias	2/2/65
5 - Augustin Mutela	Congo (Leão)	-	Curso de férias	13/2/65
6 - Felahi Yinka M. Goreale	Nigéria	Ciência Política (Cornell Univ. USA)	Curso de férias	20/2/65
7 - Taiwo A. Oduose	Nigéria	Secundário	Curso de formação em Medicina	13/3/65
8 - Long-Leiung Wang	China (Formosa)	Engenharia Agríc. (Univ. de Taiwan)	Post-graduação em Agronomia	12/4/65
9 - Georges Barouxakis	Guiné	-	Curso de férias	3/6/65
10 - Jide Shekoni	Nigéria	-	Curso de férias	3/7/65
11 - Edoukou Benson	Costa do Marfim	-	Curso de férias	20/8/65
12 - Sammy O.C. Molokwu	Nigéria	Secundário	Curso de formação em Medicina	10/9/65
13 - Albert Makelele	Congo (Leão)	Economia	Estácio no CEAO	25/10/65

FIGURA 16: Lista de pedidos de bolsa de estudos no CEAO. 1964 e 1965. Acervo do CEAO.

Título Estudantes africanos e africanas no Brasil (1960)
Autoria Luiza Nascimento dos Reis
Formato *E-book* (PDF)
Tipografia Open Sans
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | *Site:* www.editora.ufpe.br



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO